

# ALAVOURA

FUNDADA EM 1897

ÓRGÃO OFICIAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

ANO LXXII

MARÇO-ABRIL 1969



Uva do São Francisco

# Ensilagem



Transformando milho, sorgo, sobras de pastos, capins Guatemala, Napier etc., em silagem, o gado leiteiro terá alimentação garantida para atravessar o período da seca.

UMA COLABORAÇÃO DE PRODUTOS **NESTLÉ**



SETOR AGROPECUÁRIO

# ÍNDICE

Reforma Agrária .....	2
Eng.º Ildfonso Simões Lopes .....	5
INDA — Homenageia 2.º Ano do Governo Costa e Silva .....	6
O Leite Cru — Uma Vergonha Nacional — Otto Frensel .....	9
Brasil terá Centro de Pesquisa Agrícola .....	10
Reminiscências — Um Precursor — Luiz Marques Poliano .....	11
Histórico — Marcelo Mendonça Raposo .....	12
Pesquisa Agrícola Obtém Expressivos Resultados nos Estados Unidos .....	19
Uso do Café .....	20
No Rio-Mar .....	21
Movimento Sindical Rural .....	22
INDA-SNA .....	23
Agricultura na Guanabara .....	24
Instantâneos de Gente da Roça — Tempos Mudados — D. Carminha — Ilustração de Luiz Sá .....	25
“A Lavoura” — Há 70 anos .....	26
A Foto Internacional .....	27
Solo e Saneamento — F. Glade Loughry .....	28
Flevoland Meridional .....	31
Livros e Publicações .....	32
Vida Cara — Remédios Inócuos — J. Sampaio Fernandes .....	33
Associação Brasileira de Juizes de Animais .....	34
Climas de Goiás — Adalberto Serra .....	35
Cultura do Caqui .....	40
Notícias e Informações .....	41
Legislação Agrícola .....	49
Agrônomos — Definem-se sobre Reforma do Ensino — Eng.º Agrônomo José Calil .....	56

## NOSSA CAPA:

*Uva do São Francisco brevemente  
entrará nos mercados do sul.*

# A LAVOURA

A mais antiga revista agrícola em circulação no Brasil e órgão oficial da Sociedade Nacional de Agricultura.

ANO LXXII

MARÇO — ABRIL — 1969

Presidente da Sociedade  
Eng.º Agrônomo

LUIZ SIMÕES LOPES

Diretor-Responsável  
e Redator-Chefe

LUIZ MARQUES POLIANO

Diretor Técnico  
Eng.º Agrônomo

KURT REPSOLD

Chefe da Publicidade

CARLOS ALBERTO SOARES

Representante em São Paulo

“REVESPE”

Representação de Revistas  
Especializadas

Rua Capitão Salomão, 40  
CONJ. 604 — TEL. 34-8452

Redação e Administração:

AV. GENERAL JUSTO, 171  
ZC-39 — GB

Telefones: 42-2981 e 42-7950

Caixa Postal: 1245

RIO DE JANEIRO

Estado da Guanabara

Nem a redação da Revista nem a Sociedade Nacional de Agricultura são responsáveis pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

# REFORMA AGRÁRIA

Este tema explosivo tem estado em evidência há anos nas cogitações do governo, do congresso e das classes interessadas, em todo o Brasil. Também outras classes e entidades inteiramente alheias à matéria a têm usado como meio de agitação e de propaganda política.

A lei vigente — o Estatuto da Terra — deverá ser substituída, segundo se anuncia, por uma outra, prometida como uma das metas prioritárias do Governo atual.

A nosso ver competiria, em primeiro lugar, aos nossos dirigentes e às classes interessadas definirem claramente o que se deve entender por reforma agrária, no seu todo e em seus variadíssimos aspectos. Para saber-se afinal por onde deve ser atacado o intrincado problema, explorado pela chamada "classe política" e até por governos anteriores, com a predominância da idéia de que a "reforma" se resume no retalhamento de grandes propriedades, para posterior entrega dos lotes resultantes aos homens sem terra, para que êsses as trabalhem e as façam produzir.

Seria êsse, segundo um tal consenso simplista o caminho — pensam muitos — para que o homem do interior se transforme, de pária da vida brasileira, no agricultor próspero, capaz de atender às necessidades mínimas de sua família, e de propiciar o aumento da produção agrícola, pelo seu trabalho pessoal como proprietário rural, para afinal, concomitantemente, alcançar-se o indispensável aumento da nossa baixíssima produtividade.

A menos que, ao lado da distribuição dos lotes rurais, melhor diríamos da substituição da grande pela pequena propriedade, acudissem os responsáveis pela alta governança brasileira ao nosso lavrador deseducado, doente e sem recursos, com os meios capazes de lhe dar vitalidade e de o fazer utilizar adequadamente a terra, para que esta produza, e o compense pelo seu trabalho.

E neste capítulo, uma série inumerável de medidas conseqüentes, dependentes da aplicação maciça e variada de vultosos recursos, teria de ser adotada, sem o que a simples outorga do título de propriedade dos lotes rurais — a nosso ver — resultaria inócua.

Ocorre-nos, a propósito, a pergunta: seria apenas a subdivisão das grandes pelas pequenas propriedades o caminho certo para o aumento da produtividade agrícola e para a redenção do homem do interior?

É fato sabido que os Estados Unidos, de há muito, vêm *diminuindo* o número das suas propriedades rurais, e ao mesmo passo *aumentando* a área das que restaram. Porque só assim, segundo o entendimento dos técnicos do seu Departamento de Agricultura, poderá a atividade agrícola comportar o emprêgo generalizado da tecnologia, da mecanização e da comercialização dos produtos.

Dados já um tanto ultrapassados nos informam que, naquele país, havia, em 1941, 6.097.000 fazendas, reduzidas em 1953 para 5.384.000. No mesmo período, o tamanho médio da fazenda norte-americana crescia de 174 acres para 211. Decorridos três lustros, é possível que êstes números estejam muito modificados em favor da grande propriedade nos dias que correm.

Essa orientação, que colocou os americanos do norte na posição de celeiro do mundo, não seria talvez de fácil aplicação no Brasil, pois, para uma transformação, como a que lá se operou, teríamos de dispor de recursos financeiros e técnicos, inclusive humanos, com que, tudo indica, não poderemos contar tão cedo.

Mas há outro aspecto da reforma agrária que merece meditação. Por exemplo, o da entrega definitiva da terra ao seu futuro explorador. Em

tôrno do Estado da Guanabara, e mesmo dentro de sua área, alguns núcleos coloniais foram criados e o que se viu é que os seus beneficiários, após algum tempo, à vista da valorização das terras, passaram a reloteá-las e a fazer com elas negócios imobiliários, deixando a agricultura para trás.

Por que não seguirmos, no caso, o exemplo do cinturão verde de Brasília (se é que ainda perdura a orientação inicial), onde a terra é simplesmente arrendada, pelo prazo de trinta anos, renovável e transmissível, se realmente aproveitada na exploração agrícola?

Outro caso importante é a forma do pagamento da terra desapropriada. Um resumo da futura lei, divulgada pela imprensa, fala do pagamento em títulos ao detentor da área da propriedade e, em dinheiro, apenas das benteitorias.

Haveria o risco de prejuízos resultantes do arbítrio que existirá certamente na avaliação de umas e de outras. Tôdas as leis se apresentam geralmente boas e justas. A sua execução — digamos, os seus resultados —, contudo, dependem do elemento humano que a interpreta e aplica, daí surgindo intoleráveis injustiças que conviria fôssem desde logo prevenidas.

O pagamento em títulos específicos é modalidade que não repugnaria aos nossos foros de nação onde ainda existe o direito de propriedade se fôssem facilmente liquidáveis. Porque, se assim não acontecer, quando a desapropriação atingir os níveis desejáveis, isto é, quando forem atendidos todos os sem terra, a sua profusão será tão grande que passarão a valer muito pouco. O que, então, farão com êsses papéis os seus detentores? Se tal viesse a ocorrer teríamos não uma desapropriação, mas uma autêntica espoliação — perdoem-nos a expressão maisinada.

Parece-nos que uma reforma agrária no Brasil deveria, antes de mais nada, cuidar de problemas básicos comuns à grande maioria dos brasileiros que labutam no campo. A terra, num país da extensão territorial do Brasil, afigura-se-nos, mesmo, problema secundário num plano de reforma agrária.

Por que, desde logo, não se aparelhar o Ministério da Agricultura e outros organismos oficiais ligados ao problema com meios e condições mínimas ao atendimento das necessidades mais prementes da vida rural do Brasil, como a educação, a saúde, o crédito, a assistência técnica e o fomento prático e em larga escala, ao invés de, como vem acontecendo, tolher-se a ação daquela Secretaria de Estado, com a retirada progressiva e crescente do seu âmbito de ação de setores vitais sôbre os quais não tem hoje qualquer ingerência?

Dêem-se ao Ministério da Agricultura recursos humanos e financeiros para que possa êle dedicar-se com afinco a uma profunda "Organização Agrária", ordenada e sem paixões, e, então, a distribuição da terra a agricultores capazes seria o corolário de uma legítima política de Reforma Agrária.

Veja-se o exemplo da Holanda. Após a conquista da terra ao mar, o Estado prepara as glebas destinadas aos agricultores e, somente depois de trabalhadas e testadas pela técnica e pelos recursos oficiais, oferecendo condições de exploração, é que são entregues aos seus destinatários sempre assistidos e amparados pelo poder público.

A terra, parece-nos, é afinal um componente da prática agrícola, dentre os inúmeros fatores indispensáveis a uma agricultura atraente, progressista e rentável.

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

(Fundada em 16-1-1897)

RECONHECIDA DE UTILIDADE PÚBLICA PELA LEI N.º 3,549 DE 16 DE OUTUBRO DE 1918

Presidente Perpétuo — MIGUEL CALMON DU PIN E ALMEIDA

## DIRETORIA GERAL

Presidente

1.º Vice-Presidente

2.º Vice-Presidente

3.º Vice-Presidente

1.º Secretário

2.º Secretário

3.º Secretário

4.º Secretário

1.º Tesoureiro

2.º Tesoureiro

Secretário-Geral

— LUIZ SIMÕES LOPES

— FLÁVIO DA COSTA BRITTO

— KURT REPSOLD

— HEITOR VINICIUS DA SILVEIRA GRILLO

— FREDERICO MURTINHO BRAGA

— LUIZ GUIMARAES JÚNIOR

— JOAQUIM BERTINO DE MORAES CARVALHO

— SUBAEL MAGALHÃES DA SILVA

— RAFAEL XAVIER

— OTTO FRENSEL

— LUIZ MARQUES POLIANO

## DIRETORIA TÉCNICA

ALBERTO RAVACHE

ALBERTO TORRES FILHO

BEN-HUR FERREIRA RAPOSO

ENNIO LUIZ LEITÃO

CARLOS ARTHUR REPSOLD

LUIZ HERMANY FILHO

OSMAR LOPES REZENDE

JOÃO BATISTA LUSARDO

JÚLIO CÉSAR COVELLO

MÁRIO DE OLIVEIRA

## CONSELHO SUPERIOR (SÓCIOS TITULARES)

### CADEIRAS

- 1 — ENNES DE SOUZA
- 2 — MOURA BRASIL
- 3 — CAMPOS DA PAZ
- 4 — BARÃO DE CAPANEMA
- 5 — ANTONINO FIALHO
- 6 — WENCESLAU BELLO
- 7 — SYLVIO RANGEL
- 8 — PACHECO LEÃO
- 9 — LAURO MULLER
- 10 — MIGUEL CALMON
- 11 — LYRA CASTRO
- 12 — AUGUSTO RAMOS
- 13 — SIMÕES LOPES
- 14 — EDUARDO COTRIM
- 15 — PEDRO OZÓRIO
- 16 — TRAJANO DE MEDEIROS
- 17 — PAULINO CAVALCANTI
- 18 — FERNANDO COSTA
- 19 — SÉRGIO DE CARVALHO
- 20 — GUSTAVO DUTRA
- 21 — JOSÉ AUGUSTO TRINDADE
- 22 — IGNÁCIO TOSTA
- 23 — JOSÉ SATURNINO DE BRITTO
- 24 — JOSÉ BONIFÁCIO
- 25 — LUIZ DE QUEIROZ
- 26 — CARLOS MOREIRA
- 27 — ALBERTO SAMPAIO
- 28 — NAVARRO DE ANDRADE
- 29 — ALBERTO TORRES
- 30 — SÁ FORTES
- 31 — THEODORO PECKOLT
- 32 — RICARDO DE CARVALHO
- 33 — BARBOSA RODRIGUES
- 34 — GONZAGA DE CAMPOS
- 35 — AMÉRICO BRAGA
- 36 — EPAMINONDAS DE SOUZA
- 37 — MELLO LEITÃO
- 38 — ARISTIDES CAIRE
- 39 — VITAL BRASIL
- 40 — GETÚLIO VARGAS

### OCUPANTES

- Rafael da Silva Xavier
- Alberto Ravache
- Geraldo Goulart da Silveira
- Kurt Repsold
- Luiz Marques Poliano
- Arménio da Rocha Miranda
- Ennio Luiz Leitão
- Frederico Murtinho Braga
- 
- Heitor Grillo
- Joaquim Bertino de Moraes Carvalho
- Edgard Teixeira Leite
- Luiz Simões Lopes
- Jayme Bernardes Cotrim
- Paulo Simões Lopes
- Luiz Hermann Filho
- Luiz Guimarães Júnior
- Iris Meinberg
- Júlio César Covello
- Oswaldo Balarin
- José Augusto Bezerra de Medeiros
- 
- Fábio Luz Filho
- Mário Penteado de Faria e Silva
- Francisco de Assis Iglésias
- 
- Honório Monteiro Filho
- 
- Rômulo Cavina
- Otto Frensel
- Oswaldo Lazzarini Peckolt
- Rômulo Joviano
- José Sampaio Fernandes
- Sylvio Frões Abreu
- 
- João Carlos Bello Lisboa
- Milton Freitas de Souza
- Flávio da Costa Britto
- João Batista Lusardo

A SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA participa em caráter permanente dos seguintes órgãos: Comissão Permanente de Exposições e Feiras (Ministério do Trabalho) — Alberto Ravache; Suplente Luiz Marques Poliano; Instituto Brasileiro de Educação e Cultura (Ministério das Relações Exteriores) — Luiz Simões Lopes; Conselho Internacional de Comércio e Produção — Edgard T. Leite; Comissão Consultiva de Acórdos Comerciais (Ministério das Relações Exteriores) — Alberto Ravache; Conselho do Mérito Agrícola — Kurt Repsold; Suplente, Ben-Hur Raposo; Conselho Superior de Recursos Fiscais do Estado da Guanabara — Juvenal da Silva Azevedo; Conselho Federal Consultivo da Agricultura (Ministério da Agricultura) — Flávio da Costa Britto.

# ENG.º ILDEFONSO SIMÕES LOPES



O "Diário Popular" de Pelotas de 26 de fevereiro último, insere e data venia transcrevemos, a seguinte notícia:

*"Foi inumado nesta cidade, com íntimo e singelo cerimonial, o saudoso republicano histórico Doutor Ildefonso Simões Lopes, cujos restos mortais foram agora transportados do Rio de Janeiro pelos filhos do ilustre extinto, doutores Álvaro e Luís Simões Lopes, que se encontram presentes entre nós.*

*Era velho desejo do saudoso varão pelotense repousar no seu mausoléu do cemitério de Pelotas, junto aos seus entes queridos, na terra onde nasceu e que tanto soube dignificar e amar profundamente. Tanto que, nos últimos instantes de sua preciosa vida, lamentou, pesaroso, não se encontrar na terra querida onde nascera. Da bela residência herdada de seus progenitores, fez benemérita doação à utilíssima Creche São Francisco de Paula. Esta é uma das quarenta e tantas instituições pias mantidas quase exclusivamente pe-*

*la generosidade do nosso povo. Confirma isso o que disse Ildefonso Simões Lopes em erudita conferência na Biblioteca Pública:... "Terra de uma caridade clássica e sem limites..."*

*Foi, pois, plenamente cumprida, por seus dignos filhos, sua derradeira vontade de vir repousar definitivamente ao lado de seus venerandos pais, os beneméritos conterrâneos Visconde e Viscondessa da Graça, de sua idolatrada esposa, de sua querida filha, bem como de seus irmãos, tios, sobrinhos, inúmeros parentes e dedicados amigos, a quem dedicou, durante sua existência, especial afeição e carinho".*

*Logo após o seu falecimento, a 4 de dezembro de 1943, foi o ilustre brasileiro e saudoso Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura sepultado no jazigo n.º 1.837 — F — Quadra 2 do cemité-*

*rio de São João Baptista, nesta cidade do Rio de Janeiro.*

*Quando das comemorações do centenário de seu nascimento, a 19 de novembro de 1966, como parte do programa então realizado, uma grande romaria visitou o seu túmulo, tendo, na ocasião, usado da palavra o antigo deputado pelo Rio Grande do Sul, Prof. Raul Bittencourt, que pronunciou de improviso, lindo e comovido discurso, em nome não só da SNA como da Fundação Getúlio Vargas, da FARSUL e da Liga de Defesa Nacional.*

*Com a trasladação, agora, dos seus restos para Pelotas, cumpriu-se a vontade final do ilustre homem público. Esta nota é complemento das notícias que, a propósito do seu centenário, "A Lavoura" publicou nos números de nov/dez de 1966 e jan/fev. de 1967.*

## HOMENAGEIA 2º ANO DO GOVÊRNO COSTA E SILVA COM INTENSA ATIVIDADE NO SUL DO PAÍS

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, através de seu presidente, sr. Dix-Huit Rosado, participando das comemorações do segundo aniversário do governo do Marechal Artur da Costa e Silva, cuja sede foi instalada nessa ocasião no Paraná, fez entrega de um total de NCr\$ 1.962.380,82 em recursos financeiros destinados a atividades de desenvolvimento agrário no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, incluindo-se nesta programação assinatura de diversos convênios, inauguração de vários empreendimentos de vulto e entrega de cem títulos de posse a colonos do Núcleo Colonial de Papuan, em Santa Catarina.

### PARANÁ E S. CATARINA

No Estado do Paraná o presidente do INDA fez entrega de um total de NCr\$ ..... 731.059,18, dos quais NCr\$ 200 mil para eletrificação rural a cargo da Cooperativa Mista Agropecuária de Witmarsum; NCr\$ 10 mil para manutenção do Hospital Vicentino de Paula; NCr\$ 50 mil para administração de curso sobre plantas tóxicas a cargo da Universidade do Paraná; NCr\$ 37.153,26 ao Departamento de Águas e Energia Elétrica para aplicação em programa de eletrificação rural de Pelotina e ao mesmo Departamento de Energia Elétrica mais uma parcela de NCr\$ 258.905,92 que serão empregados em eletrificação rural na área de Arapotí; NCr\$ 25 mil para instalação de Cursos de Treinamento por intermédio da

Obra Cultural Santa Maria e NCr\$ 150.000,00 para a Sociedade Rural Norte do Paraná adquirir máquinas perfuratrizes, sendo assinados na mesma ocasião os seguintes convênios: com a Secretaria de Agricultura, para aplicação no ensino agrícola — NCr\$ 40 mil; com a Sociedade Rural Norte do Paraná, para agropecuária — NCr\$ 50 mil; e com a Universidade do Paraná, visando à instalação e manutenção de Centro de Treinamento — setor de ensino agrícola superior — cerca de NCr\$ .... 100.000,00. Santa Catarina recebeu do INDA, nessa oportunidade, só para aplicação em eletrificação rural, a importância de NCr\$ ..... 325.647,64, participando o sr. Dix-Huit Rosado da inauguração da linha de Eletrificação Rural Curitibaanos/Núcleo Celso Ramos/ Estadual/ Triticola e efetuando a entrega de 100 títulos de posse aos colonos dos lotes rurais do Núcleo de Papuan.

### RIO GRANDE DO SUL

Dentro da programação com a qual o INDA, ao mesmo tempo que desenvolve sua política de atuação no sul do País, presta justa homenagem ao dinâmico governo do marechal Artur da Costa e Silva, congratulando-se com o transcurso do seu segundo aniversário, foram destinados e liberados NCr\$ ..... 715.574,00 para os programas de desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul, com a seguinte distribuição: à Cia. Estadual de Energia Elétrica, para a segunda etapa de trabalhos de eletri-

ficação rural, NCr\$ 100 mil; para o Projeto de Eletrificação Rural de Ibirubá — NCr\$ 100 mil; para a SASE, para instalação de Cursos de Treinamento, NCr\$ 75 mil à Secretaria de Agricultura — trabalhos de levantamento de solos, NCr\$ 88 mil; com a mesma Secretaria de Governo para Cursos de Treinamento Agrícola, NCr\$ 100; destinados à Universidade Federal do RS para emprêgo em treinamento profissional no nível superior NCr\$ 74 mil; para cursos de treinamento na Faculdade de Zootecnia da Pontifícia Universidade Católica, NCr\$ 60 mil; a serem aplicados no término das obras do Aprendizado Agrícola Pres. Dutra, em Taquari, NCr\$ 31.574,00; para aplicação no programa de clubes agrícolas da Juventude Rural a cargo da Secretaria de Educação e Cultura NCr\$ 22 mil; recursos destinados ao DAC — Secretaria de Economia — para a assistência ao cooperativismo NCr\$ 50 mil e à Sociedade Rio-Grandense de Assistência aos Lázaros (ajuda financeira) cerca de NCr\$ 15.000,00.

Além da entrega de recursos e assinaturas de convênios o presidente do INDA compareceu à inauguração de uma rede elétrica em Ibirubá, com 28 km de extensão, a qual beneficiará 130 propriedades rurais e 4 indústrias; inauguração da aparelhagem de raios X do Hospital Beneficente Anes Dias, em Ibirubá, equipamento doado pelo INDA; instalação do Serviço de Conservação de Solos, fruto de acordo entre a autarquia e órgãos governamentais g a ú c h o s,

também no município de Ibirubá, inauguração de linha de eletrificação rural no município paranaense de Palmeira, na Rodovia do Café, a 55 km de Curitiba, e inauguração do Pavilhão de Atividades Rurais e de Técnicas Agrícolas e Industriais do Aprendizado Agrícola Presidente Dutra, na localidade Taquari, todos empreendimentos realizados graças à ação integrada do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário.

#### OUTORGA DE ESCRITURA

Foi autorizada pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — outorga de escritura definitiva da Chácara Urbana 13-A, da Gleba Um de Bloco situado no Núcleo de Papuan. Foram beneficiados com a providência inúmeros cessionários daquele Núcleo, localizado no Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina. Mesma providência foi tomada em favor de vários cessionários de lotes rurais de segunda zona do Núcleo Colonial de Dourados, Mato Grosso.

#### APROVADOS PROJETOS DE LOTEAMENTOS EM SÃO PAULO

O Conselho Diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, aprovou, em recente reunião, os projetos de loteamentos denominados "Jardim Somara" e "Jardim Reimberg", localizados no subdistrito de Santo Amaro, município de São Paulo, Estado de São Paulo. Estas áreas serão aproveitadas para a formação de 817 lotes urbanos, para fins de expansão residencial e comercial.

#### LAVRADORES RECEBEM LOTES DO INDA

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA, atendendo decisão do seu Conselho Diretor, resolveu autorizar a outorga de escrituras definitivas a 24 lavradores, de igual número de lotes rurais da Segunda Zona do Núcleo Colonial de Dourados, no Estado de Mato Grosso.

#### A LAVOURA



*Flagrante da assinatura do Convênio: pelo INDA o Presidente Dix-Huit Rosado e pelo MEC o Ministro Tarso Dutra.*

## INDA firma Convênio com MEC — Ensino Agrícola —

Cumprindo programação de apoio integrado para desenvolvimento do ensino agrícola em vários níveis o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura celebraram dois convênios, nos quais a autarquia contribuirá com um total de NCr\$ ... 198.000,00 em recursos. Os documentos firmados pelo presidente do INDA, sr. Dix-

Huit Rosado e pelo Ministro da Educação, sr. Tarso Dutra, prescrevem a aplicação de NCr\$ 98.000,00 para as obras de ampliação das instalações do Colégio Agrícola de Uberlândia e NCr\$ ..... 100.000,00 para as obras de ampliação do Centro de Treinamento de Professores de Júlio de Castilhos, no Rio Grande do Sul.



*O Sr. Dix-Huit Rosado em palestra com o Ministro Tarso Dutra pela ocasião da assinatura do Convênio.*

## EXPANSÃO DE CORNÉLIO PROCÓPIO

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou projeto de loteamento que visa à formação de 86 lotes para fins de expansão residencial e comercial no Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, área de 45 mil metros quadrados, denominada Vila Nova Independência.

## ELETRIFICAÇÃO RURAL NO NORDESTE

Objetivando o prosseguimento das obras de eletrificação rural do Rio Grande do Norte, realizadas pela Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, através de convênios com o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, resolveu o INDA prorrogar a vigência dos aludidos convênios até junho do ano em curso.

Idêntica providência foi adotada, com prazo até dezembro do ano em curso, para realização de estudos para eletrificação rural no Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

## LÍDERES RURAIS PARA O RJ

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário, através de sua Delegacia Regional do Estado do Rio de Janeiro, promoveu a realização de um curso de caráter intensivo para a formação de Técnicos destinados aos Clubes Agrícolas.

As atividades curriculares compreenderam matérias de implantação de práticas agrícolas, organização, zootécnica, veterinária e economia doméstica, estudo da liderança e líderes, relações humanas, processos de comunicação e recursos audiovisuais. Cerca de 29 treinandos concluíram o curso, em solenidade realizada no dia 1 de março de 1969, na Universidade Rural.

## NÓVO NÚCLEO DE COLONIZAÇÃO

Mais uma unidade de colonização oficial vem tendo sua instalação providencia-

da pelo INDA — Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — e cuja localização beneficiará a área compreendida à margem direita da rodovia Uberlândia — Monte Alegre, na região do Triângulo Mineiro. Situado em terras oficialmente consideradas de utilidade pública, o novo núcleo será implantado conforme convênio firmado entre a autarquia de desenvolvimento agrário e o Governo mineiro.

## EXTENSÃO RURAL NO NORDESTE

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — concedeu autorização visando prorrogação do prazo de vigência de convênio celebrado entre a autarquia e a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, situada em Juazeiro, na Bahia. O documento prevê desenvolvimento e emprego de recursos em atividades de extensão rural, na área daquele Estado nordestino.

## INDA APROVA PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA

Em decisão de seu Conselho Diretor o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou o Plano Nacional de Assistência Técnica e Diretrizes Gerais para Integração de Serviços de Assistência Técnica denominados, respectivamente, pelas siglas PLANATE e ISATE. Através da ISATE ficam aprovadas as diretrizes gerais a serem consideradas nos termos de ajuste a se estabelecerem entre a autarquia e as entidades associativas do meio rural de 1.º e 2.º graus, Cooperativas Agropecuárias e Sindicatos, visando à integração de programas de assistência técnica nas respectivas unidades da Federação.

## INDA AJUDA FLAGELADOS DE ALAGOAS

Em face das tristes ocorrências provocadas pelas enchentes em Alagoas o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — abriu crédito de NCr\$ .....

50.000,00 em recursos à disposição do governo alagoano para ajuda aos flagelados daquela região. É o seguinte o teor do telegrama enviado pelo presidente do INDA ao governador Lamenha Filho:

“Levando em consideração necessidade providências urgentes autorizei ajuda cinquenta mil cruzeiros novos *ad referendum* Colendo Conselho Diretor INDA pt Contador ai amanhã entregará cheque Palacio sds Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia presidente do INDA.

## XXXI EXPOSIÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DE CAMPO GRANDE

Visando ao maior brilho da XXXI Exposição Agropecuária e Industrial de Campo Grande, em Mato Grosso, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário aprovou contribuição de recursos financeiros na importância de NCr\$ 10.000,00. O acontecimento, que é promoção da Associação dos Criadores do Sul de Mato Grosso, será realizado de 20 a 27 de abril próximo. A mesma associação receberá do INDA NCr\$ 18.000,00 para construção de um poço artesiano e caixa de distribuição.

## INDA DESTINA RECURSOS PARA AGROPECUÁRIA

Em cerimônia realizada no gabinete da presidência do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA — foi celebrado convênio entre a autarquia e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo — BNCC — pelo qual o INDA destina cerca de NCr\$ 500.000,00 para financiamento de empreendimentos agropecuários, a serem veiculados e movimentados por aquele estabelecimento oficial de crédito. Participaram do ato além dos presidentes dos dois órgãos o sr. Dix-Huit Rosado Maia pelo INDA e o Sr. José Pires de Almeida pelo BNCC, o coordenador da autarquia, sr. João Seabra de Mello, o diretor do Banco, sr. José Tocantins, e outros funcionários do gabinete da autarquia federal de desenvolvimento agrário.

# O LEITE CRU

uma vergonha nacional!

OTTO FRENSEL

Diretor da Sociedade Nacional de Agricultura.

Por incrível que possa parecer, mas não a quem lida com os laticínios brasileiros há cinquenta anos, como o autor destas linhas, o nosso artigo com o título acima, que se encontra no número (135) de setembro de 1958, não passou de mais uma pregação no deserto, continuando tão atual, como há dez anos passados. É o que nos ocorre diante da leitura do seguinte documento que foi dirigido por laticinistas paranaenses ao Sr. Ministro da Agricultura em maio do ano passado:

“Com base nas justificativas abaixo, vimos propor nova redação ao atual Art. 509, do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, baixado pelo Decreto n.º 30.691, de 29-3-52, modificado pelo Decreto n.º 1.255, de 25-6-62.

Diz atualmente o referido texto:

“Art. 509. Nas localidades onde existir usina de beneficiamento de leite, não é permitida a venda de leite cru, não podendo a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio deste tipo de leite”.

É sabido que a pasteurização do leite visa a defender a saúde do povo. Impõe-se a medida, obviamente, o que dispensa maiores justificativas.

Todavia, temos notado, na prática, que o dispositivo está incompleto para satisfazer as necessidades que o progresso vem trazendo neste vasto Brasil. É necessário

que a legislação atinente à matéria se adapte às reais necessidades, acompanhando o progresso.

Propomos a seguinte redação para o artigo:

“Art. 509. Nas localidades onde existir usina de beneficiamento do leite, não é permitida a venda de leite cru. A proibição estende-se, também, às localidades circunvizinhas, que sejam atendidas com leite pasteurizado, ainda que nestas não haja usina. Não podendo, nestes casos, a autoridade estadual ou municipal dar concessão para o comércio de leite cru”.

Impõe-se a nova redação pela situação atual do País, em franco desenvolvimento.

Com a existência de mais e maiores usinas de leite, principalmente de cooperativas organizadas pelos próprios produtores, pode-se perfeitamente atender às necessidades de um município ou localidade, bem como localidades circunvizinhas.

Por exemplo: No município de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, há usinas de pasteurização e beneficiamento de leite capazes de atender ao consumo da cidade propriamente dita e cidades circunvizinhas. Não fôsse essa possibilidade no ABC, ou seja, nas cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano, poderia facilmente proliferar o leite cru, o que seria um contrassenso. Mas a legislação específica não atende a estas particularidades, daí a necessidade da nova redação

proposta. Há conveniência de se estender a obrigatoriedade do consumo de leite pasteurizado mesmo nas localidades circunvizinhas, ainda que não haja usina própria, mas que perfeitamente possa ser atendida, a bem da saúde da massa consumidora, do povo.

Em nosso Estado, o Paraná, dá-se a mesma circunstância. No norte do Estado, há uma seqüência de cidades em franco progresso e desenvolvimento, mas nem todas dotadas de usinas de beneficiamento. Ora, para se instalar uma usina de beneficiamento em cada localidade ou município, não é possível, dado o volume de investimentos, e o estabelecimento beneficiaria um **quantum** antieconômico de leite, o que a tornaria deficitária e impossibilitaria o seu normal funcionamento, aliás como vem acontecendo, em alguns casos.

Fácilmente se infere a necessidade de se tornar obrigatório o **consumo exclusivo de leite pasteurizado** também nestas localidades, nas circunvizinhanças, das em que haja usina de leite.

A saúde acima de tudo! Defendê-la é imperativo nacional.

Poderíamos citar outras localidades neste vasto País, que se encontram em idênticas situações, mas quer nos pareça que os exemplos são objetivos, representam a realidade, e o óbvio não precisa ser aprovado.

Submetemos às Autoridades constituídas a apreciação

ção da proposição, contando mereça a necessária atenção que o caso requer.

A adaptação do dispositivo legal no sentido de tornar obrigatório o consumo de leite pasteurizado é um imperativo na defesa da saúde do Povo Brasileiro, e o que se pretende alcançar nesta legislação específica”.

Façamos votos para que os autores dessa exposição tenham mais sorte e não venham a se considerar, muito em breve, componentes do grupo dos pregadores no deserto. Parece incrível que uma causa tão justa, que visa a proteger o produtor e o consumidor, não consiga sequer fazer executar o Artigo 509 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal que data de 29 de março de 1952. Alguém já se lembrou de fazer a conta das crianças mortas ou dos doentes sobreviventes, causados por tamanho desleixo de 16 anos?

Entretanto, como cúmulo de ainda maior gravidade, em carta de 30 de agosto p.p., o Sr. Dr. Paulo Ebling Rodrigues, Secretário Executivo do GELACTISUL — Grupo Executivo da Política de Desenvolvimento da Produção, Beneficiamento, Industrialização e Consumo de Leite e Laticínios, entre outras, nos faz a seguir gravíssima comunicação:

“Recentemente a proibição da venda de leite cru por parte da Secretaria de Saúde em um município deste Estado, onde opera usina de beneficiamento de leite, deu origem a um mandado de segurança por parte dos “leiteiros” aos quais foi concedida a liminar e em recursos “ex-officio” na 4.ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado tiveram a sentença mantida por voto unânime dos três desembargadores que arbitraram o assunto. Ficou assim estabelecida a jurisprudência sobre o assunto e levantada a tese de que o “Comércio de leite cru não é ilegal mesmo nas cidades onde exista estabelecimento de beneficiamento de leite”. Esta tese defende a ilegalidade do Artigo 509 do Decreto Federal n.º 30.691

## BRASIL TERÁ CENTRO DE PESQUISA AGRÍCOLA

Realizou-se, nos salões da Sociedade Hípica de Campinas, a reunião para a comunicação da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco.

Para tanto, estiveram reunidos naquela cidade paulista, representantes do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, Prefeitos de cidades vizinhas a Campinas e autoridades locais. Na ocasião, o Sr. Hans Schlochauer, gerente-geral, participou aos presentes os planos para as atividades do Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco. Este centro não se limitará a uma localidade única mas conduzirá experiências em várias áreas do país e terá como principais objetivos: o aperfeiçoamento e a adaptação de produtos agrícolas novos para as condições brasileiras; a pesquisa e o estudo de novas técnicas agrícolas; o intercâmbio cultural entre pesquisadores e estudantes de agricultura, principalmente o intercâmbio internacional de conhecimentos, uma vez que o Centro Brasileiro estará ligado aos

outros Centros de Pesquisas da Elanco nos Estados Unidos e aos outros pesquisadores da companhia na Europa, Médio Oriente, Oriente e África.

A gerência do Centro Experimental estará a cargo do Dr. Aldo Alves, engenheiro agrônomo formado pela Escola Luís de Queiroz, de Piracicaba, e doutorado na Purdue University nos Estados Unidos, sob a supervisão do Dr. Raymond Donald Hicks, ex-docente da Universidade de Missouri, EUA. Estiveram presentes ao evento, além dos diretores da empresa no Brasil, os Srs. Cliff Birkett, vice-presidente da Elanco Internacional, Jackson Nave, Diretor de Área da América Latina e Dr. Edwin Adler, diretor de Pesquisas do Centro de Pesquisas Agrícolas da Lilly, em Greenfield, Indiana, EUA, que se encontram há duas semanas em nosso país para conhecer melhor as condições de nossa agricultura. O Centro Brasileiro de Pesquisas Agrícolas da Elanco será o sexto em todo o mundo e o primeiro na América Latina.

de 30 de março de 1952, inclusive, em face do Código Brasileiro de Alimentos e leis anteriores que tratam de saúde pública”.

Apoiamos integralmente as sugestões para que se procure enfrentar tão grave situação e, como primeiro pas-

so neste sentido, fazemos a presente divulgação, esperançosos de que, ao menos desta vez, sejam lidas e meditadas as nossas presentes linhas, tendo presentes os justos direitos ao menos das inocentes crianças do Brasil de amanhã!

A LAVOURA

## UM PRECURSOR

O fundador e primeiro presidente da SNA — o Dr. Antônio Ennes de Souza — era um republicano extremado. E tão extremado que, derrubada a nossa mansa e democrática Monarquia, sob a qual vivemos durante mais de sessenta anos, mandou arrancar do gradil do Campo de Santana os escudos do Império, substituindo-os pela estrêla republicana. Disto resultou um chocante anacronismo: enquanto no escudo do regime implantado por Deodoro se lia a era de 1889, no ferro artístico que encimava (e ainda hoje) os portões do belo parque, se achava inscrito o ano de 1873 — data de inauguração do parque, planejado por Glaziou.

A fobia monárquica do Dr. Ennes de Souza o levava a excessos, como o de mandar fundir as matrizes dos célebres "olhos de boi" — de alto valor filatélico, já naquela época, dado o fato de que o nosso país foi um dos primeiros a seguir o exemplo da Inglaterra, adotando o selo postal.

Os gradis, um prefeito os removeu recentemente, corrigindo a aberração. Mais recentemente ainda, o atual Governador os restabeleceu, sem as armas da República, é claro. Foram, assim, sanados dois erros: o da data e o da liberdade que os marginais de toda espécie tiveram, retirados os gradis, de tornar o jardim impraticável às famílias e principalmente às crianças.

Mas a digressão já vai longe e o que nos interessa é ressaltar o pioneirismo do fundador da SNA no setor da assistência social no Brasil, que êle realmente o foi, nos albores do século, quando na direção da Casa da Moeda.

As violências citadas, deploráveis, inevitavelmente, não nos devem contudo levar a uma condenação sumária e de plano ao antigo professor de Metalurgia da Escola Politécnica, pois muita coisa fez êle de bom para o Brasil.

A começar, evidentemente, pela sua idéia e ação, ao fundar a SNA, demonstrando profunda devoção aos problemas agrícolas, então muito agravados com a abolição da escravatura.

Sofreu oposição e injustiças, inclusive na Casa da Moeda, onde teve de enfrentar processos até de *desfalque!*

Relatemos o fato: em comêço de 1900, desapareceram da quase tricentenária casa de cunho do Brasil, selos adesivos e de consumo, logo lançados no mercado. A comissão de sindicância nomeada para apurar a irregularidade, convencionou capitular como *desfalque um furto de material*, já que os selos não haviam sido sequer arrolados na Tesouraria.

Apesar da tendenciosidade e do empenho da Comissão, o Dr. Ennes foi responsabilizado apenas *moralmente*, após a identificação dos operários e funcionários da Repartição, autores do delito.

No decorrer do processo a Comissão atentou para assuntos completamente estranhos ao objeto do inquérito, para fazer acusações ao Diretor, acusações essas que, hoje, seriam elogios e muito enalteceriam a personalidade do ilustre doutor em Ciências Físicas e Naturais, pela Faculdade de Filosofia da Universidade de Zurique.

Eis uma das acusações que hoje constituem matéria obrigatória de lei e até de programas de govêrno: "Mantinha-se no estabelecimento uma escola de instrução primária, freqüentada pelos aprendizes operários em horas de trabalho, correndo a despesa do material e pessoal por conta dos cofres da União". Verificou também a Comissão a "existência de uma farmácia onde, segundo o livro de registro, aviavam-se, desde 1893, centenas de receitas, sem que os empregados e os operários e até o próprio médico do estabelecimento indenizassem os cofres públicos do valor dos medicamentos adquiridos no mercado".

Pela conclusão da Comissão, nesse tempo, era crime alfabetizar e dar assistência médica...

O Dr. Ennes de Souza se mostrava, assim, adiantado de seus contemporâneos em mais de meio século. E o resultado dêste seu trabalho ficou patentado nos anos a seguir, quando os aprendizes que alfabetizou, e aos quais deu assistência médica, se transformaram nos esplêndidos artifices e artistas que, muitos dêles, chegaram aos nossos dias.

## "HISTÓRICO"

*Marcelo Mendonça Raposo*

O café, não obstante as controvérsias, segundo Rogério de Camargo e Adalberto de Queiroz Teles Jr., no livro: "O Café no Brasil — Sua aclimação e industrialização — Vols. I e II — Série Estudos Brasileiros n.º 4 — SIA — Ministério da Agricultura — 1953 — 1.252 páginas, é originário da Etiópia, na África.

A sua introdução no Brasil remonta ao século XVIII, quando trazido, em 1727, pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta, da Guiana Francesa, que ali havia ido em missão oficial. Vieram em mãos daquele sargento-mor, além de grãos, cinco mudinhas de café que foram plantadas em Belém do Pará, com sucesso. No ano imediato deu-se também o plantio do café no Estado do Maranhão e, em seguida, em Estados vizinhos a este, até que em 1770 foi a sua cultura introduzida na Bahia.

A caminhada do café não parou, tomou vulto e já no fim do século XVIII deu-se o início do seu plantio nos Estados do Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Com a sua implantação nestes dois últimos Estados, surgiram também as primeiras lavouras comerciais. Sobre a introdução da cultura cafeeira no Estado de São Paulo não há referências exatas sobre a época em que isto se verificou, havendo a suposição de que tal tenha ocorrido por volta do ano de 1790.

No Brasil o café tem se destacado sempre como uma cultura migratória. De ini-

cio o líder na produção foi o Estado do Rio de Janeiro, até 1894, passando, sucessivamente, esta liderança a Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná.

Esta característica migratória da lavoura cafeeira, inclusive com o abandono das plantações que já não ofereciam bons resultados para o lançamento de outras em terras novas e vigorosas, trouxe o desbravamento de áreas, as quais permitiram fôssem ampliadas as nossas agricultura e pecuária.

Não obstante a expansão do café entre nós, na forma acima citada, só depois de 1820 é que o Brasil foi considerado, realmente, um país produtor de café. Do Brasil Colônia, consta que se remetiam, de tempos em tempos, algumas partidas de café para Portugal, mas em quantidades tão pequenas que não foram anotadas na época. A verdadeira era do café no Brasil começou logo após a proclamação da nossa Independência e sabe-se que já em 1850 éramos o primeiro produtor do mundo, com uma colheita que representava 45% da produção mundial, posição que ainda sustentamos até o presente instante, apesar dos fatores adversos com que tem contado a nossa principal atividade agrícola.

Ainda sobre a implantação da cultura cafeeira no Brasil, vamos encontrar no livro "Cultivo e Adubação do Cafeeiro", de C.A. Krug e outros, edição do Inst. Brasileiro de Potassa — Experimentações e Pesquisas —

São Paulo — 1963 — 259 páginas, as seguintes considerações:

... "Embora, em contrapartida, o café com a sua migração, fôssem tornando as antigas zonas de produção em regiões estagnadas ou mesmo decadentes, não restam dúvidas que foi ele o principal propulsor do desenvolvimento então verificado em toda a economia brasileira, o que se deu não só pela abertura de novas áreas e incorporação desses extensos recursos naturais na economia do País, mas principalmente pela alta soma de divisas propiciadas pela venda do café, nos mercados estrangeiros.

Os dados apresentados no quadro a seguir permitem apreciar não só a evolução da produção no Brasil, mas também a mudança de importância dos vários Estados em sua produção, à medida que o cultivo ia se deslocando à procura de terras novas e férteis.

Por esses dados pode-se verificar que foi efetivamente quando o café se adentrou no Estado de São Paulo que se constatou um grande incremento de sua produção que, na ocasião, atingiu o máximo na safra de 1933/34 (veja parte inferior no quadro, onde constam os anos de maior produção — no período analisado — do Estado do Rio, de São Paulo e do Paraná), quando São Paulo produziu 21,8 milhões de sacas, volume que até hoje não foi atingido por qualquer outro Estado produtor. Nessa época, a pro-



## Colheita bem feita e na época oportuna influi muito na qualidade do café

dução paulista representava parcela significativa da produção nacional. Na década de 30, com as grandes produções verificadas, o setor café enfrentou a sua maior crise, repetindo-se, em escala bem mais intensa, os reflexos de ciclos de alta produção e baixos preços, que já em ocasiões anteriores tinham determinado uma série de intervenções governamentais, no mercado de café. Naquela ocasião, a coincidência de grande produção com acentuada queda no consumo mundial, motivada pela crise econômica de 1929, tornou o problema mais profundo, acarretando sérias repercussões, na economia de nossa agricultura. A partir dessa ocasião, inicia-se nova fase de transição

dêsse setor com a implantação de uma nova agricultura comercial, baseada principalmente no algodão, rompendo assim o tipo tradicional de monocultura que então vinha prevalecendo de maneira nítida. Com as alterações na estrutura de típica fazenda de café, foram igualmente se intensificando outros cultivos comerciais para atender o próprio mercado interno — arroz, milho, frutas, oleaginosas etc.

Essa difícil fase da cafeicultura brasileira se estendeu praticamente até o fim da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, quando, em face de incrementos na procura mundial de café e da diminuição de colheitas, verificaram-se novas fases de preços remunera-

dores, o que determinou nova corrida para o café, não só em São Paulo, mas principalmente no norte do Paraná. A esse respeito podemos citar dados bastante elucidativos, pois esse Estado que apresentava no quinquênio de 1950/54 uma produção média de 3,3 milhões de sacas atingira no fim do quinquênio seguinte, isto é, na safra de 1959/60, a sua produção recorde, isto é, 20,4 milhões de sacas, cabendo ainda ressaltar que esta evolução seria ainda mais impressionante se não ocorressem as geadas de 1953 e 1955. Foi igualmente com essa grande produção paranaense que terminou o período de hegemonia de São Paulo na produção nacional de café.

QUADRO I — Produção Exportável de Café no Brasil — 1.000 sacas 60 Kg.

Média de décadas e safras	Estado do Rio	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Paraná	Outros	Total Brasil
1881/90	3.626	1.853	—	—	—	—	5.479
1891/00	3.114	4.116	—	—	—	—	7.230
1901/10	1.094	9.252	2.772	511	—	202	13.831
1911/20	812	9.305	2.446	670	—	158	13.391
1921/30	945	11.131	3.445	1.249	175	309	17.254
1941/50	469	7.874	2.638	1.655	1.062	364	14.062
1951/60	242	8.618	3.261	14.923	5.867	527	20.438
1880/81	4.402	1.204	—	—	—	—	5.606
1933/34	905	21.850	4.062	1.859	600	358	29.634
1959/60	362	15.601	4.494	1.907	20.410	947	43.816

FONTE: Instituto do Café do Estado de São Paulo D.N.C. e I.B.C.

Naquela mesma safra de 1959/60 o Brasil obteve a sua produção recorde, com colheita de 43,8 milhões de sacas, volume superior ao consumo deste mesmo período. O recorde anterior tinha sido já assinalado de 29,6 milhões — na safra de 1933/34 — nível esse que no entanto foi posteriormente suplantado, por mais duas vezes — 29,8 milhões em 1960/61 e 35,9 milhões na safra seguinte de 1961/62.

Essas grandes produções obtidas, superiores às possibilidades de absorção pelos mercados importadores, determinaram a acumulação de grandes excedentes que novamente pressionaram o mercado, causando nova fase de preços desfavoráveis aos cafeicultores, que vem caracterizando a corrente situação interna do café".

Esta situação de produção trazendo excesso sobre o que se pode exportar vem preocupando as autoridades governamentais, fazendo com que sejam adotadas medidas que possam corrigir tal situação, sendo uma delas adotada em 1961, a "Erradicação e Diversificação".

**ERRADICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO**

Esta surgiu de estudos feitos pelo Instituto Brasileiro do Café com a criação do Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura (GERCA).

As metas principais do GERCA na execução de seu Plano Diretor previam: a erradicação, em dois anos, de 2 bilhões de cafeeiros anti-econômicos — considerando-se, como tal, os cafêzais cuja produção por mil pés não

excedesse a 360 kg (6 sacos de café beneficiados), na média dos três anos que antecederam a introdução do plano; a renovação de 500 milhões de cafeeiros em bases racionais, com a possibilidade de produção de 6 milhões de sacas; a diversificação de cultura nas áreas liberadas pela erradicação. Na fonte em que obtive estas informações sobre a "Erradicação e Diversificação" — Subsídios Para Uma Política Nacional do Café — do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da C.S.A. — Confederação Nacional da Agricultura — Rio de Janeiro — abril de 1967 — 202 páginas, diz mais, en-

tre outras considerações, o seguinte: além desses objetivos principais, previa o plano outras metas secundárias, compreendendo um conjunto de investimentos em setores de industrialização de produtos agropecuários, com objetivo de solucionar o problema sócio-econômico de mão-de-obra ociosa decorrente da liberação das áreas de cultura, bem como a instalação de cursos de aperfeiçoamento para dirigentes de cooperativas e agrônomos.

A erradicação e a recuperação de áreas por ela liberadas se processaram e a situação disto é a que mostramos no quadro abaixo:

**BRASIL**

QUADRO II — ERRADICAÇÃO — Situação em 31.12.66  
ESTADOS CAFEIROS — 1000 pés ÁREA LIBERADA-ha

São Paulo	224.420	304.762
Minas Gerais	230.564	241.538
Paraná	125.772	161.062
Esp. Santo	67.903	60.429
Outros	54.887	50.720
Total	723.546	818.517

FONTE: Relatório do GERCA 1966

Como se pode notar, o Estado de Minas Gerais foi o que até 1966 contribuiu com o maior número de cafeeiros à erradicação, não apresentando porém maior área liberada, cujo índice pertence a São Paulo. Isto naturalmente consequência de diferença de espaçamento entre cafeeiros, de um Estado para o outro.

Não obstante este esforço há uma recente advertência a respeito do mesmo, trazida pela revista *Cooperçotia*,

ano XXV — n.º 227 — setembro 1968, intitulado "Hora de parar e pensar — Café chega ao ponto crítico" — de autoria de Mauro de Souza Barros, encerrando as seguintes considerações: "Nos últimos cinco anos o Brasil produziu 119 milhões de sacas de café, contra uma demanda de 114 milhões (84 milhões para exportação e 30 milhões de consumo interno). A estimativa de colheita para 1968/69 gira em torno de 15 milhões a 17 milhões de sacas, ou seja, 4

milhões menos que nossa cota de exportação. Precisamos ainda de mais 11 milhões para completar a cota e atender ao consumo interno — que varia de 6 milhões a 8 milhões atualmente — e que serão retirados dos estoques do Instituto Brasileiro do Café (IBC).

nossas vendas ao exterior e também no mercado interno?

Nossas necessidades são claras; precisamos dispor anualmente pelo menos de 27 milhões de sacas para atender aos nossos atuais compromissos externos e internos. Os estoques dimi-

Foi objetivo do governo eliminar a superprodução, tendo utilizado a erradicação e a política de preços como fatores de pressão para conseguir, ao mesmo tempo em que procurava colaborar na estabilização internacional do comércio do produto.

De certa forma, ambos os objetivos, em suas linhas gerais, já foram atingidos. É preciso agora verificar se o remédio ainda deve continuar a ser aplicado no plano interno, pois no externo não somente batemos o recorde de exportação de café neste ano (quase 20 milhões de sacas), como temos boas possibilidades de ampliar os mercados novos que, atualmente, por decisão do Convênio Internacional do Café (CIC), não estão sujeitos a cotas. No setor do solúvel podemos concorrer, e bem, com o café africano.

O café tem sido desde o século passado um dos sustentáculos da economia brasileira. Embora sua posição em valor já não seja a mesma, devido ao avanço de outros produtos agrícolas e também do setor industrial, ainda é o principal item de nossa receita de dólares. Uma política bem equilibrada, interna e externamente, poderá não só melhorar a situação do cafeicultor, com reflexos diretos na economia interna, como também assegurar nossa maior participação no mercado externo.

Em que pesem os conceitos emitidos pelo autor do trabalho a que acabo de me referir, na minha modesta opinião, acho que a erradicação e a diversificação são medidas que virão dar ao Brasil dias mais tranquilos quanto aos problemas da sua produção cafeeira. É que pela erradicação estão sen-

ESTADOS	CAFEEIROS 1.000 pés	AREA ha
São Paulo	1.095	1.132
Minas Gerais	1.235	1.154
Paraná	169	177
E. Santo	77	78
Outros	90	103
Total	2.666	2.644

FONTE: Relatório do GERCA — 1966

#### RECUPERAÇÃO DE ÁREAS LIBERADAS PELA ERRADICAÇÃO DE CAFEEIROS Situação de 31.12.65

CULTURAS SUBS- TITUTIVAS	ÁREA HA	%
Pastagem	318.851	44,21
Milho	134.815	18,70
Arroz	59.487	8,25
Algodão	42.788	5,93
Feijão	31.209	4,33
Cana-de-açúcar	26.119	3,62
Mandioca	18.186	2,52
Amendoim	17.403	2,42
Mamona	8.822	1,22
Café	4.023	0,56
Reflorestamento	3.386	0,47
Outras culturas	56.021	7,77
TOTAL	721.170	—

FONTE: Divisão de Estatística do IBC — resumo

Verifica-se, assim, que já se chegou quase ao equilíbrio entre a produção e as necessidades atuais, precisando levar em conta que estas poderão e deverão crescer. Evidentemente, o deficit pode ser coberto pelos estoques do IBC. Mas parece que ninguém é capaz de dizer ao certo se temos em estoque de 20 milhões ou 40 milhões de sacas boas para bebida.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que estes estoques não são inesgotáveis (uma parte deve ser mantida para atender à flutuação de safras) e que talvez tenha chegado a hora de o governo parar para pensar. Deve prosseguir na política de erradicação e de desestímulo à produção através de preços baixos? Dentro das bases atuais, poderemos assegurar para o futuro produção que permita não só manter como ampliar

nuem, a produção nos últimos anos e também a previsão para 1968/69 demonstram que, com exceção de 1965/66, ano bom com 37,8 milhões de sacas, não produzimos o suficiente para nossas necessidades. No conjunto, de 1963/64 e 1968/69 (esta última safra como previsão), nosso deficit é de 2 milhões de sacas: produção, 135 milhões de sacas, exportação e consumo interno, 141 milhões de sacas.

#### PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO (mil sacas)

PRODUÇÃO SEGUNDO O MOVIMENTO DE REG. NO IBC.	EXPORTAÇÃO (safra comercial)
1963/64	23.153
1964/65	18.063
1965/66	37.776
1966/67	17.596
1967/68	23.000 (estimativa)
1968/69	16.000 (previsão)
TOTAL	135.588
	18.868
	12.419
	16.521
	16.421
	19.957
	20.000
	104.886

NOTA: o consumo interno, de 1963/64 a 1968/69, é estimado em 37 milhões de sacas que, somados ao total da exportação, dão 114 milhões de sacas.

do eliminadas, principalmente, as lavouras cujos resultados em cruzeiros não dão para cobrir as despesas do seu custeio, deixando livres áreas que serão usadas em outras lides agropecuárias, para o plantio, principalmente, de viveres tão necessários a uma população cuja expansão é acelerada, apresentando, no momento, índice de crescimento de aproximadamente 3,5% ao ano. Também as pastagens serão nelas introduzidas em proveito da melhoria da alimentação do nosso rebanho de gado leiteiro e de corte. Com melhor forrageamento, por certo, teremos mais leite para consumo e para o fabrico e de seus derivados, sobretudo, a manteiga e o queijo. Também haveria mais carne para a nossa mesa, como também poderemos ir com ela aos mercados internacionais em busca de mais divisas, desde que sejam afastados alguns óbices a este respeito, principalmente a febre aftosa.

Se os países cafeeiros tivessem pensado, antes, em medidas controladoras da produção com vistas à superprodução, o problema não teria atingido a gravidade que apresenta e estariam livres dos acordos, como o estabelecido pelo Convênio Internacional do Café de 1962 e o que lhe deu continuação, o Convênio Internacional do Café de 1968, recém-firmado por governos de países produtores e importadores de café, integrantes da Organização das Nações Unidas, cujos objetivos são: (Fonte: Convênio Internacional do Café-1968 — Fac-símile dos documentos: ICC-II-26 (P) e II-26 (E) — Rev. 2 da OIC de 28 de fevereiro de 1968 — Inst. Brasileiro do Café — Departamento Econômico, 60 páginas, Anexo A — Quotas básicas de exportação; Anexo B — Países de destino não sujeitos a quotas, mencionados no artigo 40, Capítulo VII, Anexo C — Distribuição de votos por países exportadores e importadores e, finalmente, anexo de texto em inglês):

1 — alcançar um equilíbrio razoável entre a oferta e a procura de café, em bases que assegurem fornecimentos adequados aos consumi-

dores e mercados para o café, a preços equitativos, aos produtores, e que resultem a longo prazo, no equilíbrio entre a produção e o consumo;

2 — minorar as sérias dificuldades causadas por onerosos excedentes e expressivas flutuações dos preços de café, prejudiciais tanto a produtores como a consumidores;

3 — contribuir para o desenvolvimento dos recursos produtivos e para elevar e manter os níveis de emprego e de renda nos países-membros estimulando, desse modo, a obtenção de salários justos, padrões de vida mais elevados e melhores condições de trabalho;

4 — ajudar a elevar o poder aquisitivo dos países produtores de café pela manutenção dos preços em níveis equitativos e pelo incremento do consumo;

5 — estimular o consumo do café por todos os meios possíveis;

6 — em geral, reconhecendo a relação entre o comércio do café e a estabilidade econômica dos mercados de produtos industriais, incentivar a cooperação internacional com respeito aos problemas mundiais do café.

## AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

A implantação da lavoura cafeeira no Brasil, de início com as facilidades da grande extensão de terras virgens e do braço escravo e, posteriormente, à Abolição, do braço do colono, principalmente europeu, não atendeu à política de menos cafeeiros e mais café. Cuidou-se da lavoura extensiva, que mudaria tão logo fôsse apresentando sintomas de decadência e conseqüente baixa produção.

A lavoura extensiva caracterizou-se por grandes plantações, lançadas sem os cuidados devidos às sementes que dariam os nossos cafeeiros, sem a observância de outras práticas culturais e de manejo adequado do solo, havendo fazendas que arrolavam no seu acervo lavouras constituídas de 100 mil ou mais cafeeiros. Esta maneira extensiva com que foram lançadas as lavouras cafeeiras trouxe em conseqüência a redução da produtividade das mesmas, chegando o Brasil a ter um baixo índice de produção por área e por número de cafeeiros, surgindo, então, as lavouras de ca-



- Plantas Cítricas de Clones Novos (Nucleares).
- Limoeiro Tahiti — (Linhagem "Peruano").
- Nogueira Pecan — (A noz americana).
- Abacateiros — Coleção de 6 variedades.
- Mangueiras — Finas variedades.

Grande sortimento de outras plantas frutíferas e ornamentais

Folhetos GRÁTIS

DIERBERGER AGRÍCOLA S/A.

Fazenda Citra — Cx. Postal 48 — Limeira —  
Est. de São Paulo

fé chamadas deficitárias, isto é, cujo rendimento não dá para cobrir as despesas de manutenção da propriedade agrícola. Foram estas lavouras que trouxeram a média baixa de produção de 20 arrôbas (30 kg) de café beneficiado por mil pés, entre nós.

Felizmente, já estamos alertados para isto e o chamado para a maior produtividade já foi feito. A orientação hoje a seguir é fazer-se uma recuperação da cafeicultura em bases técnicas para obter-se um máximo de produção por unidade de área cultivada. Para tanto, já dispomos de ensinamentos técnicos e os agricultores já estão possuídos da mentalidade de que é necessário, e mesmo vital, melhorar os métodos do uso e manejo do solo e da cafeicultura que nele se desenvolver.

Com variedades mais produtivas, novos sistemas de plantio que permitam a conservação do solo, melhores

práticas de trato dos cafezais, sistemas adequados de colheita, seca, benefício e padronização do produto colhido, aliados às facilidades do crédito rural, o Brasil tirará a sua lavoura cafeeira das dificuldades a que chegou, para colocá-la na posição almejada.

Nada de cultura migratória, mesmo porque as terras virgens do Brasil, férteis por estarem protegidas pelas matas, já não existem mesmo. Agora, a lavoura cafeeira tem que se fixar. O regime extensivo que a caracterizou tem que dar lugar ao regime intensivo, isto é, do emprêgo das melhores técnicas de trabalho e, assim, maior rendimento da produção por área plantada.

#### MELHORIA DA QUALIDADE

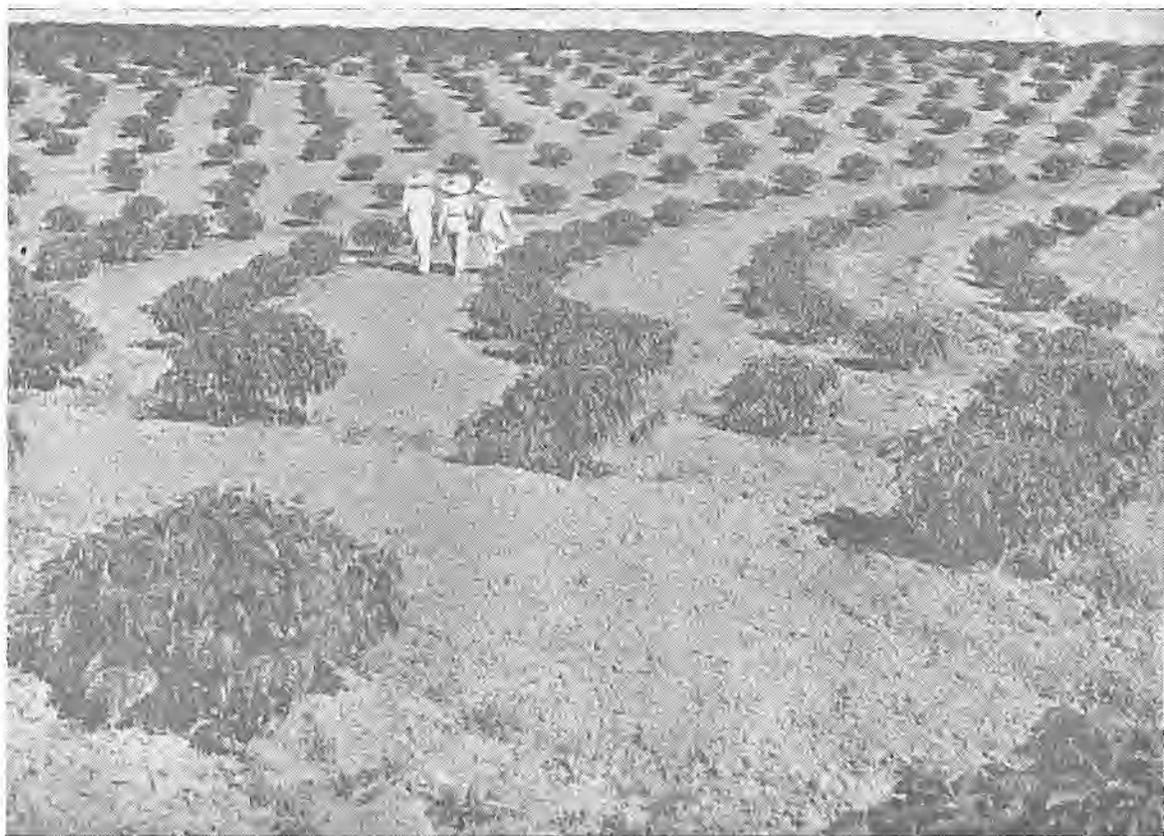
A qualidade do café no Brasil é coisa que ficou, até bem pouco tempo, em plano secundário, pois do que mais

se cuidou foi de se ter quantidade.

Produto exportável, valendo ouro, sem o fantasma da concorrência, o Brasil plantou café a valer, caracterizando-se mesmo por ser um país monocultor desta extraordinária rubiácea, chegando a ter safras muito além dos limites comportáveis pelo mercado consumidor estrangeiro. A este respeito, segundo dados do IBC, em 1960, o Brasil teve uma safra registrada de 44.130 milhões de sacas de café. Decorrente desta safra e de outras anteriores e posteriores surgiu, então, a superprodução de café no Brasil.

O pior é que esta superprodução sempre se caracterizou por cafés baixos, do tipo 7, 7/8 e 8, além de apresentarem bebida "Rio" que gozam de uma retração no seu consumo pelos mercados mais exigentes e que pagam melhor preço.

Esta superprodução cafeeira tem trazido sérios proble-



*Aspecto de um cafézal novo plantado segundo os preceitos da técnica agronômica*

mas à nossa economia, chegando o Brasil, para corrigi-la, à medida extrema, de queimar alguns milhões de sacas de café em grão. Hoje, o Governo brasileiro, procurando aliviar os efeitos da mencionada superprodução, adotou o critério do acúmulo de estoques, isto é, adquire do produtor o excedente da produção exportável, havendo dados estimados pelo IBC que os estoques de café acumulados no Brasil atingiram em 1966 a casa dos 67 milhões de sacas.

A meu ver o Brasil precisa enveredar firme para o rumo da "QUALIDADE", isto é, se esforçar para que a sua produção cafeeira seja representada, em maior escala, por cafés finos, diminuindo assim o número de sacas de café que possa produzir.

Com café fino, isto é, isento de defeito, com boa seca, e de bebida suave, o Brasil poderá ir, com menor número de sacas, aos mercados estrangeiros e obter recursos, em ouro, mais vultosos do que os obtidos, no momento, com maior número de sacas de cafés inferiores.

As cooperativas que estão sendo organizadas no setor de nossa cafeicultura virão ajudar-nos muito na solução de seus problemas, inclusive na maior atenção para o problema da qualidade do café.

As cooperativas que estão sendo constituídas abrangem 3 campos:

a) — *Cooperativas de produção*, abrangendo a organização dos produtores agrícolas, através do exercício coletivo de seu trabalho, com recursos financeiros dos próprios associados ou de créditos obtidos pela cooperativa, em terras que a sociedade possua ou em propriedade por arrendamento;

b) — *cooperativas de consumo*, que têm por objetivo a eliminação do intermediário nas trocas e a abolição do lucro;

c) — *cooperativas de crédito*, que têm, igualmente, por finalidade a eliminação do intermediário, com vistas, porém, à obtenção, para seus associados, das vantagens do auxílio mútuo e da gestão direta, fomentando o crédito

direto às cooperativas de produção e consumo e concedendo empréstimos aos associados, a juros baixos.

Além desses três tipos clássicos, há as cooperativas mistas, associações que preenchem duas ou mais das finalidades acima.

#### AMPLIAÇÃO PELO BRASIL DE PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

O café tem sido a mola real do desenvolvimento do Brasil. Tudo o que temos de desenvolvimento pode ser levado a crédito das divisas que nos têm sido trazidas pelas exportações cafeeiras. É o café ainda no presente momento o produto de exportação que canaliza para o nosso tesouro a maior percentagem de dólares — moeda forte, que no momento regula a vida econômica do mundo

—, contribuição essa que se tem situado acima de 50%.

Ainda hoje, apesar de todo o nosso surto industrial, o papel da cultura cafeeira na obtenção de cambiais ouro e desenvolvimento do país é fundamental. Uma idéia mais precisa a respeito é obtida dos seguintes dados fornecidos pelo Ministério da Fazenda (SEEF), citado por José Carlos Gonçalves no seu trabalho "Agrônomo renovou café-Desafio", publicado no Correio Agro-Pecuário, ano VII, n.º 145, novembro de 1968 — São Paulo.

Em que pese a alta responsabilidade do café no nosso panorama econômico e social, o Brasil não deve se contentar com os resultados dele advindos.

Deve ir mais além, procurando promover a diversificação de produtos na sua pauta de exportação.

Anos	Café	Outros produtos	total
1960	713	556	1.269
1961	710	693	1.403
1962	643	571	1.214
1963	747	659	1.406
1964	760	670	1.430
1965	707	888	1.595
1966	734	1.007	1.741
1967	710	942	1.652

Assim procedendo, sendo o café um produto de procura elástica, estaremos nos resguardando de possíveis dificuldades conseqüentes de oscilações de procura exterior, oriundos de desajustamentos financeiros que possam vir a sofrer os nossos países compradores.

Essa diversificação deve inclusive dar preferência a produtos manufaturados, visto ser muito mais interessante a exportação dos mesmos do que a remessa de produtos primários para o exterior e ainda atingir a reconquista de situações que por nós foram perdidas no mercado internacional, como sejam o caso do cacau, o da borraça natural, e outros.

---

# ANUNCIE

## EM

# "A LAVOURA"

---

## Pesquisa agrícola obtém expressivos resultados nos Estados Unidos

A agricultura e seus campos correlatos estão repletos de dificuldades, que constituem desafios para os pesquisadores. Mas, nos EUA, têm sido encontradas todas as respostas para esses problemas.

Fazendo uma resenha das realizações dos cientistas durante o ano de 1968, autoridades do Serviço de Pesquisas Agrícolas, agência do Governo dos EUA, disseram que o que foi por eles conseguido beneficiou milhões de agricultores, consumidores e indústrias, não apenas no EUA, mas também em muitos outros países.

Entre as muitas vitórias conseguidas pelos pesquisadores norte-americanos, salientam-se as seguintes:

Foi encontrado um novo modo de resolver um dos principais problemas da colheita mecânica — o de como fazer cair o fruto mais facilmente. Os cientistas descobriram que a aplicação de vitamina C provoca a queda, e também aumenta o conteúdo de vitamina C do fruto, de 4 a 8 por cento.

Entomologistas continuaram a descobrir meios mais seguros e eficientes de dizimar os insetos sem o uso de produtos químicos. Descobriram que uma substância denominada JUVABIONE, encontrada na madeira de certas árvores, evita os insetos. Pesquisas vêm sendo feitas, agora, para verificar a possibilidade de JUVABIONE ser sintetizado a preço que permita produção em larga escala, para extermínio de insetos daninhos.

Os entomologistas aprenderam também que vespas



*Um cientista do Serviço de Pesquisas Agrícolas dos EUA compara a melhor espécie de aveia comercializada nos EUA, a Garland (vista acima), com a aveia selvagem procedente de Israel. As espécies selvagens, que se cruzam facilmente com as espécies cultivadas, contêm mais proteína, grãos maiores e maior resistência às doenças (Foto IPS).*

que atacam outros insetos mas não os homens podem ser usadas para exterminar a broca da alfafa e o piolho Rhodesgrass. Descobriu-se que um besouro parasitário procedente da Europa é inimigo natural da mosca que ataca as colheitas.

Testes feitos com vacas leiteiras mostraram que elas dão de 15 a 20 por cento mais leite, durante os meses quentes do verão, se suas cabeças e pescoços forem mantidos em compartimentos refrigerados a 15 graus centígrados. Esses compartimentos, geralmente de plástico, para a cabeça apenas, representam despesa muito menor do que refrigerar todo o estábulo.

A "SIMAZINA" exterminadora de ervas daninhas pode aumentar o conteúdo protéico de vários alimentos, em 10 a 50 por cento. Segundo os cientistas, este é um novo meio de melhorar a alimentação nos países em desenvolvimento.

Por terem conseguido identificar o organismo causador da artrite reumática nos suínos, os cientistas esperam conseguir os meios de combater doenças de aleijões nos seres humanos.

Derivados do óleo de soja e do óleo de linhaça foram transformados em material para a fabricação de produtos como adesivos, filmes, plásticos etc.

Pelo ajuste da acidez dos tomates, os pesquisadores foram capazes de fazer o processamento de tomates na consistência desejada, desde o suco pouco pastoso à gelatina compacta.

As águas servidas começam a ser um problema de menor importância para as cidades e fazendas, resultado das pesquisas levadas a efeito por engenheiros, que descobriram um meio de extrair água limpa das águas usadas.

Uma espécie de aveia selvagem da região mediterrânea está sendo utilizada para criar novas variedades, que apresentam maior índice de proteína por hectare do que qualquer outro grão. A aveia selvagem contém quase duas vezes a proteína das melhores espécies comercializadas, tem grãos muito maiores e maior resistência às doenças. (IPS)

## USO DO CAFÉ

Segundo nota do IBC, o café foi primitivamente usado como alimento sólido depois como vinho, mais tarde como remédio, e, finalmente, como bebida. Para servir de alimento, o fruto inteiro era esmagado, acrescentava-se-lhe gordura e dava-se em moldes, a forma esférica à espécie de argamassa obtida. Cada uma dessas bolas, mais ou menos do tamanho das de bilhar, servia para alimentação de um homem durante um dia. E com essa provisão alimentícia, as populações nômades lançavam-se, sem temor de inanição, às longas jornadas através dos desertos em que os oásis escasseavam. Ainda hoje, há tribus africanas que assim utilizam o café como alimento.

Já estava inventado (nihil novi sub sole), há qui-

nientos anos, o famoso comprimido alimentar, desejado pelos displicentes que reputam as refeições um enfado, entre as contingências iterativas da vida material, ao invés de uma delícia gastronômica, um afago dos mais agradáveis aos sentidos do gosto e do olfato.

Depois, fêz-se com o fruto do cafeeiro uma espécie de vinho, obtido, pela fermentação da casca da polpa. A seguir, aplicou-se às cascas secas do café a água fervente.

Mais tarde, começou-se a torrar as sementes secas com as quais juntando-se as cascas, fazia-se uma decocção. Só posteriormente é que se triturou o café em pilões.

O aparecimento do moinho é de data relativamente recente.

---

## IRRIGAÇÃO NO CEARÁ

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas — DNOCS — recebeu da Sonda-técnica o projeto complementar de aproveitamento do Açude Pereira de Miranda, no vale do Curu, e que beneficiará 500 hectares de terra.

As terras a serem irrigadas serão desapropriadas e divididas em lotes médios de seis hectares, cada um dos quais

deverá ser explorado por uma família e uma subfamília — o filho casado, que sucederá o proprietário inicial. A família será orientada diretamente por um órgão a ser criado no local e que terá a seus cuidados o sistema de educação dos colonos e os recursos para ali implantar modernos métodos de agricultura.



*Comboio de "montarias" sôbre o rio-mar, de volta de Manaus*

## NO RIO-MAR

Quando o paroara não dispõe do material para instalar a "feitoria" ou a "barraca", vive sob a escassa tolda da "montaria" ou da "igarité..."

São, "algumas, pequenas, a não terem mais de 2,5 m a 3,00 m de tamanho, uma largura máxima de 0,40 a 0,50, muito rasas, delas havendo cuja maior altura, em perpendicular, do fundo à linha das bordas, não será maior de 0,20 a 0,33 ou a 0,40".

A Canoa (de pesca) também não "é forçoso seja

aquela descrita, mais especialmente na pescaria usada e por isso chamada canoa de pesca. Servem-se de qualquer quando é preciso e vêem-se grandes "montarias" e também igarités ocupadas na pesca. Estas todavia, não têm as vantagens daquelas, o silencioso deslizar, o velloz correr, o manejo fácil, a evolução rápida, a possibilidade de entrar e mover-se nos mais estritos e mais rasos riachos ou lagos, de encostar às beiras mais baixas, em até de ser "varada" ou levada aos empuxões, de

uma daquelas bacias para outras, através e sôbre os esteiros de capim que as separam. A ubá, canoa de um só tronco, mal afeiçãoada às formas de embarcações, é hoje quase desusada, sobretudo no baixo Amazonas, onde as montarias a substituíram".

Estas notas foram extraídas do opúsculo, muito raro, de José Veríssimo — "A Pesca na Amazônia", da série "Monografias Brasileiras", impresso no Rio em 1895.

# MOVIMENTO SINDICAL RURAL

Segundo dados da Confederação Nacional da Agricultura, o movimento rural no Brasil apresentou, em 31 de dezembro do ano passado, o seguinte quadro:

<i>E s t a d o s</i>	<i>Entidades com pedido de investidura</i>	<i>Entidades com carta sindical</i>	<i>Entidades c/ carta synd. e est. aprov.</i>	<i>Entidades c/ eleições realizadas</i>	<i>Total de entidades</i>
T. F. Rondônia .....	***	***	1	1	2
Acre .....	***	***	8	***	8
Amazonas .....	2	***	5	7	14
Pará .....	***	3	3	7	13
Maranhão .....	9	2	18	10	39
Piauí .....	30	***	5	11	46
Ceará .....	17	***	15	9	41
Rio Grande do Norte .....	7	***	8	12	27
Paraíba .....	10	1	27	18	56
Pernambuco .....	17	***	14	9	40
Alagoas .....	9	***	12	***	21
Sergipe .....	24	***	14	5	43
Bahia .....	14	***	40	21	75
Espírito Santo .....	3	***	1	33	37
Guanabara .....	3	***	***	1	4
Rio de Janeiro .....	6	5	11	33	55
Minas Gerais .....	26	34	62	87	209
São Paulo .....	22	11	87	62	182
Paraná .....	33	1	24	63	121
Santa Catarina .....	55	***	8	55	118
Rio Grande do Sul .....	22	2	20	33	77
Mato Grosso .....	9	1	26	6	42
Goiás .....	1	***	36	5	42
Distrito Federal .....	***	***	***	1	1
<b>T O T A L</b> .....	<b>319</b>	<b>60</b>	<b>445</b>	<b>489</b>	<b>1.313</b>

No total das entidades, contam-se 22 federações que realizaram eleições, que aprovaram seus estatutos, e que solicitaram investidura.

Está no último caso a Guanabara, que ainda não dispõe da sua Federação.

## PROJETOS APROVADOS PELA SUDENE

A 103.<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no Recife, aprovou investimentos da ordem de NCr\$ 51 milhões que vão produzir em torno de 1.523 novos empregos. O Conselho aprovou, também, solicitação ao superintendente da SUDENE, General Tácito de Oliveira, para providenciar a publicação, no *Diário Oficial*, da regulamentação dos incentivos fiscais e financeiros constantes da lei que aprovou o IV Plano Diretor.

Os financiamentos aprovados se referem a 23 projetos industriais, 4 agropecuá-

rios e 5 a pequenas indústrias. No curso da reunião, o conselheiro Rubens Costa comunicou que a renda *per capita* no Nordeste está em progressão, correspondendo, hoje, a 62 por cento da renda *per capita* média nacional. Também a participação nordestina na renda tributária brasileira subiu de 5 por cento, em 1963, para 7 por cento em 1968.

## IMÓVEIS RURAIS

Ascendia a quase 3,4 milhões de unidades o número de imóveis rurais existentes no Brasil em 1968, ocupando uma área total da ordem de 316,2 milhões de hectares,

com a média de 93,20 ha. Quanto à estrutura agrária, 2,6 milhões dos imóveis rurais eram minifúndios, 746 mil latifúndios por exploração, 76 mil estavam classificados como empresas rurais e 223 eram latifúndios por dimensão. Dados do IBRA indicam que a área total dos minifúndios superava a faixa de 32,8 milhões de hectares, sendo de 16,67 ha a área média dos minifúndios. Os latifúndios por exploração ocupavam uma área total de .. 235,4 milhões de hectares, a área média era de 315,64 hectares. Já as empresas rurais figuravam na relação do IBRA com a área total de 23,2 milhões de hectares, e área média de 306,21 ha.

## SEIS BILHÕES DE INVESTIMENTOS

Deverão ser investidos no Nordeste durante os próximos cinco anos cerca de NCr\$ 6 bilhões em projetos industriais e agropecuários, sendo que no ano passado, foram aplicados cerca de NCr\$ 1,2 bilhão desse montante.

A informação é da SUDENE, que adiantou inclusive que a totalidade dos projetos em desenvolvimento no ano passado proporcionou trabalho estável para 6 mil pequenos agricultores, através de implementos agrícolas e sementes selecionadas conforme o III Plano Diretor aprovado.

No mesmo período, foram liberados pela SUDENE recursos da ordem de NCr\$ 39 milhões que se destinaram à realização de projetos de infraestrutura da região, através da construção de rodovias, obras de saneamento e esgoto e de energia elétrica. As aplicações dos incentivos fiscais atingiram em 68 o ponto máximo de NCr\$ 304 milhões aplicados, ou cerca de uma vez e meia todas as liberações realizadas entre os anos de 62 a 67.

Foram aprovados 148 projetos do setor industrial, totalizando NCr\$ 955 milhões e dando oportunidade para criação de 21.472 novos empregos. Deste total, NCr\$ 504 milhões foram investidos com recursos fornecidos através de deduções do imposto de renda, captados inclusive durante os anos anteriores.

Os novos investimentos aprovados beneficiarão Pernambuco, com NCr\$ 342 milhões em 51 projetos; Bahia, com recursos da ordem de NCr\$ 256 milhões aplicados em 33 projetos industriais; Ceará, NCr\$ 134 milhões e cerca de 20 projetos de investimento; Paraíba, NCr\$ 57 milhões e 16 projetos; Rio Grande do Norte, com 9 projetos e cerca de NCr\$ 52 milhões; Minas Gerais, 4 projetos com NCr\$ 10 milhões aplicados; Sergipe, também 4 projetos no total de 39 milhões; e Piauí, um projeto e cerca de NCr\$ 500 mil de inversões.

## INDA - SNA



A 16 de abril, os Presidentes Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia e Luiz Simões Lopes, respectivamente do Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário e da Sociedade Nacional de Agricultura, firmaram Convênio com a duração de 12 meses, objetivando a expansão das atividades da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", mantida pela citada Sociedade, no Estado da Guanabara, através da realização de cursos de capacitação agrícola.

O clichê fixa o exato momento da assinatura do Convênio. Estão presentes o Presidente do INDA à cabeceira; à esquerda, o Presidente da SNA e o Diretor da Escola de Horticultura "Wenceslão Bello", Sr. Luiz Marques Poliano; à direita, os Srs. José Xavier da Silva e Agapito da Veiga, do setor jurídico daquela Autarquia.

Paralelamente, durante o ano de 68, foi dado início ao programa de desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, sendo aprovados 320 financiamentos no total de NCr\$ 22,2 milhões. Como resultado, foram criados 2.216 novos empregos, em pequenas e médias empresas.

Foi criado um novo mecanismo para dinamizar as pesquisas dos recursos naturais do Nordeste, a Fundação para Pesquisas de Recursos Naturais, que contou com fun-

dos da própria autarquia, além de recursos oriundos dos incentivos fiscais. No setor de pesquisa mineral foi descoberta jazida de níquel na Paraíba, e tiveram início as sondagens para quantificação das manchas de cobre detectadas no norte da Bahia.

Também em 68, foi concluído o inventário hidrogeológico básico, computando ..... 433 km<sup>2</sup> de bacias da região e com capacidade de atendimento a 50 mil pessoas.

## ELEIÇÃO NA S.R.B. (SP)

O último pleito realizado na Sociedade Rural Brasileira ofereceu o seguinte resultado:

Para o Conselho Superior, foram eleitos Felipe Rodrigues Siqueira Netto, Nelson Ottoni de Rezende, José Mario Junqueira de Azevedo, Celso Garcia Cid, Chakib Aschcar, Clóvis Sampaio Vidal e Paulo da Rocha Camargo — com mandato de 9 anos; Ulysses Ferreira Guimarães, José Telles de Menezes, Arnaldo de Andrade Junqueira, Hélio Rubens

Junqueira Caldas, Mario Cintra Leite, João Teixeira Poses e Antonio Carlos Quartim Barbosa — suplentes, com mandato de 3 anos; e Ernesto de Paula Guimarães Jr. — para a vaga existente, com mandato de 6 anos.

A Diretoria ficou assim constituída: Presidente — Roberto Rezende Junqueira; vice-presidente — Afonso Junqueira Franco, Fábio de Salles Meirelles e Salvio de Almeida Prado; 1.º secretário — Renato Ticoulat Filho; 2.º secretário — Hélio Rubens

Junqueira Caldas; 3.º secretário — Arnaldo Zancaner; 1.º tesoureiro — Alcides Prudente Pavan; 2.º tesoureiro — Ulysses Ferreira Guimarães; 3.º tesoureiro — Fábio Lima Verde Guimarães. Departamentos Especializados: de Café — José Francisco Malta; de Pecuária de Corte — José Telles de Menezes; de Pecuária de Leite — Hélio Moreira Salles; de Algodão — Sérgio Cardoso de Almeida; de Avicultura — Antonio Carlos Corrêa; de Cereais — Antonio Carlos Quartim Barbosa; de Fruticultura — José Pires de Almeida; de Silvicultura — Sérgio Assumpção de Toledo Piza; de Atividades Diversas — Sebastião Ivan do Amaral Bueno; de Serviço Social Rural — José Olímpio Dias Gonçalves; de Conservação do Solo — Agenor Nogueira Filho; de Assistência Econômica — Roberto Matarazzo; e de Serviço de Registro Genealógico das Raças de Origem Indiana — Carlos do Amaral Cintra.



**THUYA  
AVÍCOLA  
SIMÕES**

Medicação preventiva e curativa das pipocas (ou caroços) dos pintos e aves adultos

À venda à

**RUA DO MATOSO, 33 - RIO**

Para o interior enviamos pelo reembolso postal

## AGRICULTURA NA GUANABARA

### Calendário para Maio e Junho

#### OLERÍCOLAS

Maio — Planta-se: alface, acelga, beterraba, berta-lha, brócolos, cenoura, ch-cória, couve, ervilha, espinafre, mostarda, nabo, rabanete, repólho, salsa e vagem.

Junho — Início da segunda estação de plantio, com o preparo dos terrenos para novas culturas, continuando-se ainda o semeio e o plantio de hortaliças de folha.

#### FRUTÍCOLAS

Maio — Planta-se morango e enxertos de abacate e videira. Inicia-se a colheita do caqui e graviola. Colhe-se abacate, banana, mamão, tangerina e condessa.

Junho — Durante esse mês dá-se aos trabalhos de preparo do solo para a formação de novos pomares, iniciando-se a poda e a adubação dos pomares.

É boa época para formação de sementeiras a fim de se obter cavalos cítricos para enxertia. Termina a colheita do abacate e tangerina.

# TEMPOS MUDADOS

D. Carminha

Ilustração de Luiz Sá

Seu Valdemiro foi quem trouxe, há mais de 30 anos, para o vale, a criação de galinhas Legornes, introduzindo na região um novo gênero de atividade econômica que em pouco se alastrou por todo o distrito, transformando-o no maior produtor de aves e ovos do País. Estudioso do assunto, vivia a ler compêndios especializados e artigos de revistas nacionais e estrangeiras, objetivando aprimorar os plantéis, melhorar a ração, modernizar os cuidados veterinários pelo uso de vacinas, vitaminas, sais minerais etc. Tinha especial predileção pela construção de pinteiros e galinheiros e raramente não experimentar qualquer planta ou sugestão que lhe caísse à vista como última novidade no assunto. Assim, certo dia, iniciou com especial carinho um "novo galinheiro", todo em tijolo, coberto com telhas francesas, piso em cimento, com água corrente e luz para ativar a postura, caiado e imunizado contra quaisquer germes nocivos à criação. Contento com a obra, já no seu término, dando as derradeiras ins-



truções, vê chegar-se a êle, meio cerimonioso, um velho empregado a quem indaga o que estava achando de tudo aquilo. "Tá uma beleza! Intê queria pedi a mecê pra deixá eu mais Maria morá aí e botá as galinha lá em casa".

Êste fato ocorreu-me, ontem, ao mostrar aos meus filhos, que passavam férias na fazenda, um novo tipo de habitação para colono que é uma verdadeira unidade rural, constante de casa espaçosa com sala, 3 quartos e dependências

completas, toda em tijolo, telhas, piso em vermelhão, portas e janelas em côr, água encanada, espaço exterior para galinheiro moderno, coqueira, chiqueiro higiênico, barracão para depósito de caixaria, instrumental de lavoura etc. e, tendo, ainda, na frente da casa um terreiro tão grande que serve, até, para campo de futebol ou jogo de malha! Encantado com tudo o garoto menor não se conteve e disse: "Oh! mãe, porque você não vem morar aqui e manda o seu Ercílio lá para a nossa casa?"

## “A LAVOURA” — HÁ 70 ANOS

ABRIL 1899

“A LAVOURA” noticia o seu 3.<sup>o</sup> aniversário. **A EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL**, G. V. (Germano Vert); **SERICICULTURA** — Bicho da Sêda indígena, Dr. Luiz Pereira Barretto; **A TUBERCULOSE DO GADO**, S. C.; **O CONGRESSO DOS LAVRADORES PAULISTAS**, Dr. Campos da Paz; **A PESTE DOS SUÍNOS**, notas do Dr. Campos da Paz, em tôrno de estudos sôbre o assunto realizado em Turim; **SÔBRE UMA NOVA MOLÉSTIA DO FUMO**, Carlos Spegazzini, Botânico da Officina-Química-Agrícola de Búenos Aires — Tradução do Dr. Salvador Barradas; **ESTRUMEIRAS**, G. V. (Germano Vert); **A LAVOURA E O COMÉRCIO DA CAPITAL** — carta do Dr. Germano Vert, a propósito da tentativa infrutífera da venda no Rio de uma partida de batatas produzidas em Minas pelo Dr. João Pinheiro; **DESTOCADORES, ARREIOS E TRAÇÃO**, **O PHYLLOXERA EM HAMBURG**, **FEIJÃO DR. MOURA BRASIL**, Redação;

**ASSOCIAÇÃO DO QUARTO CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL** — a SNA recebe o título de Sócio fundador.

MAIO

**CONGRESSO AGRÍCOLA DE SÃO PAULO**, Dr. Campos da Paz; **AS PESTES IMPORTADAS** (*Aspidiotus perniciosus*, o *Phylloxera vastatrix* e o *Margaro des vitii*), ilustrado — Germano Vert; **O PREÇO DO CAFÉ** — Antonio de Medeiros; **A AGRICULTURA NO SERTÃO DA BAHIA**, Spinola Teixeira (Tese inaugural), Dr. Sérgio de Carvalho; **CONGRESSO DOS LAVRADORES** (Conclusão) — Dr. Campos da Paz; **O TRIGO-ARROZ**, G. V. (Germano Vert); **MULTIPLICAÇÃO DAS PLANTAS** — G. V. (Germano Vert); **A SOJA** — Dr. Aristides Cairo; **UM INIMIGO DAS PIMENTEIRAS** (*cantharis atomaria*, ilustrado); **BIBLIOTECA DA SNA** — E. Jacy Monteiro, **SOCIEDADE DE AGRICULTURA DE GOIÁS**, **IMPORTAÇÃO DE ALFAFA**, **EXPOSIÇÃO DE JUÍZ DE FORA**, **PRODUÇÃO DE FEIJÃO** (Redação).

### REMUNERAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Se de um lado reconhece-se a presença do profissional sem qualificação para o exercício do magistério, de outro é imperioso proclamar os ridículos níveis salariais do magistério superior.

Esses níveis, incompatíveis com a dignidade da função, sem dúvida alguma são responsáveis pelo pouco interesse que o magistério vem despertando nos melhores profissionais.

Aqui, precisamente, necessita-se analisar o assunto com extremo cuidado porque a implantação do regime de trabalho em dedicação exclusiva, se não fôr muito bem manejada, poderá levar a essa forma de trabalho altamente desejável, precisamente aquêles docentes in-

capazes de obterem melhor remuneração fora do magistério.

Por essas razões preconizam-se níveis salariais efetivamente adequados e seleção muito judiciosa na adjudicação de regimes especiais de trabalho, para que uma medida eficiente não seja transformada em sinecura de incapazes.

### PESQUISA

A pesquisa agrícola necessita ser estreitamente vinculada com a Universidade para serem evitadas dualidades e até mesmo competição de projetos, enquanto importantes aspectos da tecnologia da produção carecem de melhor elucidação.

A vinculação da pesquisa à Universidade dará, ademais,

maior eficiência e segurança ao ensino.

### RELACIONAMENTO ENTRE OS INTEGRANTES DA VIDA UNIVERSITÁRIA

É realmente chocante deparar-se com o triste quadro que muitas escolas apresentam motivado pela incapacidade de diálogo entre os integrantes da vida universitária.

Nesse sentido, a FAEAB apela veementemente aos mais velhos para que se coloquem na posição de educadores e desçam à planície do diálogo; aos jovens estudantes para que usem sua extraordinária força criadora no sentido da dedicação ao estudo, ao trabalho e à luta pelos altos objetivos que o desenvolvimento nacional lhes reserva.

## A FOTO INTERNACIONAL



A exploração das minas de carvão está sofrendo uma verdadeira revolução com o emprego do “mineiro contínuo”, isto é, de uma máquina especial como nos mostra a foto acima. Trata-se de algo capaz de produzir oito toneladas de carvão por minuto! A referida máquina altera todos os métodos convencionais, pois, de acordo com sua estrutura, ela escava as paredes da mina de carvão, carrega o material escavado para o recipiente que vemos atrás dos braços escavadores, e o joga em condições de uso imediato a seguir. Em um minuto produz oito toneladas de carvão. (Foto IPS, especial para a A LAVOURA.)

# SOLOS E SANEAMENTOS

*Da instalação de canais e nivelamento de cada lote depende a sanidade do solo.*

*Tecnologista de solos do Departamento de Saúde do Estado, em Harrisburg, Pennsylvania.*

*F. Glade Loughry*

Há cidadãos que se mudam dos centros urbanos para os subúrbios, procurando fugir à pletórica vizinhança, em busca de ar livre e melhor vivência. Quase sempre essas pessoas verificam, ao invés disso, que perderam certas facilidades sanitárias e serviços que lhes eram garantidos.

Quando enfrentam um sistema sanitário rudimentar ou as águas do poço se apresentam com sabor desagradável e suspeito, começa o sonho a se desvanecer. E quando a poeira imunda do vizinho tinge o ar, a desilusão é completa.

Mas pode haver ainda mais surpresas. A coleta do lixo e dos detritos caseiros pode não corresponder às exigências sanitárias em virtude do custo elevado das instalações. Ou, então, um dispositivo mal assentado e mal operado pode se transformar em incômodo permanente, produzindo maus odores ou fumaça e favorecendo a proliferação de moscas e ratos, além de poluir as águas com resíduos nauseantes.

**Lei de Facilidades Sanitárias:** — A rápida expansão da população nas antigas áreas rurais que circundam as cidades torna êsse problema de suma gravidade em muitos Estados.

O Estado de Pennsylvania verificou ser de absoluta necessidade o estabelecimento de nova Legislação para enfrentar o problema de saúde provocado pela rápida urbanização das áreas vicinais aos grandes centros. A Lei de Facilidades Sanitárias promulgada em 1966 prevê

meios de planejamento e regularização do Sistema Sanitário Privado e das comunidades. Ela determina que as municipalidades se submetam a planos compreensivos para atender as necessidades de cada jurisdição. Determina também que é necessária permissão para que qualquer cidadão instale tal sistema e autoriza o Departamento de Saúde a adotar regras, regulamentos, tipos-padrões e maneira de proceder.

Essa Lei atribui responsabilidade a mais de 2.500 municipalidades do Estado.

As cidades, vilas e povoados podem agir conjuntamente, ou por meio de cooperativas, na execução dos dispositivos da referida Lei.

Ao Departamento de Saúde compete obrigar as municipalidades faltosas a cumprirem as normas legais, bem como aquelas que estiverem se afastando dos padrões ou da regulamentação.

Estão sendo postos à disposição dos municípios, como adiantamento, os necessários fundos Estaduais destinados às despesas correspondentes à metade dos gastos na execução das obras, bem como dos planos oficiais.

Os planos municipais estão sendo preparados por comissões especiais, inclusive as firmas consultoras. A taxa de crescimento representa o fator principal na fixação dos dados para a complementação dos planos.

Ditos planos são obrigados a estabelecer o seguinte:

- 1) Áreas onde já existem sistemas de rede sanitária;
- 2) Áreas onde tais sistemas são planejados para se-

rem feitos dentro de 10 anos;

3) Áreas em que os sistemas comunitários não estão sendo planejados para 10 anos.

**O Levantamento do Solo é a Base** — Onde não existe serviço público sanitário, o plano deve incluir uma avaliação dos solos em termos de capacidade para a instalação dos respectivos dispositivos.

Isto é geralmente baseado nos dados apresentados pelo Serviço de Conservação dos Solos.

Para certas e restritas áreas, nas quais o Serviço de Conservação dos Solos não dispõe de dados, são garantidos fundos próprios para convênios com o referido Serviço a fim de conseguí-los com urgência.

Nas considerações sobre os solos acham-se também incluídos os termos de autorização de novos sistemas individuais de acordo com a Lei, com relação a lotes de menos de um acre.

Tradicionalmente, o dispositivo para um lote tem sido uma fossa séptica com escoamento das emanações por meio de manilhas colocadas na subsuperfície do campo.

O estudo do solo é o principal instrumento na proteção às aplicações autorizadas.

Devem ser fornecidas informações detalhadas a respeito do tipo de solo, profundidade dos lençóis de água em cada estação, profundidade do leito das rochas, declives e capacidade de escoamento.

Quando já existem estudos sobre o solo podem-se aproveitar os dados correspon-

dentes, sujeitos todavia, a uma verificação local para confirmação.

Muitos solos apresentam características tais que os revelam nitidamente impróprios para a aplicação dos dispositivos do sistema padrão.

As principais características incluem:

- 1) Lençol de água à flor da terra;
- 2) Rochas impermeáveis quase à superfície;
- 3) Declives muito acentuados;
- 4) Subsolo de permeabilidade muito lenta;
- 5) Sujeito a enchentes; e
- 6) Proximidade de camadas muito permeáveis, tais como fendas calcárias ou cascalho volumoso que não filtra ou purifica as emanações.

*Um Guia Seguro* — A presença de forma de solo que apresentam essas condições torna-se uma maior garantia do que testes incompletos, feitos sob condições precárias.

Por exemplo: o reconhecimento facial da espessura, da estrutura laminar e das camadas de cores diferentes diz melhor acerca da permeabilidade de um sítio do que testes de escoamento feitos a pequenas profundidades durante estações secas, quando a água pode espalhar-se lateralmente em solos frouxos, acima da cavidade. Além disso, o solo em camadas de cores diferentes, indicando umidade sazonal, identifica sítios pobres, mesmo quando a inspeção é realizada em época de seca.

Alguns solos que por definição são profundos, bem drenados, permeáveis, e apresentam declives pouco acentuados, não oferecem qualquer perigo para aplicação dos dispositivos do sistema em lotes destacados. A taxa de escoamento a ser empregada no planejamento da rede destinada a um dado volume de emanações pode ser baseada nos dados relativos a testes-padrões do Laboratório de Caracterização de Solos, da Universidade Estadual da Califórnia.

Outros solos oriundos de diversos tipos de rochas (mistos) variam de tal modo a pequenas distâncias que

não se pode usar com confiança uma interpretação geral. Requerem que se faça um exame em cada lote para a localização de pontos garantidos para as canalizações.

Em certas circunstâncias, deve-se considerar bem qual o tipo mais conveniente, se o sistema de fossas sépticas ou as canalizações.

Um se destina a áreas onde o planejamento das instalações é feito para 2, 5 ou 10 anos e os construtores precisam manter alterações ou trocas para justificar a construção eventual de canais. O outro é para lotes que permaneceram baldios em áreas em desenvolvimento, dada a pobreza do local. Aqui a questão é, muitas vezes, a seguinte: "Por que se negar permissão para dado lote quando a vizinhança possui fossas sépticas que nunca deram a menor alteração?"

Além do mais, há necessidade de medidas temporárias a serem aplicadas nos locais onde existam planejamento definitivo para uma rápida complementação.

Uma alternativa entre a fossa séptica e o sistema de filtro são os tanques de arejamento. Tal aparelhamento às vezes realiza melhor trabalho na destruição dos resíduos.

Um bom sistema destrói 85 a 90% do material miasmático.

O sistema de arejamento evita emanações onde a tubulação se acha em solos calcários contendo rachaduras, ou em leitos de puro cascalho que não têm capacidade de filtrar as emanações.

Nessas condições, um filtro de areia colocado no fôssido de distribuição faz com que os resíduos se espalhem lentamente, de sorte a permitir sua maior permanência em contacto com o solo.

Outra solução seria bombear os resíduos num ponto do solo em condições favoráveis, encher uma área, com solo permeável para se conseguir suficiente profundidade acima do lençol de água ou acima do cascalho, reforçando a fossa.

O reforço das fossas seria muito dispendioso, se usado durante períodos prolongados, porque todo o material a esgotar deverá ser bombeado

em caminhões-tanques e conduzido a um sistema onde pudesse ser recebido mediante um dispositivo de tratamento.

*Toneladas de Resíduos por Ano* — A destinação da matéria sólida se constitui em outro aspecto do problema, o qual se amplia de acordo com a evolução tecnológica e crescimento da população. Calcula-se que a produção total, anual, da matéria sólida oscila entre 3/4 a uma tonelada *per capita*.

Fossos sanitários são uma maneira econômica de absorver a matéria sólida.

Outros métodos seriam a incineração e a formação de compostos para a alimentação de porcos.

O solo, todavia, é fator importante em todos esses métodos. A incineração e a formação de alimentos reduz o volume do lixo, mas ainda deixa resíduos que precisam ser consumidos nos fossos sanitários ou no próprio solo.

Os compostos residuais bem preparados são muito úteis na agricultura.

Os canais sanitários exigem cuidadosa escolha de local e absoluto controle da operação a fim de evitar-se o surgimento de outros problemas.

Muita gente pensa que a formação de canais sanitários equivale a enterrar o material e agem escolhendo sítios próximos, dizendo: "Bota isto aí em qualquer lugar."

Além do problema emocional, há reais percalços a serem sobrepujados na locação de canais sanitários.

Excrementos decompostos, lixos e resíduos industriais apresentam uma vasta variedade de produtos nefastos.

Um bom solo, propriamente usado, produz um grande efeito renovador nos produtos intermediários.

Se a reação puder ser mantida aeróbica, a maior parte da matéria orgânica se transforma em dióxido de carbono e água.

Se os fossos sanitários estiverem abaixo do lençol de água, a metana é o principal gás produzido, e os produtos solúveis combinam com a água para formar uma lixívia escura e prejudicial. Se

houver excesso de água a lixívia ressurgir do canal e vai poluir a superfície da água e a água do solo.

Um bom fôssó sanitário é feito de tal modo que mantenha a matéria sólida na barragem, onde ela pode se tornar compacta e ser coberta, diariamente, pelo menos, por seis polegadas de solo. Isto evita incêndios acidentais, movimento de papéis pelo vento, propagação de mósas e ratos e maus odôres.

A última camada precisa de pelo menos dois pés de solo (48 polegadas). As condições dos solos que são adaptáveis a instalação de fossos sanitários são tais que os mesmos competem com as boas terras para agricultura, para instalação de prédios destinados a indústria, estradas de rodagem, e muitas outras instalações para recreação.

O solo deve ser profundo, bem drenado, de textura mediana ou levemente áspera, com pequenas elevações, poucas pedras ou cascalho, nunca sujeito a cheias e sem rochas subterrâneas com grandes fendas ou leitos de cascalho que não permitam a filtração da lixívia.

Traduzido de "Soil Conservation", U. S. Dept. of Agriculture, Sept. 1968, vol. 33, n.º 2).

#### ATIVIDADES DOS CLUBES 4-S

Os 55 mil sócios dos quase 2.500 Clubes 4-S, em 1969, atuarão em 1.200 municípios de 19 Estados, realizando trabalhos que visam à melhoria das comunidades, em número de 1.400, contando com o apoio das autoridades e dos órgãos de nível local, além da orientação de técnicos e dos serviços de Extensão Rural e de líderes adultos de cada área.

Os Clubes 4-S que realizarem os melhores trabalhos serão premiados pela Sears Roebuck S/A, que renovou o seu patrocínio a esse tipo de trabalho desenvolvido pela juventude rural. Em nível municipal serão premiados, com certificados, 1.400 Clubes, em nível estadual haverá 21 Clubes premiados com coleções de livros e o Clube vencedor nacional receberá uma taça.

## SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

### Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária 1.ª e 2.ª Convocações

Ficam os Senhores Sócios convocados para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária que se realizarão na sede da Sociedade a 16 de junho do corrente ano, às 15 e 18 horas, respectivamente, para a seguinte ordem do dia:

#### ORDINARIA

- a) Relatório do Presidente
- b) Parecer da Comissão de Contas (1968)
- c) Interesses Sociais

#### EXTRAORDINARIA

- a) Alteração nos Estatutos

Caso não haja número na 1.ª convocação, ficam, desde já, convocados os senhores sócios para o dia 23 do mesmo mês, às mesmas horas, no mesmo local e para a mesma ordem do dia, quando as reuniões se realizarão com qualquer número.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1969

a.) Luiz Simões Lopes — Presidente.

#### RETIFICAÇÕES

*"Maior produção com melhores práticas de ordenha"*

*No trabalho publicado sob o título acima, no número anterior, por descuido da revisão, deixou de ser inserta, ao pé do artigo, a nota que se segue, o que agora fazemos:*

*"Os direitos autorais para o idioma português foram gratuitamente cedidos ao Prof. Sylvio do Valle Amaral, a quem "A Lavoura" deve esta publicação".*

#### Fundadores da CNA

*Também por um lapso na revisão, no artigo sob o título acima, deixou de ser mencionada como fundadora a FARP (Federação das Associações Rurais do Paraná). Assinaram a ata de fundação, a 27 de setembro de 1952, o Dr. Miguel Matiskey, vice-presidente, e Silvano Alves da Rocha Loures, delegado da prestigiosa entidade da terra dos pinheirais.*

*Aqui fica a indispensável correção.*

*Ceres domina hoje o  
que antes era reino de  
Netuno.*



## FLEVOLAND MERIDIONAL

As obras do Zuiderzee — transformado no Lago Yssel — compreendem a construção de 4 “polders”: oriental, Flevoland oriental, Flevoland meridional e Markerwaard.

A superfície conjunta destes “polders” é de 202.000 hectares: somando-se-lhes o Wieringermeer, terminado em 1930, teremos em todos 222.000 hectares.

Os “polders” Wieringermeer e Nordoriental constituem, desde há tempos, florescentes zonas agrícolas. O Flevoland oriental foi pôsto parcialmente em expansão.

O “polder” Flevoland meridional se encontra em etapa menos avançada. O dique que o rodeia foi terminado em 1967 e atualmente se desenvolve nêle uma operação

de bombeamento, programada para terminar no ano passado.

O Flevoland meridional é constituído de 90% de ótimas terras de trabalho, enquanto que o ocidental atinge apenas a 80%.

Ao fim dêste ano deverão ser postas em execução as operações de cultivo. Durante o quinquênio 1970/75 será desenvolvida a etapa de exploração parcial das terras pelo governo. Caso tudo corra bem, começará em 1975 a distribuição das áreas agrícolas aos particulares. Por essa época já estará terminada a distribuição das terras do Flevoland oriental. As máquinas nêle empregadas para o arroteamento e início

das culturas passarão a funcionar no nôvo “polder”.

As culturas tiveram início na zona oriental do “polder”. Realizada esta tarefa, e distribuídas as novas terras, imediatamente será atacada a zona ocidental.

O trabalho preparatório realizado pelo Estado, com alto grau de mecanização das atividades correspondentes, se desenvolve em etapas compreendendo cêrca de 20.000 hectares em cada uma delas.

Estas notas, extraídas no n.º 7/68 da “Gazetilha Agrícola da Holanda”, fazem-nos lembrar da anedota segundo a qual Deus fêz o mundo, mas o holandês criou a Holanda...

# Livros e Publicações

## **CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ — 1968**

Publicação do Instituto Brasileiro do Café — (Departamento Econômico). Fac-símile dos documentos: ICC. II-26 (P) E II — Rev. 2 da DIC de 28 de fevereiro de 1968 — 59 p., in 8.º — Original em inglês.

## **CULTURA DA AMOREIRA**

— Luiz Paolieri — Eng.º Agrônomo. Folheto da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Serviço de Sericicultura, Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 3900 — Campinas.

## **CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS CARACTERÍSTICOS BIOMÉTRICOS DO BICHO-DA-SEDA SOB INFLUÊNCIA DA ALIMENTAÇÃO**

— Ermelino Scarpelli — Diretor do Serviço de Sericicultura — Oldemar Cardim Abreu e Pedro Abramides — Engenheiros Agrônomos. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 49 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Est. de São Paulo. Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900 — 13 págs., in 8.º — Campinas, São Paulo — 1967.

## **GUIA DOS DEFENSIVOS DA LAVOURA**

— Jalmirez G. Gomes — Publicação do Departamento de Defesa e Inspeção Agropecuária — Serviço de Defesa Sanitária Vegetal. Seção de Produtos Fitossanitários. Suplemento 1966/1967 — Rio de Janeiro.

## **ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A FIAÇÃO DA SEDA COM EMPRÊGO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA E DA ÁGUA TRATADA DE CAMPINAS**

— Arnaldo Borgonovi, Sericultor Chefe da Seção de Indústria e Comércio. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 50 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal, 360 — tel. 93909 e 93900 — 10 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1967.

## **PESQUISAS RELATIVAS À INCUBAÇÃO ARTIFICIAL E NATURAL DOS OVOS DO BOMBYX MORI L.**

— Oldemar Cardim Abreu e Nivaldo Alves Bonilha, Engenheiros Agrônomos; Boletim Técnico de Sericicultura N.º 31 do Serviço de Sericicultura, da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo — Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900, 69 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1962 — pub. 1968.

## **A CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SEDA PRODUZ RENDIMENTO RÁPIDO E COMPENSADOR**

— Luiz Paolieri, Engenheiro Agrônomo. Boletim Técnico de Sericicultura n.º 38 do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Avenida das Amoreiras, 165 — C. Postal, 360 — tel. 93909 e 93900 — 21 págs. in 8.º — Campinas — São Paulo — 1966 — pub. em 1968.

## **CRIAÇÃO DO BICHO-DA-SEDA**

— Luiz Paolieri — Eng.º Agrônomo. Folheto da Secretaria da Agricultura de São Paulo. Serviço de Sericicultura — Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 3900 — Campinas.

## **PÊSSEGO — CARTILHA DO PRODUTOR**

— Publicação do Escritório de Pesquisas e Experimentação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuária do Sul — Ministério da Agricultura Série Extensão n.º 16 — Junho 1968, 27 p., in 8.º — Pelotas — RS.

## **INFLUÊNCIA DAS RAÇAS SOBRE A PUREZA DA SEDA**

— “GREGE” — (Ens. realizado no S. de S. no período de 1965/66) Arnaldo Borgonovi — Sericultor Chefe da Seção de Indústria do Comércio do Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Est. de São Paulo. Av. das Amoreiras, 165 — C. Postal 360 — tel. 93909 e 93900 — 13 págs., in 8.º — Campinas — São Paulo — 1966 — pub. em 1968 — Boletim Técnico de Sericicultura n.º 48.

— **TRIGO, 68** — Recomendações de Variedades e Épocas de Plantio PARANÁ — SANTA CATARINA — RIO GRANDE DO SUL — Publicação do Escritório de Pesquisas e Experimentação do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul — Ministério da Agricultura — Circular n.º 38 — Junho 1968, 15 p., in 8.º — Pelotas — RS.

J. Sampaio Fernandes

Ao acompanhar pela imprensa diária os esforços de órgãos controladores de preços, que jogam fora inutilmente centenas de milhares de contos em tabelar, montar máquina de repressão, fiscalizar e... concordar com as inevitáveis altas, quando melhor seria que tais milhares de contos se empregassem no estímulo real ao aumento da produção, na melhor organização dos mercados de distribuição, no melhor policiamento dos campos onde medram a miséria, o analfabetismo, a prepotência de donos que exploram o trabalhador, pois ainda há disto.

A incultura agrícola do trabalhador, que tira dez de onde, com práticas modernas e assistência técnica, poderia retirar cem, lembrei-me do célebre romance de Alexandre Manzoni "I PROMESSI SPOSI", história milanesa, onde entre outras coisas verídicas e históricas daquela época em que os espanhóis dominavam grande parte da Europa mediterrânea, nos conta o episódio da revolta milanesa então governada por Dom Gonçalo Fernandez de Cordoba. Vale a pena transcrever algo do texto do romance, baseado em fatos reais então ocorridos.

"Era aquêlo o segundo ano de colheita escassa"... "E qualquer das colheitas ainda não acabara de ser enceleirada, já as provisões para o exército, e o desperdício que sempre as acompanha, faziam-lhe dentro um tal vazio, que logo a penúria se fazia sentir e com a penúria êsse seu doloroso como inevitável mas salutar efeito, o encarecimento"...

"Mas quando se chega a um certo ponto... nasce em muitos a opinião de que a razão disso não é a escassez." Esquece-se que ela foi temida, predita; supõe-se sem mais nem menos que há grão bastante, e que o mal provém de não ser êle vendido em quantidade suficiente para o consumo; suposições essas que não estão nem no céu nem na terra, mas que lisongeiavam a um tempo a cólera e a esperança"... Os açambarcadores de grão (grão é o trigo, fundamental na economia alimentar européia), reais ou imaginários, os possuidores de terra que não o vendiam todo num dia, os padeiros que compravam, em suma todos aquêles que o tivessem um pouco ou bastante, ou que passassem por tê-lo, a êstes se lançava a culpa da escassez e do encarecimento, êstes eram o alvo da queixa geral, a abominação da multidão, mal e bem vestida"... "Os magistrados alguma coisa faziam: como, por exemplo, estabelecer o preço máximo de alguns gêneros, cominar penalidades a quem recusasse vender, e outras ordenações dêsse gênero. Como porém tôdas as providências do mundo, por mais rigorosas que sejam não têm a virtude de diminuir a necessidade do alimento, nem de fazer surgir gêneros fora da estação; e, como essas, em particular, não tinham a virtude de atraí-los de onde pudesse haver superabundantes; assim o mal perdurava e crescia"... "A multidão atribuía um tal efeito à insuficiência e à fraqueza dos remédios"... "e pedia outros mais decisivos e genero-

sos"... "Na ausência de Dom Gonçalo, o grão-chanceler Antônio Ferrer... que haver pão a um preço justo" (e quem não veria?) é em si coisa desejável e pensou, aqui o equívoco que uma ordem sua pudesse bastar para produzi-lo. Fixou a meta (assim chamam à tabela de preços) do pão ao preço que seria justo se o trigo se vendesse comumente a trinta e três liras o alqueire — e vendia-se até a oitenta. Fêz como uma mulher que, já não sendo jovem, pensasse rejuvenescer alterando a sua certidão de batismo".

Ordens menos insensatas e menos iníquas haviam mais de uma vez, pela própria resistência das coisas, ficado sem execução"...

Não vale a pena transcrever mais, pois basta o que ficou dito para mostrar que a ilusão dos tabelamentos é velha, dêles derivando o câmbio negro, a sonegação, sempre que o preço não é o justo, que a mercadoria é escassa e que de onde não há não é possível tirar. Como tenho acentuado muitas vezes, nos meus trabalhos, os tabelamentos só são compreensíveis em tempo de calamidade pública: uma guerra, um bloqueio, uma epidemia, como a gripe espanhola, que tudo desorganizou. Fora de tais circunstâncias é um incentivo ao câmbio negro, é um desestímulo ao produtor e ao comércio honesto. Seu proveito é nulo, mais de fachada, mais para meia dúzia, do que para o conjunto da população que quer o artigo e o paga, embora com sacrifício. Preços livres alentam a concorrência. Os comerciantes vão à procura dos artigos onde se encon-

# Associação Brasileira de Juizes de Animais

**Fundou-se em Belo Horizonte, a 13 de dezembro último,  
a Associação que traz o título acima.**

**Visa a nova entidade aos seguintes objetivos:**

a) Manter um quadro de juizes, constituído por técnicos de reconhecido valor, especializados para julgar as diferentes raças, das espécies animais economicamente exploradas no país, que normalmente são apresentadas em Exposições a fim de poder atender às solicitações das Entidades organizadoras de tais certames, de modo a proceder a um julgamento criterioso, dentro de uma unidade de doutrina, objetivando o melhoramento da pecuária nacional.

b) Traçar diretrizes para julgamento das diferentes

raças, economicamente exploradas, visando sempre ao aprimoramento dos respectivos plantéis.

c) Estabelecer um perfeito entrosamento com as Associações de raças e Entidades congêneres, determinando uma única doutrina sob o ponto de vista técnico-científico, que leve à meta desejada para cada uma das raças economicamente exploradas.

d) Organizar periodicamente cursos de juizes, dentro de normas e critérios, que atendam às exigências estabelecidas por diretrizes básicas, para cada raça, de modo a ter juizes capazes de julgá-las.

e) Manter constante contato com as autoridades técnicas do Ministério da Agricultura, Ministério do Exército, Secretarias de Agricultura dos Estados e outras Entidades interessadas, de modo a estar em dia com as orienta-

ções dadas por estas organizações governamentais, e Entidades de classes de caráter nacional que orientam o registro genealógico das diferentes raças no que diz respeito ao melhoramento dos respectivos rebanhos.

f) O julgamento deverá ser procedido por juiz único; entretanto este poderá ter dois assessôres, como auxiliares, embora a responsabilidade seja sempre do titular.

g) Os juizes, quando designados para julgar, perceberão um *pro labore* pelos seus serviços técnicos profissionais prestados durante a exposição que obedecerá a regulamentação própria.

Os estatutos foram aprovados em assembléia-geral daquela data, tendo sido presidente da mesa o Dr. Pedro Bertolucci.

Daqui fazemos os melhores votos pela prosperidade da ABJA.

trem eles, dêles cuidam, porque sabem que seu lucro está garantido. Com tabelamentos, mais menos arbitrários, com intervenções nos mercados produtores, os comerciantes se retraem. Aparece a escassez, os preços sobem, muitas vezes sem razão, só porque os tabelamentos aumentaram a mercadoria. Mas é difícil conseguir incutir tais verdades na cabeça de pessoas bem intencionadas mas despreparadas para a função econômica. Hélio Beltrão, que se não me engano é filho do velho amigo e companheiro da Sociedade Nacional de Agricultura, Heitor Beltrão, tão cedo roubado à convivência dos seus amigos e admiradores, deve conhecer tais problemas, mas creio que não pode intervir no assunto, assoberbado por outros e prementes problemas. Esperemos.

## ELETRIFICAÇÃO RURAL NO EST. DO RIO

Está sendo iniciada a construção do núcleo rural de Funchal, em Cachoeiras de Macacu, que será o primeiro núcleo da Cooperativa de Eletrificação Rural que abrange aquele município e o de Itaboraí, no Estado do Rio.

Esta obra será a primeira execução efetiva de eletrifi-

cação rural integrada no sistema cooperativista que se realiza no vizinho Estado. Apóia-se em um ano e meio de trabalhos de levantamento de cadastros, elaboração de projetos e de consecução e vinculação de verbas, realizado pela Secretaria das Minas e Energia através da Divisão de Eletrificação Rural.

# CLIMAS DE GOIÁS

(Estudo realizado no C. Nacional de Pesquisas)

Iniciaremos neste ponto a descrição dos  
Climas Aw de Savana (inverso sêco) encon-  
trado no interior do Brasil.

PÔRTO NACIONAL — 10°  
43'S — 48°25'W — 238 m. —  
Clima Aw.

A temperatura média tem um valor anual de 25°6, os mensais oscilando de 27,6 (Setembro) a 24,3 (Julho), com uma amplitude anual de 3°3.

A dupla onda térmica significa nôvo mínimo de 24°9 (Fevereiro), quase tão intenso quanto o do Inverno, e máximo secundário em Abril (25°7), numa oscilação de 0°8. A temperatura se eleva desde Agosto, tendo a Primavera como estação mais quente. Declina então sob as chuvas, voltando a crescer, quando estas vão terminando, para cair depois durante o inverno. Os índices superam, como dissemos, 26° de Agosto a Outubro, ficando abaixo de 25° em Junho e Julho.

A média anual das máximas é bastante elevada (33°0), com valores mensais desde 31°0 (Fevereiro) até 35°9 (Setembro), e amplitude de 4°9. As tardes mais quentes correspondem à fase Agosto-Setembro, superando 35°, as mais frescas ao verão chuvoso, com Dezembro a Março pouco acima de 31°. Na verdade, a partir de Novembro e até Abril, as máximas estão abaixo de 32°5, superando 33° de Maio a Outubro, e 35° como vimos, em Agosto-Setembro.

Como sempre, o Inverno pouco influi no elemento, a sêca reforçando mesmo os valores.

As mínimas têm média anual de 20°0 e tornam-se mais elevadas em Novembro (21°7), menores em Julho (15°9), daí resultando 5°8, para a amplitude anual. A fase chuvosa é tôda de mínimas mais altas superando 21° de Outubro a Abril; mais é o inverno que trará o declínio, com Junho a Agosto aquém de 17°6. Dêsse modo, só as mínimas explicam a queda da temperatura média na estação fria, contrariada pelas máximas.

A posição continental permite uma amplitude diurna de 13°0 com extremos 18°6 (Agosto) e 9°6 (Fevereiro). O elemento permanece reduzido na época das chuvas, em tôrno a 10° de Novembro a Abril, e mais acentuado na sêca, superando 15° de Junho a Setembro. Quanto à máxima absoluta alcançou 42°8 (Agosto), e apenas em Fevereiro e Março nunca chegou a 38°, limite superado nos demais meses. Em verdade, Agosto a Outubro constitui a época dos maiores extremos, acima de 40°.

A mínima absoluta já desceu a menos de 10°, pois temos registro de 9°5 (Julho). Aliás, de Maio a Agosto, por ocasião das grandes friagens, valores de 10° a 11° costumam ocorrer, enquanto de

Novembro a Abril nunca desceram aquém de 15°. É assim de 33°3 a amplitude absoluta.

Todos os dias do ano são quentes (351), os mais frescos (14) ocorrendo de Novembro a Abril, sem dúvida em fases de muita chuva. Quanto às noites quentes somam 237, o que resulta em 128 frescas, verificadas sobretudo de Maio a Setembro. Tais meses têm 16 e 11 noites frescas, e todo Inverno cêrca de 28, com apenas 2 quentes cada um. Os ventos são muito fracos, em média 0,7 mps., valor praticamente constante nos vários meses, sem registro de ventanias.

A umidade relativa de média anual 76,7%, é mais reduzida no inverno, ficando de Julho a Setembro abaixo de 70% (com 60,8% em Agosto). Supera 80% de Novembro a Abril, com máximo 86,4% em Fevereiro. Oscila dêsse modo com as precipitações.

A nebulosidade média é 7,7, elevada como vemos, e atinge o máximo 9,0 em Fevereiro, com mínimo 5,7 em Junho o que resulta em amplitude 3,3. A fase mais encoberta transcorre de Outubro a Março, acima de 8,0, e a mais limpa, ainda assim nublada, de Maio a Agosto, abaixo de 7,0 ou melhor, em Junho-Julho, aquém de 6,0. Isto significa um forte total de dias encobertos, 204 por ano, os meses de Outubro

# Climas de Goiás

a Março tendo em média 23 dias cada. Mas sob rápido declínio para 11 de Maio, notam-se 4 ou 6 dias em Junho e Julho, recrudescendo a 11 em Agosto. Não é necessário explicar tal oscilação, ligada às fases de chuva e seca.

Mesmo neste último período, os dias claros são raros, 1-2 por mês de Maio a Agosto, e 0 nos restantes, totalizando 8 por ano. Isto significa que mesmo o inverno será nublado. É forte a insolação (2.612 horas) com máximos de 314 (Agosto) e mínimo 129 (Fevereiro). A fase das chuvas tem os menores índices, abaixo de 200 horas mensais de Outubro a Março, enquanto a seca registra os maiores, além de 250 horas cada mês, de Maio a Agosto.

Chove bastante em Pôrto Nacional, numa altura de 1.813 mm, com máximo 298 mm (Janeiro) e mínimo de 0 em Junho. Os meses de Dezembro a Março têm todos mais que 250 mm., nenhum alcançando 300, enquanto na época seca os meses de inverno registam cada um menos de 10 mm, estando abaixo de 50, tanto Maio como Setembro. É pois de Outubro a Abril a fase chuvosa, e o inverno a de seca.

Quanto à maior altura em 24 horas, atingiu 101 mm, registrados em Janeiro, todos os meses podendo coletar acima de 50 mm, com exceção de Junho a Julho. Chove quase um dia em cada três, no total de 131 por ano, dos quais 58 superam 10 mm. De Outubro a Abril chove sempre mais de 10 dias cada mês, atingindo 20 de Dezembro a Março. Mas durante o Inverno, nenhuma precipitação ocorre (somente 1 dia em Agosto). Isto confirma o período chuvoso de Outubro a Abril.

A trovoadas é tão frequente quanto a chuva (134 dias por ano), os vários meses de Outubro a Março registrando em média 18 dias cada. O período Maio-Agosto é pouco trovejado, de 0 a 4 dias por mês.

Já o nevoeiro, bastante raro, 22 casos por ano, ocor-

re apenas de Outubro a Maio, e somente os meses de Fevereiro a Abril registam cada um 4-5, enquanto nenhum se forma de Junho a Setembro. É um fenômeno portanto de verão, sob a maior umidade, as máximas reduzidas permitindo o declínio até a condensação.

O orvalho por fim, ocorre no total de 133 dias por ano, sendo mais freqüente (14 a 15 dias por mês) de Novembro a Junho, e mais raro, 1 ou 2 dias em Agosto e Setembro.

Conclui-se que P. Nacional tem um clima quente, dia e noite, úmido mas não em excesso, com céu bastante encoberto e chuvas pesadas. Máximas e Mínimas de extremos acentuados, sendo elevada a insolação. Há contudo cerca de 130 noites frescas por ano, contra raros dias em tais condições. Mais de 200 são encobertos, chovendo um dia cada três, e notando-se poucos dias claros. Não é portanto recomendável o clima.

PALMA — 12° 33'S — 47° 47' W — 271 m. — Clima Aw.

A temperatura média anual é de 24,0, com maior valor mensal de 25,8 em Outubro, e menor 22,2 em Julho, sob amplitude anual de 3,6. A fase mais quente é a Primavera, quando de Setembro a Dezembro as temperaturas superam 25,0, e a mais fresca Maio a Agosto (menos de 24,0), ou melhor Junho-Julho, aquém de 23,0.

Em ordem decrescente temos a Primavera (acima de 25), o Verão (24 a 25), Outono (24), e Inverno (menos de 23). Mal se registra a dupla onda, de amplitude 0,1. Mas de qualquer modo os dados são suspeitos.

Apenas temos valores das máximas, com média anual 32,7, oscilando os índices mensais de 35,1 (Setembro) a 31,5 (Fevereiro), sob amplitude 3,6. A dupla onda indica máximos em Setembro e Maio, mínimos Fevereiro e Julho, mas a segunda ondulação é fraca, de amplitude 1,2. Por isso mesmo, as tardes quentes correspondem à Primavera acima de

34° de Agosto a Outubro, e as mais frescas ao Verão, com 32° ou menos de Dezembro a Março, Fevereiro sendo o de menor índice. A seca traz elevação à tarde, acima de 32° de Abril a Julho, e ainda maior aquecimento a partir de Agosto. O inverno atua somente pelo declínio de 0,2 entre Maio (32,7) e Julho (32,5). (Não há observações de mínima ou da amplitude). A máxima absoluta atingiu 40,3 (Setembro), e índices acima de 39° podem ocorrer em geral de Agosto a Janeiro, mas só aquém de 37° de Maio a Julho.

Quanto aos dias quentes totalizam 314, com cerca de 50 frescos, e aliás igualmente distribuídos, a uma taxa de 5 por mês (Setembro a Fevereiro), ou somente 3-4 (Março a Agosto). Persistem assim sérias dúvidas quanto à qualidade das observações.

O vento é regular, com média anual 2,2 mps, ligeiramente maior na Primavera (2,4 em Setembro) e menor no Outono (2,0 em Abril). Isto corresponde a 18 ventanias por ano, geralmente associadas às trovoadas, em taxas de 2-3 cada mês no período chuvoso (Outubro a Março), e apenas 0-1 na fase de seca, Abril a Setembro.

Quanto à umidade permanece elevada, em média 78,6%, e oscila de 84,6% (Fevereiro) a 68,0% (Setembro), apresentando de Novembro a Abril índices acima de 80%; mas de Julho a Setembro abaixo de 75%, só no último mês ficando aquém de 70% como já vimos. Já a nebulosidade é bem menor que em P. Nacional, sob média anual de 4,8, e extremos 6,7 (Fevereiro) ou 2,5 (Julho), numa amplitude anual 4,2. Mesmo durante a fase chuvosa, de Novembro a Março, a cobertura se conserva pouco superior a 6, caindo no período Junho-Agosto a 2,5.

De tão fracos índices, resultam apenas 57 dias encobertos por ano, a taxas mensais 8-10 de Novembro a Março e 0-2 no período seco,

Maio a Setembro. Quanto aos dias claros já são em maior número, 67 por ano, apenas 1 mensalmente de Novembro a Março, mas totalizando 14 dias em cada um dos meses de inverno. Não possuímos dados de insolação.

A precipitação atinge 1.553 mm e se concentra de Novembro a Março, os meses deste período tendo mais que 200 mm (máximo 288 em Dezembro). Abril e Outubro, de transição, registam respectivamente 100 e 132, mas na fase de seca ocorrem 11 em Maio e 29 em Setembro, os meses do Inverno registrando cada um menos de 5 mm (mínimo Junho com 1 mm.)

Atingiu contudo 260 mm (em Novembro) a maior altura recolhida em 24 horas, só no período Junho a Setembro nunca tendo qualquer precipitação diária superado 50 mm.

Chove pouco, relativamente, um dia em cada quatro (84 por ano, dos quais 52 acima de 10 mm). Temos em média 12 a 14 dias chuvosos em cada um dos meses de Novembro a Março, mas só 7-8 em Abril e Outubro, e 0-1 nos de Maio a Agosto.

As trovoadas ocorrem sob média de um dia cada cinco, pois totalizam 73 por ano. Em verdade a taxa do verão é maior, um cada três, dado que de Outubro a Março todos os meses têm de 9 a 11 dias.

Enquanto isso, apenas 0-2 se verificam nos do período Maio a Agosto.

Os nevoeiros são apenas 31 no total do ano, a contagem mensal quase constante de 2-4 dias, não se notando uma preferência acentuada, apenas leve aumento para 3-4 no período Janeiro-Abril. É freqüente o orvalho, somando 201 dias, em média 15-16 cada mês, salvo em Abril a Maio, com respectivamente 20 e 25 dias.

Palma é assim quente, com máximas elevadas, sobretudo na Primavera, bastante úmida, mas céu raramente coberto, apenas nublado.

Vento acentuado, e chuvas apenas regulares, um dia cada quatro, como vimos, quase sempre com trovoadas. De cada cinco dias um é claro, em média (no Inverno, um cada dois). Há somente 50 dias frescos por ano, de tudo resultando clima apenas pouco melhor que o de Pôrto Nacional.

**TAGUATINGA** — 12° 16' — 45° 54' W — 605 m. — Clima Aw.

É de 24,3 a temperatura média anual, com extremos de 26,3 (Setembro) e 23,1 (Julho), numa amplitude 3,2. Transcorre de Agosto a Outubro o período mais quente, com 24,7 — 26,3 — 25,6. Desde Novembro as temperaturas se mantêm próximo de 24°, assim persistindo até Maio mas é nítida a ondulação secundária, com mínimo 23,6 em Fevereiro e máximo 24,4 em Abril sob 0,8 de amplitude. Nos períodos Dezembro-Fevereiro e Junho-Julho, os valores ficam abaixo de 24,0, superando 25° em Setembro e Outubro.

A média das máximas, devido à altitude, já é bem menor que nos postos anteriores, pois se limita a 30,9, com extremos 33,6 (Setembro) e 29,6 (Fevereiro), significando uma amplitude anual de 4,0. As máximas, a partir de Fevereiro (29,6) crescem lentamente, com o declínio das chuvas até Maio (30,8), o Inverno, embora seco, trazendo fraca redução para 30,5 (Julho). Mas a volta do Sol, sob escassa nebulosidade, eleva bruscamente os índices para 32,1 (Agosto) e 33,6 (Setembro), só então as fortes chuvas causando decréscimo para 30,3 (Novembro) e 29,8 (Dezembro).

Resumindo: máximas acima de 32° na Primavera (Agosto a Outubro), e abaixo de 30,5 no período Novembro-Março, de tardes mais frescas.

Quanto às mínimas, as observações são duvidosas, pois embora registrem média análoga à de P. Nacional (20,4) com maior valor em Setembro (22,0) e menor Julho (18,8) sua amplitude é

bem inferior, de 3,2, contra 5,8 em P. Nacional.

Assim devem ser postos de parte os valores, para uma análise exclusiva do seu comportamento: permanecem mais elevados na Primavera (Setembro 22,0, Outubro 21,7), declinando com as máximas sob o reforço das chuvas, e se conservando em torno de 20,5 de Dezembro a Abril. Tem início então o decréscimo do Inverno, até 18,8 (Julho), mas só neste mês e no anterior encontramos índices abaixo de 20°, pois Agosto já registra 20,3.

Será assim de 10,4 a amplitude diurna (P. Nacional 13,0, com mínimas mais exatas). No entanto, duvidosos como sejam, não deixaremos de transcrever os valores: acima de 11° no período Junho e Outubro (11,7 em Setembro), e abaixo dos 10° de Novembro a Março 9,1 em Fevereiro).

A máxima absoluta quase alcançou 40° (39,9 em Novembro), e índices acima de 37° podem ocorrer de Agosto a Dezembro, mas nunca ultrapassando 36° de Maio a Julho.

A mínima absoluta observada foi 10,7 (Julho), mas o elemento é precário, como sabemos. Aliás só neste mês e em Junho (14,3) — ocorrem leituras abaixo de 15°. Em todos, contudo, pode o termômetro descer aquém de 17°, temperaturas entre 16° e 17° tendo sido registradas de Agosto a Abril. Resultam por fim 29,2 para a amplitude absoluta (em P. Nacional 33,3).

Todos os dias são quentes (350), apenas 15 frescos ocorrendo, e distribuídos à razão de 1-2 cada mês. A altitude permite no entanto quase 200 noites frescas por ano, dado que as quentes totalizam 163, à razão de 12-15 todos os meses (20 contudo em Setembro e Outubro), mas reduzidas para 8-5 em Junho-Julho. Há pois que esperar uma noite fresca em cada duas, salvo no Inverno, quando quase todas o são:

# Climas de Goiás

## NOITES FRESCAS

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maió	Jn.	Jl.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Ano
17	16	18	15	19	22	26	18	10	11	15	15	202

Sob este ponto de vista o clima é agradável, portanto. Mesmo os ventos, dada a situação em planalto, têm uma velocidade maior que em P. Nacional, com 1,6 m.p.s. (Média anual), variando de 2,6 (Julho) a 1,0 (Novembro).

Permanecem de Junho a Setembro acima de 2,0 m.p.s. de Novembro a Abril em torno a 1,0. Mas ocorrem apenas 5 ventanias por ano, 1 cada mês, de Novembro a Março.

A umidade, dada a proximidade da área seca B, já se encontra bem mais reduzida que em Pôrto Nacional, com média anual 65,0%.

Varia aliás de 80,0% (Fevereiro) a 45,6% (Agosto), sob 35% de amplitude. Só em Novembro, a época chuvosa permitirá médias superiores a 70%, e que assim se mantêm até Abril. Em Maio já temos 61%, e no Inverno 54% (Junho) 53% — (Julho) e 45,6% — Agosto, com Setembro ainda seco: 47%, e Outubro igualmente 61%.

A nebulosidade se apresenta regular, entre os valores de Palma e P. Nacional, sob média anual 5,8; oscila entre 8,0 (Novembro) e 2,7 (Julho), numa amplitude 5,3. Elevada no período Outubro a Março, acima de 7,0, cai rapidamente em Maio, mantendo-se de Junho a Agosto em torno a 3,0, para subir bruscamente em Outubro.

Há assim um número mais acentuado de dias encobertos que em Palma, mas longe da frequência de P. Nacional. Temos a contagem global de 121, a taxas quase constantes, entre 15-19 de Outubro a Março (19 em Novembro), contra 1-3 de Maio a Agosto (1 em Junho ou Julho), tudo acompanhando os períodos de chuva (no total 107), ou de seca (sob apenas 14 dias encobertos).

Quanto aos dias claros, são 65, e após a escassa contagem do período úmido (1-2 cada mês, de Outubro a Abril), tornam-se mais frequentes, com 12-15 nos meses de In-

verno, Junho e Agosto. Não há porém registros de insolação nesta localidade.

Examinando as precipitações constata-se uma altura anual de 1.681, mm, os vários meses, de Outubro a Abril, tendo acima de 100 mm (Novembro a Março além de 200), sendo mais chuvoso Dezembro (313 mm). O período Maio a Setembro é bastante seco, todo com menos de 15 mm, exceto no último mês, de 36. Mas chove só 5 mm em Julho ou Agosto e 0 em Junho.

Quanto à maior precipitação em 24 horas alcançou 85 mm (Fevereiro), mais que 50 podendo ocorrer em qualquer mês, excluindo o período Maio a Agosto, abaixo daquele nível. Em Junho a maior precipitação diária foi de 3 mm.

Chove 107 dias por ano, sobretudo de Novembro a Março (15-18 dias cada mês), os de transição, Abril e Outubro, tendo 9 dias cada. De Maio a Agosto a frequência mensal se situa em 0-2, o primeiro valor correspondendo a Junho e Julho. Há no total 55 dias com mais de 10 mm.

Nota-se um número regular de trovoadas, 89, quase constante de Outubro a Março, a taxas de 12-13 por mês, com declínio para 0-2 no período Maio a Agosto. O nevoeiro é muito raro, 3 dias no conjunto do ano, todos no Verão.

Quanto ao orvalho, mais frequente, com 104 dias, ocorrendo sobretudo no período quente, à razão de 13-17 dias por mês de Novembro a Abril, mas nunca se formando de Junho a Setembro, justamente a fase mais seca, abaixo de 60%.

Em resumo, Taguatinga é quente, com máximas em média 31°. Na verdade, todos os dias permanecem aquecidos, o que não impede a existência de 200 noites frescas. É de 20° a média das mínimas, com extremas da escala termométrica 40° e 11°. Clima seco, sobretudo no Inverno, e precipitação regular, mas não muito frequente, menos de um dia cada três

sendo chuvoso. Poucas trovoadas, tudo dando uma impressão favorável das condições climáticas, bem melhores que na planície, sobre Palma ou P. Nacional.

GOIÁS — 15° 56'S — 50° 08W — 520 ms. — Clima Aw.

A antiga capital do Estado foi abandonada em grande parte devido ao seu clima inconveniente. Vejamo-lo em resumo. É de 23°,6 a média anual da temperatura, com valores mensais oscilando de 25°,0 (Setembro) a 21°,3 (Julho), sob portanto 3°,7 de amplitude. A segunda ondulação é fraca: mínima 23°,8 (Janeiro), máximo 24°,2 (Abril). O período mais quente, acima de 24°, ocorre na primavera, Setembro a Novembro, estabilizando-se os valores em torno a 24° no Verão e Outono (este mais quente), e declinando para menos de 22° em Junho e Julho, pois Agosto já tem 23°,1.

Quanto às máximas situam-se na normal de 31°,8, variando de 34°,1 (Setembro) a 30°,0 (Dezembro), com amplitude 4°,1.

São mais quentes as tardes na Primavera, com Agosto a Outubro acima de 33°, e mais frescas no Verão, em torno a 30°. O valor se eleva no Outono, quando ocorre o máximo secundário (32°,3 — Abril), declinando ao mínimo 31°,4 em Julho. As médias são pois de 32° no Outono e 31°,5 no Inverno; o elemento tendo uma evolução análoga à da média.

Já as mínimas possuem média anual bastante baixa, indicativa do Planalto, com 16,6. Serão mais quentes as madrugadas em Dezembro (18°,3), e mais frias em Julho (12°,9), numa amplitude 5°,4. Na verdade o valor fica praticamente estacionário, entre 17°,9 e 18°,3 de Outubro a Março, pouco se reduzindo em Abril (17°,4). O declínio ocorre a partir de Maio (15°,6), com Junho 13°,3, Julho — 12°,9 e Agosto — 14°,2; Setembro já tem noites mais quentes, sob 17,1.

Existe aliás uma segunda onda, de mínimo Janeiro

(17°9), máximo Março (18°2).

Vemos desse modo que o Planalto apresenta máximas elevadas mesmo no Inverno, com mínimas baixas. Na Primavera a máxima é mais acentuada, o que ainda não ocorre com a mínima, devido à reduzida nebulosidade. No Verão, pelo contrário, declina a máxima e cresce a mínima, tudo devido à maior cobertura.

A amplitude diurna, de média anual 15°2, é assim menor no Verão (11°7 em Janeiro), e se mantém de Novembro a Março entre 11°7 e 13°4.

Mas no Outono sobe rapidamente até o máximo em Agosto (19°2), cabendo dizer que no Inverno permanece acima de 18°, caracterizando a continentalidade da região.

Foi registrada a máxima absoluta de 40°0 (Outubro), e valores acima de 38° podem ocorrer desde Agosto até Abril, no período Maio a Julho o elemento nunca ultrapassando 36°. Quanto à mínima absoluta desceu a 4°9 (Julho), valores abaixo de 10° podendo se registrar desde Abril até Outubro, ou menores que 6° nos meses de Inverno.

De Novembro a Março porém, a mínima é sempre superior a 11°.

Do conjunto resultou 35°1 para a amplitude absoluta.

Há cerca de 50 dias frescos, a taxas mensais variáveis, de 3 nos meses da Primavera, a 5 nos do Verão, pois os dias quentes somam 315 por ano. Quanto às noites apenas 54 se apresentam quentes, com 311 frescas, portanto. Todas o são aliás no período Maio a Agosto, e em média 25 a 22 nos meses restantes, o número das noites quentes (0 no inverno) variando de 4 (Abril) a 9 (Dezembro).

Os ventos permanecem muito fracos, sob média anual 0,8 m.p.s., sempre abaixo de 1,0 de Outubro a Abril, e acima de Maio a Agosto, com mínimo de 0,4 (Novembro) e máximo 1,3 (Julho). A região é assim desfavorecida quanto à circulação, nenhuma ventania ocorrendo normalmente. A umidade acentuada, sob média 77,3%,

tem máximo em Dezembro-85,3% e mínimo Agosto — 65,0%; permanece de Novembro a Abril acima de 80%, mas abaixo dos 70% de Julho a Setembro, numa amplitude anual de 20%.

É esta ainda que explica a nebulosidade apenas regular (5,9), de extremos 8,3 — Dezembro e 3,2 — Julho, com amplitude elevada, de 5,1. Na verdade permanece quase encoberto o céu de Novembro a Março, acima de 7,5 em média, com Dezembro e Janeiro superando 8,0. Mas em Maio e Setembro temos apenas 4,2 e 4,6, mas durante o Inverno a fraca cobertura de 3,2.

A contagem anual dos dias encobertos atinge assim 127, com frequências mensais 17 a 21 de Novembro a Março, mas abaixo de 5 desde Maio até Agosto (1 em Junho). No período citado, o total apenas atinge 8 dias. Já os dias claros se concentram no Inverno, com 11-12 — cada mês, e apenas 7-8 em Maio ou Setembro, e mesmo o de Dezembro a Março. O total do ano é unicamente de 56.

A insolação, forte em Goiás, dado que totaliza 2.406 horas, registra em Agosto 270, e em Dezembro 132 horas.

Todos os meses, de Abril a Agosto, têm mais que 200, e Dezembro a Fevereiro menos que 150 horas.

Tal variação se deve à época das chuvas, este elemento somando 1.785 mm/ano, com extremas em Janeiro (332) e Julho (apenas 2 mm). Os meses de Novembro a Março superam 200 mm (Dezembro a Janeiro mais que 300), enquanto os de Maio a Agosto registram abaixo de 20 mm (Junho e Julho) 4 e 2, respectivamente).

Foi porém muito elevada a maior precipitação recolhida em 24 horas (377 mm em Março), com valores acima de 100 de Janeiro a Abril, mas abaixo daquele índice nos demais meses.

Os dias de chuva somam 114, com frequências 17-18 nos meses de Dezembro a Março, e 0-1 nos do Inverno, Junho a Agosto. O total de Abril a Setembro se reduz a 18 dias, valor idêntico ao de

Janeiro. Cerca de metade das observações (60 dias) corresponde a mais de 10 mm em 24 horas.

A trovada, por outro lado é rara, apenas 42 ocorrências por ano, em média 4-6 nos vários meses de Setembro a Março, só 1 nos de Maio a Agosto (0 em Julho). Não há registros de nevoeiros (2 dias por ano, ambos no Verão), ou mesmo de orvalho, com apenas 5 dias, todos no Verão.

Diremos assim que Goiás possui um clima quente de dia mas fresco à noite, chuvoso e úmido, nublado, com máximas e mínimas acentuadas (40° e 5°).

Insolação forte e ventos fracos tornam as condições desagradáveis à tarde. Quanto à chuva, não é muito frequente, e as trovoadas raras. A experiência dos habitantes não recomendou o clima, tendo sido a cidade abandonada como capital.

(Continua)

## CENTRAL DE INSEMINAÇÃO

Ainda no 1.º semestre deste ano, a Secretaria de Agricultura do Estado do Rio entregará aos pecuaristas do Norte fluminense a 1.ª Central de Inseminação Artificial do Estado do Rio, estando as obras de construção em fase adiantada. A Central n.º 1 está sendo construída no município de Cordeiro.

Esse órgão, segundo o Secretário de Agricultura, Sr. Edmundo Campelo, permitirá a melhoria dos rebanhos bovinos do Estado do Rio, de modo rápido e econômico, em razão do alto preço de um reprodutor importado.

A Secretaria de Agricultura oferecerá, por outro lado, ampla assistência técnica aos criadores que se interessarem em aplicar a inseminação artificial, visando com isso ao melhor aproveitamento do sêmen utilizado. A Secretaria de Agricultura já dispõe de reprodutores selecionados para a produção do sêmen, mas já cogita da importação de outras espécies, particularmente da Dinamarca.

# CULTURA DO CAQUI

(*Diospyros Kaki L.*)

Eng. Agron. Almiro Gonçalves de Castro — Chefe do Serviço de Horticul-  
tura do Departamento de Agricultura do Estado da Guanabara.

Embora a cultura do ca-  
quizeiro seja antiga no Es-  
tado, serão relativamente  
pouco numerosos os pomares  
existentes. Localizam-se qua-  
se todos nas encostas das  
Serras do Viegas e Bangu,  
sendo a variedade cultivada,  
conhecida pelo nome de "Es-  
trêla". Aliás, esta variedade  
nada mais é do que a "Roma  
Forte", muito cultivada no  
Estado de São Paulo. Espo-  
râdicamente, são encontra-  
das em todo o Estado arvo-  
res da variedade "Caipira",  
utilizada no Estado de São  
Paulo como porta-enxêrto.  
As introduções realizadas  
pelo Serviço de Horticul-  
tura da variedade de "Taubaté"  
foram coroadas de êxito, po-  
dendo assim ser recomenda-  
da a sua cultura.

**Propagação** — No Estado  
da Guanabara a propagação  
do caquizeiro é realizada por  
rebentos de raízes. O ideal é  
a muda enxertada. De qual-  
quer forma o transplante se  
realiza no período de pausa  
vegetativa observado com a  
queda de tôdas as fôlhas  
nos meses de julho e agôsto.

**Solos** — O caquizeiro ve-  
geta admiravelmente bem  
nas encostas de nossas ser-  
ras, de solos profundos.

**Espaçamento** — Nos terre-  
nos de média fertilidade o  
espaçamento mais indicado  
é o de 6 x 6 m; nos solos  
pobres 5 x 5 m é o ideal.  
Tendo em vista que o cultivo  
se realiza em terrenos incli-  
nados, é indispensável o  
plântio em nível ou em ter-  
raços.

**Coveamento** — Pelo menos  
um mês antes do plântio das  
mudas se fará a abertura  
das covas, cujas dimensões  
ideais serão de 60 x 60 x 60  
cm, incorporando-se à se-  
guinte adubação:

Estêrco de galinha bem  
curtido ..... 20 kg  
Farinha de ossos .... 800 g  
Sulfato de amônio ... 150 g  
Cloreto de Potássio .. 50 g

Os adubos deverão ser per-  
feitamente misturados entre  
si, e, em seguida, com a ter-  
ra das camadas superficiais  
da cova, utiliza-se esta mis-  
tura para enchê-la nova-  
mente. A época de plântio  
para as mudas de raiz nua  
(enxertos ou rebentos de  
raiz), vai de julho a agôsto.

No plântio, cuidados especiais  
deverão ser tomados para  
que a muda fique cêrca de  
5 cm mais elevada em rela-  
ção ao nível do solo, e tenha  
suas raízes bem distribuídas  
na cova. É indispensável a  
rega da muda duas vêzes  
por semana quando não cho-  
ve. A cobertura do solo da  
cova com palha ou capim é  
interessante a fim de evitar  
a rápida evaporação e, con-  
seqüentemente, o resseca-  
mento da terra.

**Tratos culturais** — O solo  
deve ser mantido suficiente-  
mente livre do mato, medi-  
ante carpas superficiais. As  
carpas profundas atingem  
as raízes, provocando uma  
imediate brotação da zona  
traumatizada.

A adubação é feita, preferi-  
velmente no início das águas,  
com 200 gramas da fórmula  
10-5-20, podendo ser repetida  
em janeiro, quando a árvore  
se apresenta bem carregada.

**Poda** — Iniciada a brota-  
ção da muda, torna-se neces-  
sário, desde cedo, cuidar da  
planta, de maneira a deixá-  
la com um tronco único e 3  
pernandas inseridas entre  
50 e 80 cm do chão. Para

tanto, executam-se tantas  
desbrotas quantas necessá-  
rias, durante o período de  
vegetação. No fim do primei-  
ro ano, em julho, os 3 ramos  
principais são podados a um  
têrço ou a metade do seu  
comprimento, deixando-se de-  
pois crescer em cada um  
dêles, dois ou três ramos se-  
cundários. Êstes são por sua  
vez podados, estimulando-se,  
assim, a formação dos ramos  
terciários. O importante é  
constituir um esqueleto bási-  
co de ramos, dando à copa a  
forma de vaso medianamen-  
te aberto e tornando-a capaz  
de sustentar cargas pesadas.

A poda de frutificação, que  
é executada, anualmente, no  
inverno, deve-se limitar ape-  
nas a uma limpeza geral dos  
ramos secos, decrépitos, do-  
entes, entrelaçados, e la-  
drões, de maneira a se man-  
ter o interior da copa sem-  
pre bem arejado.

**Colheita e destanização** —  
A colheita na Guanabara co-  
meça em março indo até  
maio. Os frutos devem ser  
cuidadosamente colhidos com  
tesoura de poda, quando  
mostram coloração amare-  
lo-avermelhada. As primei-  
ras produções se verificam a  
partir do 2.º ano.

Para se proceder à desta-  
nização de pequenos lotes de  
caquis taninosos, para o con-  
sumo local, como é o caso da  
Guanabara, é suficiente apli-  
car sôbre o cálice 2 cc de vi-  
nagre não pasteurizado, dei-  
xando-os armazenados sôbre  
tabuleiros de madeira, em  
local quente, durante 2 a 8  
dias.

As melhores variedades  
chegam a produzir cinco cai-  
xas grandes de caquis por  
planta.

Boletim Técnico n.º 1

# Notícias e Informações

## CONVÊNIO ASSINADO

O Ministro Ivo Arzua assinou Convênio com a Sociedade Nacional de Agricultura e o Fundo Federal Agropecuário para incremento do ensino agrícola médio. Esse Convênio é a continuação de outros anteriores, assinados em diferentes gestões do Ministério da Agricultura e se desenvolvem na Escola de Horticultura Wenceslao Bello, mantida há longos anos na Guanabara por aquelas entidades.

## EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS EM MINAS, ESTADO DO RIO E ESPÍRITO SANTO

Em Minas Gerais, o calendário para 1969 é o seguinte:

### Maio:

3 a 10 — Uberaba (XXXIV Exposição Agropecuária) — (XI Exposição Nacional de Zebu)

16 a 24 — Patos de Minas (V Exposição Agropecuária) — (XI Festa Nacional do Milho)

25 a 28 — Volta Grande (I Concurso Leiteiro)

25 a 1/6 — Curvelo (XIX Exposição Agropecuária — (I Exposição Estadual de Zebu)

25 a 1/6 — Barbacena (II Exposição Agropecuária)

31 a 7/6 — Juiz de Fora (XI Exposição de Gado Holandês)

### Junho:

1 a 5 — Divinópolis (I Exposição Agropecuária)

8 a 15 — Belo Horizonte (IV Exposição Estadual Agropecuária)

13 a 16 — Capitão Enéas (II Feira de Gado)

17 a 20 — Coração de Jesus (II Exposição Agropecuária)

18 a 22 — Laginha (II Exposição Agropecuária)

25 a 29 — Governador Valadares (II Exposição Agropecuária)

29 a 6/7 — Leopoldina (XXXIII Exposição Agropecuária)

### Julho:

2 a 6 — Sete Lagoas (IX Exposição Agropecuária)

6 a 9 — Heliódora (IV Semana Ruralista)

6 a 12 — Itajubá (III Exposição Agropecuária)

12 a 16 — Dores do Indaiá (V Exposição Agropecuária)

16 a 20 — Luz (III Exposição Agropecuária)

20 a 22 — Pirapora (IV Exposição Agropecuária)

20 a 24 — Monte Carmelo (III Exposição Agropecuária)

20 a 27 — Carangola (XXII Exposição Agropecuária)

23 a 30 — Guaxupé (IV Exposição Agropecuária)

24 a 27 — Morada Nova de Minas (XI Exposição Agropecuária)

27 a 31 — Pitangui (III Exposição Agropecuária)

### Agosto:

3 a 10 — Ponte Nova (XIV Exposição Agropecuária)

3 a 10 — Pouso Alegre (VIII Exposição Agropecuária)

6 a 10 — Lagoa da Prata (I Exposição Agropecuária)

6 a 10 — Conselheiro Pena (II Exposição Agropecuária)

13 a 17 — Bom Despacho (II Exposição Agropecuária)

13 a 17 — Bambuí (I<sup>a</sup> Exposição Agropecuária)

19 a 24 — Itanhandu (II Exposição Agropecuária)

20 a 24 — Januária (II Exposição Agropecuária)

20 a 24 — Pedro Leopoldo (VI Exposição Agropecuária)

20 a 26 — Arcos (I Exposição Agropecuária)

27 a 30 — Itapeverica (I Exposição Agropecuária)

31 a 7/9 — Muriaé (XXIII Exposição Agropecuária)

### Setembro:

3 a 7 — Unai (IX Exposição Agropecuária)

3 a 7 — Formiga (IX Exposição Agropecuária)

7 a 10 — Janaúba (I Exposição Agropecuária)

7 a 14 — Caxambu (XXI Exposição Agropecuária) — (IX Exposição Estadual de Gado Holandês)

10 a 15 — Itaguara (II Exposição Agropecuária)

11 a 14 — Francisco Sá (I Exposição Agropecuária)

17 a 21 — Aimorés (III Exposição Agropecuária)  
18 a 21 — Porteirinha (I Exposição Agropecuária)  
21 a 28 — Três Corações (IV Exposição Agropecuária)  
24 a 28 — Passos — (XII Exposição Agropecuária)

#### Outubro:

1 a 5 — Nanuque (I Exposição Agropecuária)  
8 a 12 — Contagem (IV Exposição Agropecuária)  
12 a 18 — Alfenas (XIII Exposição Agropecuária)

Boa Esperança (Aniversário da Cidade) — Ainda sem data definitiva.

No Estado do Rio: Miracema (3 a 7 de maio); Itaperuna (10 a 14 de maio), com o VIII Concurso Leiteiro; Itaboraí (22 a 25 de junho); Paraíba do Sul (25 a 29 de junho); Cordeiro (13 a 17 de julho); juntamente com a II Exposição Estadual; Barra do Piraí (26 a 30 de julho); Bom Jesus do Itabapoana (13, 14 e 15 de agosto); Campos (20 a 23 de agosto); Casimiro de Abreu (14 e 15 de setembro), com a Festa da Banana; Resende (28-9 a 1-10); Carmo (9 a 13 de outubro), com Concurso Leiteiro. Ainda com datas marcadas estão as Exposições de Itaocara, Cachoeiras de Macacu, São Fidélis e a Festa da Laranja, em Itaboraí. Haverá, também, entre os dias 19 a 20 de junho, o Concurso Leiteiro de Macuco.

No Espírito Santo: Vitória — de 24 de maio a 1 de junho; Castelo — de 30 de maio a 2 de junho; Castelo — de 30 de maio a 2 de junho; Muqui — de 22 a 25 de junho; Cachoeiro — de 24 a 29 de junho; Mimoso — de 10 a 13 de julho; Afonso Cláudio — de 27 a 31 de julho; São Mateus — de 17 a 22 de setembro; Guaçuí — de 25 a 29 de setembro; Iúna — no mês de outubro, em data a ser marcada.

A Divisão de Promoção e Produção está comunicando aos criadores no sentido de preparar os animais e que os funcionários já estão recebendo as inscrições.

#### DISTRIBUIÇÃO DE LOTES DE TERRA

Começaram a ser distribuídos aos lavradores do Estado

do Rio os primeiros 700 títulos definitivos de propriedade de lotes rurais, que serão entregues pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

Os títulos foram distribuídos pelo ministro Ivo Arzua, da Agricultura, durante solenidade realizada no Núcleo Colonial de São Bento, em Caxias, dentro da programação comemorativa do segundo aniversário do atual governo e do quinto do movimento de março de 1964.

Segundo o ministro, a entrega dos títulos "representa a materialização dos ideais revolucionários de março de 1964, estabelecidos no Estatuto da Terra, e a decisão do governo Costa e Silva de promover a justiça social através da utilização da terra como instrumento de trabalho em benefício do soerguimento econômico e social do homem do campo".

#### BNB EM ALAGOAS

As aplicações em Alagoas do Banco do Nordeste do Brasil atingirão NCr\$ 54 milhões e US\$ 1.500.000, sendo NCr\$ 33.400.000,00 e ..... US\$ 1.500.000 em Maceió; NCr\$ 8.400.000,00 em Arapiraca, NCr\$ 4.200.000,00 em Batalha; NCr\$ 5.200.000,00 em Mata Grande e ..... NCr\$ 3.000.000,00 em Penedo.

#### PESTE NO CEARÁ

Notícias do interior do Ceará informam que os rebanhos daquele Estado estão sendo dizimados por uma peste não identificada e que pode alastrar-se aos Estados vizinhos. Segundo essas notícias, somente numa fazenda morreram duas mil reses. A peste teria começado no município de Jerumem, espalhando-se depois até Floriano, Picos e Pastos Bons, todos no Ceará. A doença ataca preferencialmente animais acima de dois anos, e, quanto mais gordos, mais ameaçados.

#### INSTITUTO DE PESQUISAS EM SETE LAGOAS

Durante sua última visita a Minas Gerais, o Ministro da Agricultura, Sr. Ivo Arzua, que se fazia acompanhar de destacadas autoridades de seu Ministério e do Estado, inaugurou a Usina de Beneficiamento de Sementes do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Centro-Oeste, localizada em Sete Lagoas, e destinada a produzir sementes melhoradas de arroz, milho, feijão, girassol, trigo, soja e sorgo, para distribuição aos agricultores dos Estados de Minas Gerais e Goiás.

#### CONSTRUÇÃO DE TRÊS CENTRAIS AGRÍCOLAS

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo — BNCC — recebeu do Banco Central .. NCr\$ 2,7 milhões, para a construção de três Centrais de Serviços Agrícolas, integrantes do Programa Mogiana de Desenvolvimento, visando a elevar o grau de tecnologia e de produtividade da agropecuária na área de ação da Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana.

O programa, que utilizará US\$ 56 milhões, está dividido em três projetos, o primeiro destinado à instalação de 20 centrais de serviços agrícolas com financiamento da USAID, Banco Central e recursos próprios, o segundo a ser aplicado em crédito orientado para pequenos e médios agricultores com financiamento do BID e o terceiro destinado à prestação de assistência técnica através da FAO.

#### CRÉDITO RURAL

O V Seminário de Bancos e Instituições de Assistência Técnica à Agricultura, realizado recentemente em Caxambu, sob o patrocínio do Banco Central do Brasil, com a participação de 46 estabelecimentos bancários e numerosas entidades assistenciais, particulares e ofi-

ciais, apresenta um saldo positivo para o aprimoramento das atividades agropecuárias no país. Aprovaram os participantes do certame o princípio fundamental de que o crédito agrícola deve ser conjugado à prestação de assistência técnica ao nível do agricultor. Chegou-se ainda a uma forma prática para promover a articulação de crédito rural com a assistência técnica, de modo adequado e a custos equitativos. Diante da notória escassez dos serviços oficiais de extensão e do pleno reconhecimento da necessidade de melhoria da produtividade agrícola, três alternativas foram aprovadas em Caxambu: ampliação dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural, para que dêles se pudessem valer as redes bancárias oficial e privada; organização, pelos próprios bancos, de seus serviços de assistência técnica; utilização, pela rede bancária, de serviços técnicos privados.

#### ESTIMATIVA DE SAFRAS BOAS SAFRAS

A estimativa dos técnicos do Governo é a de que será, quando menos razoável, para os mais moderados, a safra agrícola deste ano na região Centro-Sul do país. A safra está praticamente assegurada, não dependendo mais de chuvas para sua colheita. Prevêem os técnicos, com base nas estimativas de safras, que o desenvolvimento agrícola do país este ano deverá ser em torno dos seis por cento, quando no ano passado ele não passou de 3,9%.

#### NOVA MODALIDADE DE CRÉDITO

Financiamento de Oportunidade Econômica é a nova modalidade de crédito rural que o Banco Regional de Brasília acaba de estabelecer, visando ao atendimento de mutuários de baixo rendimento, incapazes de conseguir empréstimos em outros Bancos, por não oferecerem as garantias por eles exigidas.

Apoiado em convênios que mantém com a Secretaria de

Agricultura da PDF e com a Associação de Crédito e Assistência Rural do DF, o BRB está oferecendo empréstimos aos agricultores e pecuaristas de sua área de ação, dando-lhes assistência permanente de técnicos, para uma melhor planificação de suas atividades.

De acordo com o seu programa de ação, o BRB dedica-se, no âmbito do Distrito Federal, ao financiamento das operações da pecuária, tanto no que se refere ao custeio, como aos investimentos do setor. Tomando por base o teto de vinte mil cruzeiros novos por pessoa ou empresa, o estabelecimento financia as operações relativas à aquisição de rações, sal, arame farpado, medicamentos veterinários, formação ou melhoramentos de pastagens, formação de capineiras, construção de silos e estábulos; aquisição de máquinas e equipamentos de longa duração; obras de irrigação e açudagem; aquisição de gado leiteiro; custeio da mão-de-obra; adubação verde mediante plantio de leguminosas; conservação do solo e aquisição de gado para criação.

#### TAXAS

As taxas de juros cobradas pelo BRB nas operações relativas à horticultura e aquisição de pequenos animais são calculadas na base de 12% ao ano, com um acréscimo de 1% correspondente à taxa de fiscalização do Funagri-Funferti. Também de 12% são os juros referentes às operações de financiamento da pecuária de leite, engorda, confinamento e criação de animais. Neste caso, porém, a taxa de fiscalização é de 6% destinados ao Fundepe. Quando do financiamento de máquinas agrícolas em geral, implementos, tratores, material para irrigação, máquinas para instalação, ampliação e modernização de agro-indústrias, os juros são de 12% ao ano, acrescidos de taxa de igual valor exigida pelo Finame.

#### EXPORTAÇÃO DE CARNE

O Ministro Ivo Arzua informou que a exportação de carne bovina quase duplicou em relação a 1966, e triplicou em confronto com o volume exportado em 1967, quando houve uma queda sensível de vendas ao exterior. Em 1968 foram exportadas cerca de 65 mil toneladas, para 33 mil em 1966 e 19.378 em 1967.

Quanto ao pinho serrado — frisou o Ministro Arzua — se considerarmos o volume exportado, acusou incremento de 27% em relação a 1967, porém o volume de divisas produzidas com a exportação atingiu em 1968 cerca de 41% a mais que no ano anterior.

Também a exportação de peixes frescos, frigorificados ou congelados, passou de 1.663 toneladas para 2.884 toneladas em 1968 representando um acréscimo de 63,6% no valor em dólares, que foi de US\$ 732 mil em 1967 e US\$ 1.197.890 em 1968.

Outro resultado favorável foi obtido, segundo o Ministro Ivo Arzua, no aumento das exportações de camarão e lagosta, que juntos superaram em 103% a receita em dólares obtida em 1967, a qual passou de US\$ 3.620 mil para US\$ 7.367.980,00, no ano passado.

#### ICM MENOR PARA O CHARQUE

O presidente do Instituto de Carnes do Rio Grande do Sul, general Gastão Pereira dos Santos, informou que espera obter a redução no ICM para a exportação do charque, dentro do território nacional. Diz o presidente do Instituto que talvez a própria secretaria da Fazenda esteja fazendo um estudo neste sentido, devido à importância econômica da exportação do charque, para a economia do Rio Grande. Disse também que a safra de charque desse ano já está quase que totalmente colocada. E falando sobre a venda de carne gaúcha para o Rio de Janeiro, o general Gastão Pereira dos Santos explicou que ainda não está bem claro sobre a quem caberá pagar o tribu-

to reduzido de 6,5%, se a SUNAB ou os frigoríficos. Se êle fôr pago pelos frigoríficos, os fazendeiros é que arcarão com a despesa. Mas, se fôr a SUNAB, isso não acontecerá e o Estado terá vantagens, pelo volume de vendas e a conquista do mercado nacional.

#### SAFRA CAFEIEIRA 69/70

Começam a surgir as especulações em tôrno da safra cafeeira 1969/70. Um fato ao mesmo tempo curioso e alarmante é que estudos realizados por um grupo de trabalho designado pela Comissão Consultiva do Instituto Brasileiro do Café revelam que as necessidades anuais médias de café do Brasil são da ordem de 26 milhões de sacas, contra possibilidades médias de produção de 22 milhões de sacas, apenas.

Os 26 milhões de sacas necessárias se destinam à cobertura da cota do Brasil no abastecimento do mercado internacional — cêrca de 19 milhões — à demanda interna — mais ou menos 6 milhões — e mais um milhão para atender ao incremento vegetativo do consumo no plano interno e externo. No entanto, para o IBC, as possibilidades de produção no momento são as seguintes: Paraná, 12 milhões de sacas; São Paulo, 6 milhões; Minas Gerais 2 milhões; e outros Estados produtores (entre êles o Espírito Santo), 2 milhões.

A Secretaria de Agricultura de São Paulo informou que a safra paulista dificilmente ultrapassará 5,6 milhões de sacas. Notícias chegadas do Paraná, ainda que não confirmadas oficialmente, dizem que o Estado não produzirá mais de 9/10 milhões de sacas. Assim, verifica-se que há uma expectativa de deficit a médio prazo e que é bastante provável que tenhamos de utilizar, depois de muito tempo, os estoques oficiais, estimados hoje em mais ou menos 54 milhões de sacas ainda aproveitáveis.

#### ALGODÃO ARBÓREO

Foi liberada pela Sudene a primeira parcela do convênio

assinado com o Governo do Rio Grande do Norte, cuja execução será feita pela Ancar-RN, para instalação de 654 hectares de algodão arbóreo nos municípios de Cruzeta, Florânia, Parelhas, Jardim do Seridó, Acari e Currais Novos.

Serão feitos também ensaios de adubação química e orgânica — êstes últimos com torta de mamona — assistidos pela Secretaria de Agricultura, nos municípios de Florânia, Currais Novos, Acari e São Vicente, sendo selecionados 20 campos de primeiro ano e igual número para campos de dois anos.

O agrônomo João Batista Gurgel foi indicado pelo Governo do Estado para ser executor do convênio, que contará com uma verba de NCr\$ . 20.200 mil, na quota estipulada como primeira parcela. O total do convênio soma NCr\$ 57.200 mil.

Ainda êste ano, serão instalados em Acari, Currais Novos e Jardim do Seridó, 100 hectares de campos básicos para plantio de sementes puras, vindas do município de Cruzeta, onde o Ipeane mantém uma estação experimental e que servirão para campos de multiplicação a serem instalados a partir do próximo ano.

#### DENÚNCIA À SUDENE

Em documento que entregaram à Sudene, os empresários de projetos agropecuários da Paraíba denunciaram uma autêntica extorsão no mercado da captação dos recursos das deduções do Impôsto de Renda, para investimentos em seus empreendimentos.

Os empresários paraibanos sugerem à Sudene "encontrar o meio viável de, compulsoriamente, aplicar êsses recursos no setor agropastoril". Consideram que a adoção dessa medida "daria um sentido frutífero aos enormes gastos efetuados na elaboração dos projetos e, do outro lado, justificaria o elevado custeio dos departamentos encarregados e responsáveis pelas soluções à problemática da atividade agrária nordestina".

Afirma o documento, assinado por doze empresários:

A vertente exposição incorpora a um só tempo, uma denúncia aos entraves que estão comprometendo o êxito da programação desse organismo no setor agropecuário, como ainda um apêlo ao vosso reconhecido descortino da problemática sócio-econômica de nossa região.

#### MAIS CRÉDITO PARA O CAMPO EM SÃO PAULO

O presidente do Banco do Estado de São Paulo, Sr. Lélio de Toledo Piza, divulgou os planos do órgão para financiamento da comercialização da safra agrícola de São Paulo e Estados vizinhos, incluindo, no Rio Grande do Sul, a carne e a lã.

Já foram expedidas instruções às agências do banco, que de acôrdo com o orientação do Governador Abreu Sodré, estão autorizadas a operar à taxa de 16%, incluindo juros e comissões, pelo prazo de 120 dias.

#### CENTRO DE TELECOMUNICAÇÕES QUE AJUDARÁ A PREVER O TEMPO

O Ministro da Agricultura, Ivo Arzua, inaugurou a Estação de Telecomunicações de Niterói, construída pelo Escritório de Meteorologia para transmissão de mensagens meteorológicas.

Em seu discurso, o Sr. Ivo Arzua ressaltou a importância da meteorologia para a agricultura e as vantagens que a estação inaugurada trará para o país. Revelou ainda que serão inauguradas até junho as Estações de Telecomunicações do Recife, Belém e Cuiabá. Estas estações fazem parte do plano do Governo federal para dinamizar as transmissões de mensagens sôbre condições meteorológicas no país.

#### AGRICULTORES SE UNEM POR ELETRICIDADE

A primeira Cooperativa Central de Eletrificação Rural do país foi constituída em Brasília, para unir agricultores e criadores numa maior utilização de eletricidade em seus trabalhos. A Cooperativa Central contratará com empresas concessionárias a compra de quotas de energia

elétrica em baixa ou alta tensão; transmissão, distribuição e venda da energia a tarifas acessíveis; construção, manutenção e exploração de linhas de transmissão e redes de distribuição; além de empréstimos para atingir suas finalidades ou para suas filiais comprarem aparelhos de baixa tensão.

#### ABOLIÇÃO DO ICM NO EST. DO RIO

Desde o mês de abril, não está sendo mais cobrado ICM na primeira transação, efetuada na fonte, para produtos agropecuários "in natura". Isto foi o que constou de um decreto-lei assinado pelo governador fluminense e publicado no Diário Oficial. Responsável pela iniciativa é o secretário Edmundo Campelo Costa, da Agricultura. A extinção do ICM para produtos rurais virá inclusive baratear o custo de certos alimentos obrigatórios na mesa fluminense, tais como o arroz, o feijão, a farinha, os grãos em geral e os hortigranjeiros.

#### AGROPECUÁRIA NO CEARÁ

A agropecuária no Ceará será ainda este ano beneficiada com o programa de empréstimos do Banco do Estado e da Secretaria da Agricultura aos pequenos e médios plantadores e criadores. Os financiamentos atingem um total de NCr\$ 60.905 milhões, que vão ser aplicados, preferencialmente, aos 60 municípios que não receberam esses incentivos, no ano passado. Os principais setores serão a melhoria de plantéis de corte e de leite, suinocultura, pesca e avicultura. No setor agrícola, receberão prioridade os pequenos e médios cultivadores de algodão, caju, banana e verduras.

#### POLÍTICA ALGODOEIRA

Os técnicos do setor econômico-financeiro começaram a se reunir procurando elaborar um plano de comercialização externa da safra de algodão deste ano, que é uma das maiores dos últimos tem-

pos. O Governo viu-se compelido a proceder a esses estudos, em face do comportamento dos exportadores que tendem a baixar os preços do algodão no mercado internacional, com o que a receita de divisas sofrerá uma queda, ao mesmo tempo em que sobre os produtores recairão grandes prejuízos. É que, pressionado pelo exportador, o produtor é compelido a vender algodão a preços mais baratos.

#### PRODUÇÃO DE CAFÉ PARANAENSE

A safra cafeeira do Paraná para este ano não deverá ultrapassar os nove ou 10 milhões de sacas. As previsões feitas pela Secretaria de Agricultura do Estado indicam, porém, que a sua qualidade poderá ser considerada ótima. De qualquer forma, o que parece certo é que o Instituto Brasileiro do Café terá que lançar mão dos estoques governamentais para poder cumprir seus compromissos na cota de exportação prevista pelo Acordo Internacional, que é de mais ou menos 14 milhões de sacas no ano Convênio 1969/70.

#### PESQUISAS DA SUDENE

A Sudene conforme já foi anunciado, deverá ampliar consideravelmente este ano o seu programa de pesquisas, valendo ressaltar um importante trabalho que desenvolverá na região de Pacajus, sobre o cajueiro, que é a principal fonte de recursos naturais daquela zona.

Aquela autarquia, através de seus técnicos, pretende elaborar com relação à cajucultura os seguintes estudos: controle da autrocnose, influência da urteração NP no desenvolvimento do cajueiro, possibilidades de retardamento da deterioração do hipocampo do caju, ensaio sobre a filtração do suco para emprêgo na fabricação da cajuína e introdução ao estudo morfológico de matrizes.

#### PRODUÇÃO DE LEITE

A produção de leite no País, este ano, deverá ultrapassar a casa dos 8,5 bilhões

de litros, conforme a estimativa de técnicos do Ministério da Agricultura, tendo em vista que o crescimento do produto nos últimos anos vem apresentando uma média de 20 por cento.

#### PRODUÇÃO DE TRIGO

A produção de trigo do Rio Grande do Sul representou, no ano passado, 74% de toda a colheita da região Centro-Sul, com um total de .. 642.500 toneladas, para .... 861.772 toneladas colhidas nos três Estados produtores, incluindo Paraná e Santa Catarina.

Os dados estão contidos em relatório elaborado por técnicos do Ministério da Agricultura, após proceder ao levantamento estatístico das últimas colheitas.

#### AUMENTO DA CULTURA DE ALGODÃO

O aumento de 130% na produção algodoeira de Minas Gerais, e de 12% na de arroz, a segunda em volume da região centro-sul, foram os principais resultados obtidos nas colheitas do ano passado, segundo revelam dados levantados pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura.

O levantamento mostra ter havido em 1968 redução de 11% no volume de produção de batata inglesa, resultante em parte da menor área cultivada, que baixou de 10 mil hectares em 1967, para 9.300 ano passado enquanto o índice de rendimento também baixou de 10.300 para 9.900 quilos por hectare.

#### TAMBÉM O ARROZ

A colheita de algodão mineiro passou de 84 mil toneladas em 1967 para 193.600 toneladas ano passado, ou seja, mais 130% em relação àquele primeiro ano. A área plantada, que em 1967 foi de 188 mil hectares, atingiu 243 mil hectares em 1968, representando um incremento de 29%. Os índices de rendimento por hectare subiram 78%, passando de 447 para 796 quilos.

A safra de arroz, a segunda em volume (apenas supe-

rada pela de Goiás), atingiu 1.099.500 toneladas, contra 905.500 em 1967, representando incremento de 12%. A área plantada passou de ... 748.900 hectares para ..... 912.500 hectares, superior em 22% à do ano anterior.

#### CRESCE POUCO A AGRICULTURA PAULISTA

"O governo está preocupado com a agricultura, uma vez que o crescimento da produção bruta paulista em 1968 foi de 8% em relação ao ano de 67, mas nesse crescimento a agricultura não teve participação", declarou o secretário da Agricultura, sr. Antonio Rodrigues Filho, ao presidir em Rio Preto o lançamento oficial do Plano Regional de Assistência Técnica à Agricultura — PRATA.

#### ISENÇÃO PARA OS REBANHOS

A importação de animais reprodutores "exclusivamente para a melhoria dos rebanhos" está isenta de imposto, de acordo com a regulamentação do Decreto-lei n.º 37 (18 de novembro de 1966) assinada pelo Presidente da República, estendendo, também, este benefício à compra no mercado internacional de sementes e espécies vegetais.

No documento, fica o Conselho de Política Aduaneira autorizado, desde que por solicitação do Ministério da Agricultura, a suspender a isenção, na hipótese de ficar comprovado que a importação esteja prejudicando a produção nacional.

#### INCENTIVOS DA SUDENE

Desde 1966, até hoje, a SUDENE aprovou 161 projetos agropecuários, com investimentos globais da ordem de NCr\$ 261,6 milhões, dos quais NCr\$ 182,3 milhões provenientes dos incentivos fiscais dos artigos 34/18 dos planos diretores da autarquia.

Dos Estados nordestinos, o que mais recebeu incentivos agrícolas foi o da Bahia, com 24, seguido por Minas Gerais, com 14. Os projetos dos demais Estados estão assim distribuídos: Maranhão, 2; Ceará, 9; Rio Grande do Norte,

1; Paraíba, 8; Pernambuco, 7; Alagoas, 1 e Sergipe, 1.

#### PESQUISA BRASILEIRA

A revista "Foreign Agriculture", do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, dedicou duas páginas inteiras ao progresso da citricultura no Brasil. Declara que a industrialização brasileira nesse particular avançou enormemente durante o período da Revolução. E assim, escreve, "em pouco tempo o Brasil se tornou um dos grandes exportadores mundiais de suco de laranja, triplicando a exportação entre 1963 e 1967". Com isso, "lucrou o País 6,7 milhões de dólares, exportando principalmente para a Alemanha Ocidental, Estados Unidos, Canadá, Holanda e França". Trecho significativo: "O suco de laranja é hoje um dos mais fortes itens da exportação brasileira de alimentos, excedida apenas pelo café solúvel, manteiga de cacau e carne".

#### CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA

A economia brasileira, vista de maneira global, teve um crescimento real de 7 por cento em 1968, acompanhando, por conseguinte, a recuperação do nível de atividade que se estendeu por três trimestres de 1967, em resposta às medidas de política econômica implementadas por uma boa safra agrícola.

Esta conclusão é de um grupo de técnicos do Ministério da Fazenda, em estudo concluído recentemente, e que aponta o setor industrial como tendo utilizado plenamente a sua capacidade, na maioria dos ramos, exigindo investimentos para a continuação de sua expansão.

#### CAMPEÕES DA IRRIGAÇÃO

Irrigação é uma prática destinada a prover o solo de água necessária ao melhor crescimento das plantas. Além disso, protege as colheitas em certos períodos de muita seca, refresca o ambiente, dilui os adubos no solo e ajuda a controlar certos inimigos das plantas.

E esta prática está tão difundida que calcula-se que atualmente existam 162 milhões de hectares irrigados em todo o mundo. Os cinco países de maiores áreas irrigadas são: China 55 milhões de hectares; Índia — 25 milhões (só estes dois já somam a metade da área mundial irrigada); Estados Unidos da América — 14 milhões; Paquistão — 12 milhões; e URSS — 6,5 milhões.

#### GADO HOLANDÊS

Um avião da empresa argentina "Entre Rios" trouxe dos Estados Unidos 21 novilhas de raça holandesa, adquiridas pelo proprietário da Granja São Martinho, de Campinas, que pagou de frete a importância de 11 mil dólares, ou mais de 40 mil cruzeiros novos. A idade das novilhas, que já se encontram na granja, varia de 24 a 26 meses e os animais se destinam à reprodução.

#### AGRÔNOMOS ESTRANGEIROS EM CAMPINAS

Vinte agrônomos da República de Formosa, China, visitaram o Instituto Agrônomo da Secretaria da Agricultura, em Campinas visando a conhecer os resultados de pesquisas e ensaios realizados sobre agricultura tropical. Os técnicos percorreram as seções de algodão, fofointepretação e genética, seguindo depois para a estação experimental de Limeira, para constatar as novas conquistas em torno das frutas cítricas, sabendo-se que o centro de pesquisas agrônômicas, que lá existe, possui a maior coleção de variedades cítricas do mundo num só local e em número aproximado de 600 unidades.

O agricultor francês Marcel Gignaud, que também é estudante e que se encontra há alguns meses no Brasil, esteve no Instituto Agrônomo com a finalidade, segundo disse, de conhecer "o maior centro de pesquisas agrônômicas tropicais do mundo" e do qual já ouvira falar em seu país. Gignaud, que é descendente de agricultores e cujos pais possuem uma fazenda na Bretanha, afirmou que pretende levar

algumas lições para tentar melhorar as condições agrícolas de sua propriedade, notadamente em relação a algumas frutas que podem perfeitamente adaptar-se às regiões de sua província.

#### CURSOS PARA MELHORAR A PECUÁRIA

A Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco visando a proporcionar aos criadores, vaqueiros e vacinadores, o domínio de novas técnicas no manuseio do gado, promoveu, nos últimos meses, Cursos de Prática Veterinária nos Municípios de Lajedo, Jurema, Calçados, Angelim, Canhotinho, Salgueiro, Surubim e Itamaracá.

Os nove cursos realizados no ano passado proporcionaram o conhecimento de novas técnicas a 135 criadores, vaqueiros e vacinadores das diversas regiões fisiográficas do Estado.

#### DÓLARES PARA PECUÁRIA

O Banco Mundial poderá liberar financiamento de 40 milhões de dólares destinados à pecuária brasileira, e do qual, uma terça parte irá para o Rio Grande do Sul. Os técnicos Don Stoops e Renato Rossi declararam que durante os quatro dias em que permaneceram no Estado do Rio Grande do Sul, puderam colher todos os elementos necessários à elaboração do relatório, e que o entregarão à direção do BIRD, objetivando aquele financiamento. Os técnicos do Banco Mundial visitaram, em companhia do delegado regional do CONDEPE, diversos estabelecimentos rurais gaúchos.

#### DIREITO AGRÁRIO

Sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas a Associação Latino Americana de Direito Agrário e o Instituto de Direito Público e Ciência Política farão realizar, entre os dias 19 de março e 17 de abril, o "Curso de Direito Agrário" para diplomados em Curso Superior e oficiais das Forças Armadas. Vinte estudantes poderão participar do Curso a ser mi-

nistrado por especialistas em Direito Agrário.

Os interessados poderão inscrever-se, a partir de segunda-feira, dia 10 na sede da ALADA — IDPCP — 11.º andar da Fundação Getúlio Vargas — Praia de Botafogo, no horário de 9 às 11,30 e de 14 às 17.

#### PROGRAMA

Março 19 — 1. Dados sociológicos, jurídicos e econômicos do Direito Agrário.

20 — 2. Direito Agrário Comparado: Direito Interno e Direito Comparado.

26-27 — 3. Direito Agrário: Sindicalização e Cooperativismo; Sindicatos Agrários, as Empresas Agrícolas, trabalhadores na agricultura.

Abril 2-3 — 4. Direito Agrário e Política de Desenvolvimento; Desenvolvimento Agrário e Industrial, Crédito Rural, Imposto Territorial Rural, Integração Latino-americana.

9-10 — 5. A Empresa Agrária e os princípios do Estatuto da Terra; Propriedade familiar e grande empresa em face da Conjuntura Brasileira; Iniciativa Privada e Estatização na Agricultura; Medida da Intervenção do Estado.

16-17 — 6. Direito Agrário e Reforma Agrária; Órgãos de Execução; IBRA e INDA; Justiça Agrária; Política de Ocupação da Terra.

#### VELHAS PARA O KWAIT

Cinquenta mil capões (ovelhas machos) estão sendo embarcadas pelo Brasil para o Kwait, no primeira grande exportação deste tipo já realizada pelo nosso País. Até maio serão embarcadas mais sete mil cabeças, cada uma ao preço de quatro dólares e setenta centavos. O Brasil não faz vendas maiores ao Kwait porque ainda não existem navios devidamente preparados para o transporte vivo das ovelhas.

De maio a outubro a exportação será suspensa, pois é a época do ano em que a lã mais cresce. E a venda de lã é mais vantajosa do que a venda do animal.

#### DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES

A Secretaria de Agricultura de Pernambuco iniciou a distribuição de 1,5 milhão de quilos de sementes selecionadas de feijão, algodão e milho, nas Zonas do Agreste e Mata do Estado, utilizando, para isso, uma frota de sete caminhões, o que possibilitará o plantio de uma área de 66 mil hectares, para fundação do próxima safra, informou o secretário Danilo Sedrim.

Por sua vez, o Departamento de Produção Vegetal já concluiu a distribuição de 300 toneladas de algodão arbóreo, feijão, milho e arroz na região sertaneja, onde a época de plantio antecede à do Agreste e Mata e, de acordo com convênio firmado com o IBC estão sendo distribuídas 714 toneladas de sementes em 50 municípios da zona cafeeira de Pernambuco.

#### BOA SAFRA DE CACAU

A Bahia poderá ter uma das maiores safras de cacau desde as primeiras colheitas, se as condições climáticas persistirem até o início do recolhimento dos frutos.

A safra que todos consideram uma repetição da de 1959, poderá atingir o montante de 170 mil toneladas, proporcionando divisas consideráveis para o Brasil com a respectiva exportação.

Já nos países produtores de cacau do continente africano as chuvas que caíram intermitentemente determinaram redução considerável na safra 1967-70.

Em Ghana, a safra, que era estimada em 330 mil toneladas, desceu para 305 mil enquanto, na Nigéria, a redução foi de 220 para 170 mil. Em Camarões, a situação, também não é das melhores.

#### ANO FLORESTAL: 100 MILHÕES DE MUDAS

O Diretor do Instituto Estadual de Florestas, do Estado de Minas, informou à Federação das Indústrias de Minas Gerais, que a entidade que dirige está empenhada na obtenção de cem milhões de mudas no próximo Ano

Florestal. As mudas serão conseguidas através de culturas feitas em viveiros e sementeiras próprios e de outros instalados no interior do Estado, em convênio com as Prefeituras Municipais e empresas privadas.

Disse ainda que o IEF está empenhado na formação de uma nova mentalidade florestal, meta que já começa a apresentar resultados: há interesse para o problema e os municípios mineiros procuraram integrar-se, em número cada vez maior, na atual campanha.

### MELHORANDO O ABASTECIMENTO

Duas novas unidades armazenadoras de produtos agrícolas construídas pela CAGESP, cada uma com capacidade para 10.000 toneladas foram inauguradas pelo governador Abreu Sodré nas cidades de Paraguaçu Paulista.

Assim, a capacidade estática da rede estadual de armazenamento terá um aumento de 320 mil sacas, ampliando-se consideravelmente as facilidades de estocagem, conservação e comercialização das safras agrícolas.

### CRÉDITO RURAL EDUCATIVO

Até o fim de 1969 serão aplicados, cerca de 15 milhões de cruzeiros novos em Crédito Rural Educativo por cinco Bancos com a co-participação da Extensão Rural no Rio Grande do Sul.

Este investimento é decorrente de um convênio firmado entre a ASCAR e os Bancos do Brasil, BIRDE, União dos Bancos Brasileiros, Banco do Estado do Rio Grande do Sul e Banco Nacional do Comércio.

Durante o ano de 1968, já foram aplicados cerca de 7 milhões e meio de cruzeiros novos, dentro das modalidades do convênio no Estado. Este montante atingiu 85 municípios do Rio Grande do Sul, onde a ASCAR mantém Escritórios de Extensão Rural. Horizontina e Santa Rosa foram os dois municípios onde se verificou o maior número de empréstimos duran-

te o período. O primeiro, com 344 empréstimos num montante de 565 milhões antigos, e o segundo com 316 empréstimos com uma verba de 478 mil cruzeiros novos.

O Crédito Rural Educativo está sendo desenvolvido em três modalidades: Crédito Rural Orientado, Crédito Habitacional e Crédito Juvenil. Enquanto o Crédito Rural Orientado é utilizado principalmente para investimentos mais reprodutivos, visando a maior produtividade e rentabilidade das empresas rurais, o Crédito Habitacional é destinado para a melhoria do nível habitacional, tanto a construção ou terminação de residências rurais, melhoramentos e instalações hidrossanitárias. Finalmente, o Crédito Juvenil tem por objetivo a capacitação dos jovens rurais em atividades agrícolas criatórias, sociais e domésticas, bem como de preparação para uso do crédito como um instrumento educativo. Esta parte está sendo efetivada através dos associados dos Clubes 4-S, que somam 278 Clubes com 7.700 associados em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

### ESTOCAGEM DE CARNE

O plano de estocagem de carne de boi não prevê este ano a participação direta do governo federal. Das 35 mil toneladas que garantirão o abastecimento no período mais crítico da engorda — de agosto a janeiro — 27 mil (77%) se constituirão de boi em pé e não de carne frigorificada.

Como em anos anteriores, a estocagem visa ao consumo dos grandes centros consumidores: Guanabara, São Paulo e Belo Horizonte. Mas pela primeira vez o Governo, através da SUNAB, não se compromete a adquirir carne e estocá-la em câmaras frigoríficas "com o objetivo de regular o mercado, a fim de se evitar a elevação dos preços no período de entressafra".

### AJUDA DIRETA AO CAMPO

Cerca de 50% dos financiamentos concedidos pelo

Banco Interamericano de Desenvolvimento este ano ao Brasil destinados à agricultura, contrariando totalmente a política anterior do BID, que preferia financiar, principalmente, os projetos relativos à construção de hidroelétricas.

No ano de 1967, 15% dos financiamentos concedidos pelo BID ao Brasil foram destinados a projetos agrícolas, mas nos anos de 1968 e 1966 nenhum financiamento foi dado à agricultura.

### EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS

Segundo a FAO, continuará ainda por muitos anos a atual situação do comércio internacional de produtos agrícolas, com os países em desenvolvimento no papel de exportadores desses produtos, e os países industrializados absorvendo a oferta. No momento, os países ricos da Europa Ocidental e a URSS absorvem cerca de quatro quintos das exportações da Ásia, África e América Latina.

O Brasil está, segundo a FAO, entre os que têm alguma possibilidade de romper o esquema pouco animador para os países em desenvolvimento traçado pelo estudo. Isto se deve ao comércio exterior de produtos brasileiros manufaturados, cuja importação não apresenta grande diferença no período . . . . 1963-67, mas que assinala mudança substancial na exportação.

Segundo ainda o estudo da FAO, as exportações brasileiras no setor passaram de 112 mil toneladas em 1963, para 780 mil toneladas em 1967, indicando que o Brasil tem boas perspectivas de industrialização dentro dos próximos anos.

### MELANCIA

A safra paulista de melancia de 1967/68 foi da ordem de 40.200 toneladas, correspondentes a uma área cultivada de 1.250 alqueires, segundo dados da Secretaria da Agricultura de São Paulo.

# LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

Leis, decretos-leis, portarias e demais atos oficiais dos governos federal, da Guanabara e de São Paulo, relativos ao 1.º semestre de 1968.

## GOVERNO FEDERAL

### açúcar — Comercialização — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69 — 1.º Período

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as cotas de comercialização nos Estados de Pernambuco e Alagoas para o primeiro período da safra de 1968/69.

Determinou, também que os saldos finais das cotas mensais de comercialização fixadas para a safra de 1967/68, não utilizados até 31-8-68, ficam cancelados e incorporados às disponibilidades. As cooperativas centralizadoras de vendas e as usinas não cooperadas, dos Estados de Pernambuco e Alagoas, poderão usar nos meses posteriores os saldos das cotas básicas de comercialização não utilizados em cada mês do período.

A Divisão de Arrecadação e Fiscalização do I.A.A. procederá ao levantamento das saídas de açúcar cristal verificadas entre 1-9-68 e 31-10-68, para apurar os saldos individuais positivos ou negativos das cotas mensais de comercialização agora estabelecidas. Se os saldos apurados em 31-10-68 forem positivos, poderão ser usados nos meses posteriores; se negativos, será obrigatória sua compensação dentro das cotas básicas de comercialização dos meses posteriores do primeiro período.

Todo açúcar cristal saído além das cotas mensais de comercialização agora fixadas será considerado clandestino, sujeito a apreensão pelo I.A.A.; não sendo possível, ficará o infrator sujeito a multa equivalente ao valor do açúcar comercializado, excedente da respectiva cota mensal (MIC — IAA — Ato n.º 27, de 7-11-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.763).

### açúcar — MEL — Autorizações Individuais — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do Conselho Deliberativo do I.A.A. modificou as autorizações individuais de produção de açúcar e mel rico invertido, deferidas às usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, na safra 1968/69.

No Estado de Pernambuco, a produção autorizada será de 14,4 milhões de sacos de açúcar, sendo 5,7 milhões no tipo demerara. Os 8,7 milhões de sacos mencionados constituir-se-ão de 6,48 milhões em açúcar do tipo demerara e 2,22 milhões produzidos em mel rico invertido na correspondência de 10 sacos por tonelada métrica. Tal correspondência não poderá ser excedida, inclusive as parcelas de demerara que resultam de permuta com açúcar cristal entre usinas cooperadas, ou entre a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e usinas não cooperadas.

No Estado de Alagoas, a produção autorizada totalizará 7,2 milhões de sacos de açúcar, dos quais 3,4 milhões serão produzidos no tipo cristal e 3,8 milhões no tipo demerara. Até 31-12-68, a produção de açúcar demerara compreenderá um contingente máximo de 6 milhões de sacos, sendo 4 nas usinas de Pernambuco e 2 nas de Alagoas.

A produção de mel rico invertido nas usinas selecionadas será realizada dentro do seguinte programa:

a) 122 mil toneladas métricas produzidas e entregues até 31-12-68 ao I.A.A.; b) 100 mil toneladas métricas produzidas e entregues ao I.A.A. após 31-12-68 e até o encerramento da safra de 1968/69 no Estado de Pernambuco (MIC—IAA — Resolução n.º 2.016, de 7-11-68 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.764).

### açúcar demerara — Especificações — Pernambuco e Alagoas — Safra 1968/69

O Presidente do I.A.A. estabeleceu as especificações técnicas para a produção de açúcar do tipo demerara nas usinas dos Estados de Pernambuco e Alagoas, durante a safra de 1968/69, devendo as Inspetorias Técnicas Regionais desses Estados recusar definitivamente todo açúcar do tipo demerara que apresente polarização inferior a 96,º ou fator de segurança em desacordo com as normas estabelecidas (MIC—IAA — Ato n.º 24, de 24-9-63 — DO-II de 5-12-68, pág. 2.762).

### açúcar — Refinarias do Estado da Guanabara — Cotas Mensais Compulsórias

O Instituto do I.A.A. fixou novas cotas mensais de açúcar do tipo Standard, a serem adquiridas compulsoriamente pelas refinarias autônomas da Guanabara encarregadas de abastecer a Guanabara, Niterói, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu e municípios limítrofes. Em consequência, ficam alteradas as cotas mensais de comercialização daquele produto da safra 1968/69. (MI—IAA — Ato n.º 26, de 23-10-68 — DO-II — de 6-11-68, pág. 2.556).

### AGRO-INDÚSTRIA DO NORDESTE — Grupo Especial da Regulamentação

O Grupo Especial para Racionalização da Agro-indústria Canavieira do Nordeste (GERAN) executará programas ou medidas que visem à melhoria de sua produtividade, à solução dos problemas sociais correlatos e à modificação da respectiva estrutura de produção (Decreto n.º 63.915, de 26-12-68 — DO de 27-12-68, pág. 11.204).

### AGRÔNOMOS, ENGENHEIROS E ARQUITETOS — Carteira Profissional — 2.ª Via

Os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia foram autorizados, pelo Conselho Federal, a expedir segunda via de carteira profissional, cartão provisório de registro ou de identificação, quando ocorrer extravio, inutilização ou deterioração dos originais (MTPS—CFEAA — Resolução n.º 173, de 18-10-68 — DO-II de 7-11-68, pág. 2.577).

### BATATAS — Importação — Alemanha Ocidental

O Ministro da Agricultura autorizou a reimportação, no corrente ano, de sementes de batata da República Federal da Alemanha num total de 12.000 caixas, para atender à continuação do programa de produção de sementes de batata alemã iniciado em 1966 em diversos Estados (MA—GB — Portaria n.º 354, de 7-11-68 — DO de 19-11-68, pág. 10.051).

# legislação agrícola

## BORRACHA — Importação — Suplementação

O Superintendente da borracha autorizou a indústria de artefatos de borracha, sediada no País, a importar borrachas vegetais para suplementação da safra nacional do produto até o limite de 3.700 toneladas. Dêsse total, 1.200 ficarão reservadas à indústria leve e as 2.500 restantes à indústria pesada.

São permitidas a cada firma da indústria leve importações até o limite de duas quotas de consumo, observando o maior consumo mensal verificado no período janeiro-outubro de 1968, e para a indústria pesada até o equivalente a um mês baseado no consumo verificado no mesmo período.

As borrachas importadas de acordo com os critérios referidos terão seus preços equiparados aos das mesmas matérias-primas produzidas no País, nêles incluída a TORMB e excluído o ICM. O importador recolherá à Superintendência da Borracha a diferença entre o preço CIF fabricado, produto importado e o preço do produto nacional equivalente pósto fábrica, sob a forma de TORMB. Tal diferença será calculada tomando-se por base o preço da borracha do Estoque de Reserva, em confronto com o preço estimado na importada, ambos CIF fábrica, do consumidor na data do pedido de importação.

Ao processar a Guia de Recolhimento para depósito no Banco da Amazônia, o importador efetuará o pagamento da TORMB referente à equiparação de preços entre as borrachas nacionais e importadas, sendo-lhe facultado o recolhimento mediante garantia cambial com vencimento até 30 dias a contar da expedição da guia.

A importação poderá ser feita diretamente ou por intermédio de importadora registrada na superintendência (MIC—SB — Portaria n.º 19, de 16-12-68 — DO-II de 26-12-68, pág. -2.969).

## CACAU — Exportação — Especificações

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do cacau destinado à exportação. Abrangem essas normas os requisitos referentes à qualidade do produto, suas características e defeitos, coleta de amostras, embalagem, marcação da sacaria e armazenagem (MF—CONCEX — Resolução n.º 42, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.505).

## CAFÉ — Via Ouro da Ficha-Registro

O I.B.C. comunicou que a partir de 1.º de novembro de 1968, as Vias Ouro da Ficha-Registro permanecerão em poder da Agência que tiver feito o registro do café, mantendo-se sua utilização nos processos de exportação, consumo de bordo e interno e nos demais casos em que for exigida a entrega daquele documento (MIC—IBC — Comunicado n.º 52, de 23-10-68 — DO-II de 5-11-68, pág. 2.547).

## CARNE — Fixação de Preços — Rondônia e Goiás

A SUNAB estendeu ao Território de Rondônia e ao Estado de Goiás a comercialização da carne bovina, quanto à fixação de preços máximos de venda e controle do abastecimento (MA—SUNAB — Portaria .... n.º 1.249/50, de 19-11-68 — DO de 6-12-68, pág. 10.595).

## CARNE BOVINA — Fixação de Preços — Estado do Rio

A SUNAB considerou, para efeito da comercialização da nova carne bovina, os seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Angra dos Reis — Araruama — Barra do Pirai — Barra Mansa — Cabo Frio — Campos — Cachoeira de Macacu — Duque de Caxias — Itaboraí — Itaguaí — Itaperuna — Macaé — Magé — Niterói — Nilópolis — Nova Iguaçu — Nova Friburgo — Paraíba do Sul — Petrópolis — Rezende — Rio Bonito — São Gonçalo — São João de Meriti — Teresópolis — Três Rios — Valença — Volta Redonda — (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.138, de 17-10-68 — DO de 12-11-68, pág. 9.870).

## CARNE BOVINA — Preços — Distrito Federal

A SUNAB estendeu ao Distrito Federal o ordenamento do artigo 8.º da Portaria n.º 992, de 1968, (ver

BLA n.º 39, pág. 301), que consolidou as Resoluções e Portaria que envolveram todas as fases de comercialização da carne bovina (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.282, de 29-11-68 — DO de 23-12-68, pág. 11.091).

## CARNE OVINA — Fixação de preços — Guanabara

A SUNAB fixou para o Estado da Guanabara o preço máximo de NCr\$ 2,00 o quilo, por venda da carne de carneiro ao consumidor (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.134, de 17-10-68 — DO de 12-11-68, pág. 8.870).

## ENSINO AGRÍCOLA — Preenchimento de Vagas — Agricultores

Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária mantidos pela União serão, preferencialmente, cada ano, para matrícula na 1.ª série, 50% de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com suas famílias na Zona Rural; nos estabelecimentos de ensino médio mantidos pela União 30% das vagas restantes serão reservadas, preferencialmente, para agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuem estabelecimentos de ensino médio (Decreto n.º 63.788, de 12-12-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.874).

## FEIJÃO — Exportação — Especificações

O Conselho Nacional do Comércio Exterior aprovou as novas especificações de padronização, classificação e fiscalização do feijão destinado ao exterior (MF — CONCEX — Resolução n.º 40, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.503).

## INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL — Delegação de Podêres

O I.A.A. delegou competência ao chefe do Gabinete da Presidência, ao Diretor da Divisão Administrativa, ao Diretor da Divisão de Estudo e Planejamento, ao Diretor de Exportação, ao Diretor da Divisão de Assistência à Produção, ao Procurador Geral, do Diretor da Divisão de Arrecadação e Fiscalização e a todos os Diretores da Divisão de Arrecadação e Fiscalização e a todos os Diretores de Divisões (MIC — IAA — Ato n.º 25, de 18-10-68 — DO-55 de 8-11-68, pág. 584).

## IRRIGAÇÃO — Agricultura — Grupo Executivo — Criação

Foi criado o Grupo Executivo de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), com a finalidade de planejar, orientar e supervisionar a atuação integrada dos sistemas dos órgãos federais nos setores de engenharia, agricultura e crédito, vinculados aos Ministérios do Interior, da Agricultura, do Planejamento e Coordenação Geral, e da Fazenda, visando o desenvolvimento da agricultura irrigada. O GEIDA funcionará junto à Secretaria-Geral do Ministério do Interior e será dotado de um Conselho Técnico-Administrativo constituído por dois representantes do Ministério do Interior, dois do Ministério da Agricultura, um do Ministério das Minas e Energia, um do Ministério da Fazenda e um do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, ao qual caberá a coordenação de medidas e ações de caráter interministerial e de uma Secretaria-Executiva.

Compete ao GEIDA: a) estudar, em caráter sistemático, as linhas básicas da Política Nacional de Irrigação para o Desenvolvimento Agrícola, em suas diversas fases, submetendo-as à apreciação dos Senhores Ministros de Estado; b) selecionar os projetos integrados de irrigação, inclusive os que deverão ser apresentados às agências externas de financiamento; planejar as metas físicas dos projetos, as necessidades, de recursos financeiros em todas as etapas para a implantação e desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação, com o objetivo básico de se alcançar o máximo aproveitamento do solo e da água; c) estabelecer critérios relativos à implantação da pequena, média e grande irrigação, sua estruturação e organização; d) promover a compatibilização do programa nacional da agricultura irrigada com as políticas setoriais para o desenvolvimento econômico e social; e)

# legislação agrícola

supervisionar a atuação integrada dos diversos órgãos e meios de execução do programa de irrigação para o desenvolvimento agrícola; e f) estabelecer normas e diretrizes e propor legislação específica inclusive referentes a obrigações tributárias, organização de fundos financeiros, incentivos fiscais para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

A Secretaria Executiva do GEIDA, que funcionará como órgão executivo do Conselho Técnico, disporá de um Secretário-Executivo e de um Secretário-Adjunto, designados de comum acordo pelo Ministério do Interior e pelo Ministério da Agricultura. Compete ao Secretário-Executivo adotar todas as providências técnicas e administrativas para o pleno funcionamento do GEIDA, dando cumprimento às funções que lhe foram cometidas pelo Conselho Técnico. Este providenciará no sentido de serem criados Comitês regionais e locais para execução dos trabalhos. O Ministério do Interior e o Ministério da Agricultura providenciarão em conjunto com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e o Ministério da Fazenda no sentido de atribuir recursos iniciais para manutenção do GEIDA, devendo o Conselho Técnico, através da Secretaria Executiva, estudar e propor a consignação de recursos para desenvolvimento dos trabalhos, que servirão, inclusive, de contrapartida aos recursos externos que forem obtidos para desenvolvimento dos projetos integrados de irrigação.

e o estoque no último dia da semana (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.164, de 24-10-68 — DO de 5-11-68, pág. 9.662).

### LEITE "IN NATURA" — Boletim de Entradas e Saídas — Pernambuco e Paraná

A SUNAB resolveu que as firmas beneficiadoras e distribuidoras de leite "in natura" em Pernambuco e no Paraná serão obrigadas a apresentar semanalmente boletim referente às entradas e saídas do produto. O boletim especificará o estoque anterior à semana em que for emitido, total de entradas e saídas diárias e estoque no último dia da semana (MA—SUNAB — Portaria n.º 1.251/52, de 19-11-68 — DO de 6-12-68, pág. 10.595).

### LEITE "IN NATURA" — Estatística — Boletim Semanal

A SUNAB estabeleceu para os entrepostos, usinas e beneficiamento, responsáveis pelo abastecimento de leite "in natura" do Estado da Guanabara, a obrigatoriedade da apresentação semanal de boletim referente às entradas e saídas do produto, conforme o modelo anexo, sendo que o item "saídas" especificará as qualidades distribuídas para consumo e industrialização.

FIRMA:

PERÍODO DE.....A.....

ENDEREÇO:

BAIRRO:

Telefone:

DIAS		Estoque Anterior (A)	Entradas (B)	Sub total (C)	SAÍDAS			Total (G)	Estoque que passa (H)
MÊS	SEMANA				Para consumo (D)	Para indústria (E)	Quebras (F)		
	Segunda								
	Têrça								
	Quarta								
	Quinta								
	Sexta								
	Sábado								
	Domingo								
	Total Geral								

O GEIDA será instalado até 19-12-68 (Decreto n.º 63.775, de 11-12-68 — DO de 12-12-68, pág. 10.762).

#### LEITE "IN NATURA" — Boletim — Apresentação Semanal

A SUNAB determinou às firmas encarregadas do abastecimento de leite "in natura", em Brasília, a apresentação semanal de boletim referente às entradas e saídas do produto.

O boletim terá de discriminar, obrigatoriamente, o estoque anterior, o total de entradas e saídas dia a dia

Os Boletins serão entregues à Delegacia da SUNAB às segundas-feiras até 17 horas, correspondendo ao movimento da semana anterior, sendo obrigatória a apresentação das declarações negativas e conterão: o estoque anterior; o total das entradas e saídas, dia a dia, durante a semana, e o estoque do último dia da semana.

Tais disposições estarão vigendo a partir de 14-11-68 (MA — SUNAB — Portaria n.º 21.1068 — DO de 11-11-68, pág. 9.823).

**A LAVOURA**

# legislação agrícola

## MILHO — Exportação — Teor de Umidade — Alteração

O Conselho Nacional do Comércio Exterior alterou para 14,5% o teor máximo de umidade nos tipos de milho indicados nas especificações anexas à Resolução n.º 26, de 1968, do Conselho (ver BLA n.º 36, pág. 268) (MF — CONCEX — Resolução n.º 39, de 14-11-68 — DO de 4-12-68, pág. 10.503).

## NÚCLEOS COLONIAIS — IBRA — Extinção

Foram extintos os Distritos de Colonização de Duque de Caxias e de Santa Cruz, cujos Núcleos Coloniais com glebas já emancipadas em sua totalidade serão incorporados à vida autônoma dos respectivos municípios e desvinculados de qualquer subordinação ao IBRA. O Núcleo Colonial de Santa Alice continuará incorporado ao patrimônio do IBRA enquanto não for emancipada a gleba Caçaria. Os recursos financeiros liberados em consequência da extinção já referida serão aplicados pelo IBRA na execução de outros projetos na Área Prioritária do Rio de Janeiro (Decreto n.º 63.712, de 2-12-68 — DO de 6-12-68, pág. 10.586).

## ÓLEOS VEGETAIS — Produção — Grupo de Trabalho

O Conselho Nacional do Comércio Exterior criou Grupo de Trabalho encarregado de, no prazo máximo de 90 dias, estudar a situação da produção e comercialização externa de óleos vegetais, principalmente de soja, mamona, amendoim, caroço de algodão, girassol, babaçu e de milho.

O GT será constituído por representantes dos Ministérios do Planejamento, Agricultura e Fazenda, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, dos Sindicatos de Azeite e Óleos Comestíveis de São Paulo e Paraná, de Óleos Vegetais do Rio Grande do Sul e do Nordeste (MF — CONCEX — Comunicado n.º 4, de 5-11-68 — DO de 14-11-68, pág. 9.954).

## PELES — COMÉRCIO DE — Criadouros — Regulamentação

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou que o comércio e a industrialização de espécimes da fauna, bem como de seus produtos e subprodutos, serão autorizados mediante comprovação de origem, certificada pelo IBDF, e registro prévio, nesse órgão, das pessoas físicas ou empresas dedicadas a essa atividade.

Os animais, objeto de comercialização, ou industrialização terão de proceder de criadouros naturais ou artificiais devidamente legalizados (MA — IBDF — Portaria n.º 253, de 18-4-68 — DO—II de 26-4-68, pág. 904).

## PESCA — ARRASTÃO DE PORTAS — Proibição — Lagoa do Estado do Rio

A SUDEPE proibiu, nas lagoas de Araruama, Saquarema e Maricá, o emprêgo do aparelho de pesca denominado "Arrastão de Portas" Otter Trawl ou similar, assim como o uso de qualquer aparelho ou réde cuja malha seja inferior a 30 mm, medida esta tomada entre dois ângulos opostos, com a malha esticada.

É permitido o uso da réde denominada "cai-cai", que tenha no máximo 40 m de comprimento e de malha mínima 30 mm. O emprêgo de "tarrafa" só será permitido com a malha mínima citada.

As infrações serão punidas com multa de metade até um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão do material e produto da pesca, dobrando-se a multa na reincidência (MA — SUDEPE — Portaria n.º 623, de 22-10-68 — DO—II de 27-11-68, pág. 2.692).

## PESCA — ESTÍMULOS — Estudo de Projetos

O Conselho Deliberativo da SUDEPE determinou que serão examinados, até 30-4-69, apenas os novos projetos que objetivem, tão-somente, a comercialização do pescado. Os demais projetos continuarão a ser recebidos para exame após a data citada (MA — SUDEPE — Resolução n.º 47, de 16-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 2.692).

## A SUDEPE proibiu a pesca com réde de qualquer

A SUDEPE proibiu a pesca com réde de qualquer tipo nos rios Maquiné e nos canais de Cornélius e João Pedro, no Rio Grande do Sul.

Nas lagoas de Itapeva, dos Quadros e da Pinguela, a pesca só era permitida com "rédes de espera", cuja malha mínima seja de 60 mm, medida esta tomada entre dois ângulos opostos, com malha esticada.

É proibido o uso de qualquer aparelho de pesca de arrasto, em tôdas as lagoas, rios e canais do Rio Grande do Sul.

As infrações ao disposto acarretarão multa de metade a um salário-mínimo vigente na Capital da República, independentemente da apreensão do material e produto da pesca, dobrando a multa no caso de reincidência (MA — SUDEPE Portaria n.º 644, de 22-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 692).

## PESCA — REDES DE ARRASTO — Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás — Proibição

A SUDEPE proibiu o uso das rédes de arrasto nas atividades de pesca. Nas corredelas e cachoeiras a pesca somente será permitida com o emprêgo de molinete, canhão simples e linha de mão.

Proibiu, ainda, a SUDEPE, a pesca com aparelhos denominados de lambada, espinhel, tarrafão, ganchos, arpão e covos em Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás, bem como a construção de "cercadas" e "paris" ou qualquer outro aparelho fixo no curso dos rios desses Estados (MA — SUDEPE — Portaria n.º 617, de 16-10-68 — DO — II de 13-11-68, pág. 2.610).

## PESCA — TUCUNARÉ — Proibição — Ribeirão da Laje

A SUDEPE proibiu a pesca do tucunaré comum, na represa Ribeirão da Laje, no período de 15 de outubro a 31 de dezembro de 1968 (MA — SUDEPE — Portaria n.º 616, de 16-10-68 — DO—II de 13-11-68, pág. 2.810).

## PESCADOR PROFISSIONAL — Qualificação

A SUDEPE determinou que o pedido de autorização prévia para obtenção de matrícula de pescador profissional será feito a requerimento escrito ou verbal, juntando Atestado de Atividade emitido pelo Presidente da Colônia a cuja jurisdição o interessado pertença. Não havendo colônia no local do domicílio ou atividade do interessado, o atestado será assinado por dois pescadores profissionais matriculados.

Não tendo o interessado vínculo com a atividade pesqueira, requererá o documento de autorização prévia à repartição da SUDEPE existente na região ou ao Executor do Convênio de fiscalização com o Governo do Estado, que inscreverá o interessado na Colônia da zona mais próxima.

Para os interessados que forem estrangeiros, deverão constar no Atestado de Atividade o número, data de expedição e repartição expedidora do documento de permanência no País. Os naturalizados deverão transcrever os dados relativos ao decreto de naturalização. Os menores, além do Atestado de Atividade, apresentarão autorização do Juiz competente da Região (MA — SUDEPE — Portaria n.º 622, de 22-10-68 — DO — II de 27-11-68, pág. 2.692).

## PINHO — Exportação — Índices de Participação — Validade

O Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal determinou que as parcelas atribuídas às empresas exportadoras de pinho, nas distribuições dos contingentes exportáveis para os mercados supervisionados pela Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, que, em 31-12-68, permanecerem pendentes de vinculação à execução de contratos de vendas, perderão a sua validade, para todos os efeitos. A partir de 1-1-69, terão a sua validade apenas as parcelas adjudicadas às empresas em função dos percentuais de participação apurados em 31-12-68, conjugados com os índices consignados no quadro sob o título Reflorestamento, da Portaria n.º 107, de 1967, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (ver BLA n.º 1, pág. 14).

As vendas correspondentes ao saldo do contingente pertencente ao Rio Grande do Sul, no volume de .....

2.484.256 p<sup>2</sup>, serão distribuídas às empresas jurisdicionadas a Porto Alegre que figuravam com saldos credores nos mapas de rateios em 31-10-68.

As realizadas por conta do contingente de 15.004.500 p<sup>2</sup>, instituído pelo Conselho Administrativo da Comissão Coordenadora de Exportação de Madeira, serão distribuídas às empresas exportadoras habilitadas.

O setor que deixar de vender sua parcela até ... 31-12-68 perderá o seu contingente ou o saldo (MA — IBDF — Portaria n.º 666, de 12-11-68, DO — 6 de 26-11-68, pág. 2.683).

## PREÇOS MÍNIMOS — Algodão — Arroz — Farinha — Feijão — Mamona e Milho — Região Setentrional — 1969

Foi assegurada a garantia de preços mínimos do algodão, farinha de mandioca, feijão, mamona e milho, da Região Setentrional da safra de 1969, atendidas as condições estabelecidas. Os preços mínimos básicos expressos nas tabelas aprovadas são aqueles que serão efetivamente pagos aos produtores ou suas cooperativas, sendo livres de quaisquer despesas adicionais, inclusive imposto e taxas. A Região Setentrional abrange os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia e os Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

Foram, também, estabelecidas condições para as operações de financiamento ou aquisição dos gêneros já mencionados, que serão realizadas com produtores ou suas cooperativas podendo as de financiamento com opção de venda ser extendidas, em caráter excepcional, a terceiros. Será, entretanto, necessário para tal extensão que os terceiros comprovem ter pago aos produtores preços nunca inferiores aos mínimos básicos fixados nas tabelas aprovadas.

Os limites, prazos e demais condições de financiamento, inclusive normas e padrões de classificação dos produtos, serão fixados pela Comissão de Financiamento da Produção (Decreto n.º 63.809, de 13-12-68 — DO de 16-12-68, pág. 10.849).

## REFORMA AGRÁRIA — Desapropriação de Terras — Suspensão

O Ministro da Agricultura determinou que seja suscitada a desapropriação de terras por interesse social, ressalvados os casos de extrema urgência. A suscitação surtirá efeito apenas, enquanto se aguarda a apresentação das conclusões do Grupo de Trabalho Interministerial que estuda a execução da Reforma Agrária (MA — GB — Portaria n.º 374, de 14-11-68 — DO de 25-11-68, pág. 10.231).

## REPRODUTORES (V. Sementes)

### RESERVA INDÍGENA — Interdição — Maranhão

Foi interditada, temporariamente, a área indígena habitada pelos índios "Gavião", situada no Estado do Maranhão, Município de Imperatriz, facultando-se à Fundação Nacional do Índio a requisição da cooperação da Polícia Federal para o impedimento ou restrição da incursão de pessoas, cujas atividades sejam consideradas nocivas, na área interditada (Decreto n.º 63.515, de 31-10-68 — DO de 5-11-68, pág. 9.644).

## SEMENTES E MUDAS — Comércio — Fiscalização — Análise

O Ministro da Agricultura conceituou termos usados em análise de sementes, determinando que os resultados dos exames de sementes silvestres nocivas sejam, por espécie e globalmente, relatados no boletim de análise em número de sementes silvestres nocivas por amostra analisada.

As sementes silvestres comuns e as sementes cultivadas deverão ter os resultados de suas respectivas determinações, ambos feitos na análise de pureza, relatados no boletim de análise em números dessas sementes

por amostra analisada (MA — GB — Portaria n.º 382, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

## SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional

O Ministro da Agricultura, para efeito de comércio internacional, relacionou as sementes silvestres nocivas quando encontradas em lotes de sementes importadas (MA — GB — Portaria n.º 382 — B, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

## SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional de Importação — Amostragem

O Ministro da Agricultura autorizou às Diretorias Estaduais a credenciarem os encarregados da amostragem dos lotes de sementes nos portos e aeroportos e da remessa das respectivas amostras acompanhadas de suas fichas de identificação para os laboratórios oficiais (MA — GB — Portaria n.º 382-D), de 19-11-68, DO de 17-12-68, pág. 10.882).

## SEMENTES E MUDAS — Comércio Internacional — Diretorias Estaduais

O Ministro da Agricultura designou as Diretorias Estaduais do Ministério da Agricultura para, através de seus órgãos competentes, concederem autorização às entidades interessadas na realização do comércio internacional de sementes e mudas — (MA — GB — Portaria n.º 382-C, de 19-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.882).

## SEMENTES E MUDAS — Comércio Interestadual

O Ministro da Agricultura considera válida, para efeito de comércio interestadual, a relação das espécies de sementes silvestres nocivas e seus limites máximos estipulados por atos oficiais do Estado para o lote de semente que tenha sido consignado, transportado ou vendido, desde que esse Estado tenha firmado convênio com o Ministério da Agricultura (MA — GB — Portaria n.º 382-A, de 29-11-68 — DO de 17-12-68, pág. 10.881).

## SEMENTES E REPRODUTORES — Imposto de Importação — Regulamentação das Isenções

A isenção do imposto de importação compreende: sementes em geral, bulbos, cebolas, tubérculos, raízes tuberosas, brotos erisomas importados exclusivamente para plantio; árvores e arbustos, inclusive os destinados a enervia plantas de qualquer espécie, raízes vivas e demais elementos de propagação vegetal importados exclusivamente para introdução de novas espécies ou melhoramento das já existentes; equinos, asininos, muaras, bovinos, ebuínos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos e leporinos com o devido certificado individual de registro genealógico, importados, exclusivamente para a melhoria dos rebanhos; peixes e aves domésticas, estas acompanhadas do certificado de registro pertinente, e outras espécies de animais importados exclusivamente para reprodução.

O Conselho de Política Aduaneira poderá, por solicitação do Ministério da Agricultura, suspender tal isenção, comprovado, para tanto, o interesse da produção nacional (Decreto n.º 63.683, de 22-11-68 — DO de 25-11-68, pág. 10.217).

## STUD BOOK BRASILEIRO — Regulamento

O Secretário-Geral de Agricultura aprovou o novo regulamento do Stud Book Brasileiro, contendo as normas para registro genealógico de cavalos puro-sangue de corrida e seus mestiços. O Stud Book Brasileiro funcionará através do Escritório de Produção Animal da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos, que exercerá controle e fiscalização da procriação, registro genealógico, de identidade e filiação, inscrição da propriedade, transferências, inscrições de animais importados e outorga de certificados de exportação (MA — SGA — Portaria n.º 284, de 22-11-68, DO de 9-12-68, página 10.642).

# legislação agrícola

## ZOOTECNISTA — Exercício da Profissão

A profissão de zootecnista será exercida pelos portadores de diploma expedido por escolas oficiais, por profissionais estrangeiros com diploma revalidado no País e por agrônomos e veterinários.

As principais atribuições dos zootecnistas consistem em planejar e realizar pesquisas destinadas a orientar a criação de animais domésticos e aplicar medidas visando ao aumento de sua produção. Cabe-lhes, igualmente, supervisionar exposições oficiais de animais e de acompanhar os exames para a inscrição nas Sociedades de Registro Genealógico (Lei n.º 5.550, de 4-12-68 — DO de 5-12-68, pág. 10.529).

## ESTADO DE SÃO PAULO

### ALGODÃO — Estoque — Estatística

O Secretário de Agricultura determinou que o levantamento estatístico do estoque total de algodão em pluma no Estado será organizado e executado pela Divisão de Inspeção e Classificação Agrícola do Departamento de Assistência Supletiva, da Coordenação de Assistência Técnica Integral, com a colaboração da Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Tal levantamento abrangerá todo o estoque de algodão em pluma existente no território Estadual às 24 horas do dia 31-12-69 e será executado principalmente: a) nas máquinas de beneficiamento de algodão e nos respectivos depósitos; b) nos depósitos particulares de firmas comerciais e industriais no interior, na capital e em Santos; c) nos Armazéns Gerais; d) nas Docas de Santos; e) nas fiações e outros estabelecimentos industriais; f) nas estradas de ferro e de rodagem, em trânsito ou nos respectivos armazéns, esperando embarque ou retiradas.

Todas as pessoas físicas ou jurídicas proprietárias ou depositárias de algodão em pluma estão obrigadas a comunicar, até o dia 10-1-69, os seus estoques por meio de questionários fornecidos pelos órgãos competentes (SA — Atos s/n.º de 5-12-68 — DO — SP de 17-12-68, pág. 20).

### ARROZ — (V. Carne)

### ARROZ BENEFICIADO — ICM — Redução da Base do Cálculo

Foi reduzida para 33,3% até 5-3-69, a base de cálculo do imposto de circulação de mercadorias incidente sobre as saídas de arroz beneficiado, realizadas dentro do território paulista, com destino a contribuintes estabelecidos no Estado.

Os contribuintes, inclusive as companhias de armazéns gerais, que tenham realizado, no corrente exercício, operações de circulação de mercadorias com arroz, em casca e/ou beneficiado, de sua propriedade ou de terceiros, ficam obrigados a apresentar, até 12-12-68, à repartição fiscal a que estiverem subordinados, uma declaração contendo no mínimo os seguintes elementos: nome, endereço e número de inscrição do declarante; quantidade de arroz, em casca e/ou beneficiado, existente em estoque no dia 31 de dezembro de 1967; quantidade de arroz, em casca e/ou beneficiado, existente em estoque no dia 5 de dezembro de 1968; assinatura do responsável.

Os contribuintes que mantiverem estoques em locais diversos de seus estabelecimentos estarão, também, obrigados a tal declaração. Constarão, no entanto, em separado os estoques de propriedade de terceiros. As companhias de armazéns gerais declararão as quantidades totais em estoque, dispensada a discriminação dos depositantes. A declaração será apresentada em 3 vias, sendo a terceira devolvida ao declarante como comprovante de entrega.

A obrigação referida não se aplica aos estabelecimentos de produtores, bem como aos que operem exclusivamente no varejo.

A redução da base de cálculo não beneficiará os contribuintes que não prestarem a declaração citada (Decreto Estadual n.º 50.992, de 4-12-68 — DO—SP de 5-12-68, pág. 2).

### CAFÉ CRU — ICM — Base de Cálculo — Alteração

Foi modificada a redação do § 5.º do artigo 2.º do Decreto Estadual n.º 43.161, de 1967, referente à base de cálculo do ICM nas operações de café cru, que passa a determinar: "o valor das operações tributáveis poderá ser fixado em pauta expedida pelo Coordenador da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda, a qual poderá ser modificada, a qualquer tempo, para alteração do valor fixado". (Decreto Estadual n.º 51.037, de 9-12-68 — DO—SP de 10-12-68, pág. 6).

### CAFÉ CRU — Distribuição de Quotas — Prefeituras Municipais

A Contadoria Geral do Estado publicou a relação das quotas de participação sobre operações realizadas com café cru, devidas às Prefeituras Municipais (SF—CGE — Comunicado n.º 10, de 12-11-68 — DO—SP de 12-11-68, pág. 30).

### CARNE, MILHO, SOJA E ARROZ — ICM — Saída para o Exterior — Prorrogação de Prazo

Foi prorrogado, até 30-6-69, o prazo de redução da base de cálculo do ICM nas saídas, para o exterior, de carne, milho, soja e arroz (Decreto Estadual n.º 51.202, de 30-12-68 — DO—SP de 31-12-68, pág. 2).

### CONSERVAÇÃO DO SOLO — Concurso

O Secretário de Agricultura regulou os concursos de Conservação do Solo, que serão realizados, bianualmente, em três escalões: nos âmbitos Sub-Regional, Regional e Estadual.

Aos concursos Sub-Regionais concorrerão as propriedades escolhidas e indicadas pelas Casas da Agricultura. Os proprietários que tenham, em qualquer época, executado trabalhos de Conservação do Solo, excetuando-se os campeões estaduais, serão considerados inscritos pelas Casas da Agricultura.

Aos concursos Regionais concorrerão as propriedades classificadas em primeiro lugar nos concursos Sub-Regionais. Aos Estaduais, concorrerão as propriedades classificadas em primeiro lugar nos concursos Regionais.

Os campeões estaduais dos anos anteriores têm vedada a sua participação em qualquer âmbito do concurso.

As inscrições para os concursos de Conservação do Solo serão encerradas no dia 31 de janeiro dos anos coincidentes com os certames referentes aos serviços executados até aquela data. O julgamento e a classificação das propriedades obedecerão aos seguintes prazos: até 31 de março — concurso Sub-Regional; até 30 de setembro — concurso Regional; até 31 de dezembro — concurso Estadual.

O critério de julgamento das propriedades será uma combinação de: a) fatores e condições de conjunto indicadores de aspectos conservacionistas gerais de toda a propriedade; b) maior ou menor perfeição e intensidade com que cada gleba, de per si, é conservada e c) um fator de compensação pelo maior tamanho das propriedades, proporcional às dificuldades gradualmente crescentes, com a extensão das áreas a serem conservadas. Para a composição da nota final, o "conjunto de propriedade" entrará com 40%; a perfeição das "conservações por glebas isoladamente" com 50% e, finalmente, a compensação do "tamanho da propriedade" com os restantes 10% do total.

Aos agricultores classificados nos três primeiros lugares dos concursos Regionais e ao campeão estadual serão outorgadas títulos alusivos e prêmios honoríficos (SA — DA — Ato s/n.º, de 3-12-68 — DO—SP de 3-12-68, pág. 20).

### DEFENSIVOS AGRÍCOLAS — Análises — Preços

O Secretário de Agricultura determinou os preços dos serviços de análises dos defensivos agropecuários e ensaios biológicos no laboratório e no campo, postos à livre disposição dos interessados pelo Instituto Biológico, da Secretaria, segundo a tabela a seguir: determinação de princípio ativo e substâncias complementares (preço para cada princípio ativo ou substância complementar),

NCr\$ 60,00; acidez ou alcalinidade, expressa em H2SO4 ou Na OH, NCr\$ 30,00; porcentagem de material insolúvel em acetona, NCr\$ 30,00; porcentagem de água ..... NCr\$ 20,00; péso específico, NCr\$ 30,00; ponto de fusão, NCr\$ 30,00; ensaios de peneira; porcentagem em 150 micra (100 mesh) e 74 micra (200 mesh), NCr\$ 50,00; mobilidade de pós, NCr\$ 20,00; estabilidade do armazenamento, NCr\$ 60,00; fitotoxidade, NCr\$ 40,00; suspensão, NCr\$ 20,00; características molháveis dos pós dispersíveis, NCr\$ 20,00; características molháveis para as culturas, NCr\$ 40,00; formação de espuma, NCr\$ 20,00; estabilidades dos concentrados emulsionáveis e soluções a baixa temperatura, NCr\$ 30,00; ponto relâmpago das soluções e emulsionáveis, NCr\$ 50,00; viscosidade, .... NCr\$ 30,00; miscibilidade das soluções com hidrocárbonetos, NCr\$ 30,00; estabilidade das emulsões, ..... NCr\$ 20,00; teor de pó não granulado, NCr\$ 40,00; densidade aparente, NCr\$ 40,00; extração em Soxhlet e determinação na porcentagem de princípio ativo em iscas, NCr\$ 200,00; absorção dos pós inertes, NCr\$ 30,00; densidade absoluta dos pós inertes, NCr\$ 30,00; densidade relativa dos pós inertes, NCr\$ 30,00; óleo miscível ou mineral, NCr\$ 20,00; parte não-sulfonável, NCr\$ 60,00; determinação de resíduos de defensivos agrícolas nos diferentes tipos de produtos agrícolas, NCr\$ 200,00; ensaios biológicos de laboratórios dos defensivos agropecuários, NCr\$ 50,00; ensaio biológico de laboratório e de campo dos defensivos agropecuários, NCr\$ 500,00; determinação dos defensivos agropecuários, NCr\$ 50,00 (Sag — GB — ph, NCr\$ 20,00; parecer técnico, NCr\$ 50,00 (Sag — GB — Ato s/n.º, 20-11-68 — DO — SP de 21-11-68, pág. 17).

## DEFENSIVOS AGRÍCOLAS — Registro — Certificado do Instituto Biológico

O Secretário da Agricultura baixou instruções para obtenção de certificados do Instituto Biológico necessário no registro de defensivos agrícolas no Ministério da Agricultura (SA — GB — Ato n.º, de 5-12-68 — DO — SP de 6-12-68, pág. 15).

## DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA — Estrutura do

O Departamento de Orientação Técnica da Coordenação de Assistência Técnica Integral da Secretaria de Agricultura passou a ter a seguinte estrutura: I — Direção e Conselho Departamental; II — Divisão Fitotécnica (DF), compreendendo: Seção de Cereais; Seção de Plantas Oleaginosas; Seção de Plantas Fibrosas; Seção de Raízes e Tubérculos; Seção de Plantas Tropicais; Seção de Plantas Sacarinas; Seção de Olericultura e Floricultura; Seção de Leguminosas; Seção de Fruticultura; Seção de Café; Seção de Silvicultura e Seção de Dera; Seção de Café; Seção de Zootécnica (DZ), fesa Sanitária Vegetal; III — Divisão Zootécnica (DZ), compreendendo: Seção de Grandes Animais; Seção de Pequenos Animais e Pastagens; IV — Divisão de Veterinária (DV), compreendendo: Seção de Zoonoses; Seção de Epizootiologia e Seção de Defesa Sanitária Aniquação de Epizootiologia e Seção de Defesa Sanitária Aniquação de Epizootiologia e Seção de Defesa Sanitária Aniquação de Epizootiologia; V — Divisão de Manejo do Solo e da Água (DCS), compreendendo: Seção de Manejo do Solo e da Água; Seção de Foto-interpretação Agrícola e Seção de Água; Seção de Nutrição Vegetal; VI — Divisão Fertilidade do Solo e Nutrição Vegetal (DSE), compreendendo: Seção de Sólido-Economia Rural; Seção de Promoção e Organização de Trabalho com a Juventude Rural; Seção de Economia Doméstica Rural e Seção de Crédito, Seção de Economia Rural (Decreto Estadual n.º 50.853, de 18-11-68 — DO — SP de 19-11-68, pág. 28).

## ENSINO AGRÍCOLA — Expansão

Foram criados colégios técnico-agrícolas nos seguintes municípios: Cabralia Paulista, Cândido Mota, Cerequeira Cesar, Franca, Garça, Igarapava, Itu, Itapetininga, Jundiá, Miguelópolis, Mirassol, Monte Aprazível, Parapanema, Quatá, Rancheira, Santa Rita do Passa Quatro, São Simão e Vera Cruz.

Fica mantido, temporariamente, o funcionamento dos atuais ginásios agrícolas e escolas de iniciação, providenciando-se a gradual cessação de suas atividades como unidades de ensino técnico. O pessoal técnico-administrativo e docente dos atuais ginásios e escolas de iniciação agrícola será relatado ou redistribuído para as novas unidades criadas (Decreto Estadual n.º 51.094, de 16-12-68 — DO — SP de 17-12-68, pág. 10).

## INSETICIDAS SISTÊMICOS — Grupo de Trabalho — Prorrogação

Foi prorrogada até março de 1969 a existência do Grupo de Trabalho incumbido de estudar a utilização de inseticidas sistêmicos e suas implicações com a saúde pública (Palácio do Governo — GB — Resolução n.º 2.158, de 9-12-68 — DO — SP — de 10-12-68, pág. 10).

## INSTITUTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO — Preços de Serviços

Foram fixados os novos preços dos serviços — análises, ensaios e pesquisas, entre outros —, a cargo do Instituto Geográfico e Geológico, da Secretaria da Agricultura, com base na variação dos níveis de salário-mínimo na capital paulista (Decreto Estadual n.º 51.147, de 23-12-68 — DO — SP, de 24-12-68, pág. 11).

## MILHO — (V. Carne)

## REFORMA AGRÁRIA — Estudos e Sugestões — Grupo de Trabalho

Foi criado Grupo de Trabalho Permanente, junto à Secretaria de Agricultura, para promover estudos sobre reforma agrária e manter entendimentos com autoridades do Governo Federal (Palácio do Governo — GB — Resolução n.º 2.160, de 10-12-68 — DO — SP, de 11-12-68, pág. 5).

## SACOS DE JUTA — ICM — Isenção — Prorrogação de Prazo

Foi prorrogado, até 30-6-69, o prazo de isenção do ICM às saídas de sacos fabricados com juta (Decreto Estadual n.º 51.202, de 30-12-68 — DO — SP de 31-12-68, pág. 2).

## SEMENTES — Certificado — Registro de Produtores

Ficam instituídos na Secretaria de Agricultura a Certificação de Sementes e o registro dos Produtores de Sementes Certificadas.

A Certificação de Sementes e o certificado que garante a qualidade genética, as condições fitossanitárias, o valor cultural e os demais padrões estabelecidos para cada espécie (Decreto Estadual n.º 51.148, de 23-12-68 — DO — SP de 24-12-68, pág. 13).

## SEMENTES E MUDAS — Comércio — Fiscalização

O comércio de sementes e mudas será fiscalizado pela Coordenação de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura. Essa fiscalização será exercida junto a qualquer pessoa física ou jurídica que atue na manipulação, armazenamento, transporte ou distribuição de sementes e mudas com fins comerciais dentro do Estado (Decreto Estadual n.º 51.149, de 23-12-68 — DO — SP de 24-12-68, pág. 13).

## SOJA — (V. Carne)

## ESTADO DA GUANABARA

### ICM — Feijão Preto — Arroz — Saída de Mercadorias

O Secretário de Finanças determinou que os estabelecimentos que transacionam com feijão preto e arroz, nas operações de saída para destinatários localizados dentro do Estado da Guanabara, deverão emitir, em separado, Nota Fiscal, exclusiva para esses cereais, utilizando talão especialmente destacado para essa finalidade. No documento fiscal, consignar-se-á o débito do ICM, à taxa de 15%, realmente incidente sobre as operações de saída. No livro "Registro de Saída de Mercadorias", a escrituração das citadas notas fiscais far-se-á na coluna "outras saídas". No "Registro de Escrituração do Imposto", os contribuintes lançarão, também em separado, na linha imediatamente a seguir ao balanço normal, o valor da saída de feijão preto e arroz, seguido do débito correspondente, e transportando tal débito para as colunas "Cálculo do Imposto" e da "Verba Utilizada", apurando-se, finalmente, o novo saldo de ICM, após a devida dedução. Na linha relacionada com o lançamento de saídas de arroz e feijão preto da coluna "observações" do "Registro de Escrituração do Imposto", os contribuintes farão a declaração "Cálculo sob a alíquota de 15%, na forma do Decreto "N" n.º 1.166/68" (SFI — GB — Portaria "N" n.º 42, de 10-12-68 — DO — GB de 12-12-68, pág. 18.311).

# Agrônomos

## Definem-se sôbre Reforma do Ensino

Eng. Agron. José Calil

O Conselho Deliberativo da Federação das Associações de Engenheiros-Agrônomos do Brasil — FAEAB — reunido em Brasília, DF, após receber o subsídio da Mesa Redonda que discutiu a Reforma do Ensino Agrônômico realizada em Goiânia, com a participação de representantes de diversas escolas de agronomia do País, divulga o seguinte documento que representa o ponto-de-vista da entidade nacional dos engenheiros-agrônomos a respeito do assunto.

### O AGRÔNOMO QUE O PAÍS NECESSITA

O Brasil atravessa uma etapa em seu desenvolvimento sócio-econômico na qual são encontradas diferentes estruturas na produção agrícola: existem, desde as formas mais avançadas de empresa capitalista, até imensos latifúndios improdutivos, bem como minifúndios, ambos perigosamente anti-sociais, que se constituem em estruturas inadequadas que entram no processo do desenvolvimento nacional.

A FAEAB definiu no V Congresso Brasileiro de Agronomia a necessidade do engenheiro-agrônomo engajar-se no processo de reforma agrária, evento mais importante que o País aguarda, eis que o engenheiro-agrônomo é o profissional mais vinculado ao problema agrícola e, por isso mesmo, deve participar ativamente na elaboração dos programas e dirigir a respectiva execução.

Para isso, o engenheiro-agrônomo deve ser um profissional de alta capacitação e qualificação intelectual,

capaz de participar eficiente e ativamente dos mais altos conselhos da República, ao mesmo tempo que sua formação profissional lhe deve capacitar a executar qualquer trabalho da prática agrícola. Em outras palavras, as escolas necessitam de abrir seu ensino às ciências humanísticas, ao mesmo tempo que o currículo das disciplinas de aplicação deve se revestir de objetividade, integrando teoria e prática em um só conceito e dando ao profissional o indispensável conteúdo teórico mas, ao mesmo tempo, ensinando-o a fazer, fazendo.

### DURAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS CURRÍCULOS

Dadas as características da realidade nacional, a FAEAB considera que o currículo de formação do engenheiro-agrônomo deve ser de quatro anos, dividido em oito semestres.

O regime de aprovação precisa ser modificado para se introduzir, com urgência, o sistema de créditos, segundo o qual o estudante possa obter o grau de engenheiro-agrônomo em tempo superior ou inferior a quatro anos, de acordo com a capacitação intelectual e ou a disponibilidade de tempo.

Os currículos das escolas de agronomia devem possibilitar a opção pelo estudante para a formação eclética ou diversificada, sempre porém, o diploma expedido será de engenheiro-agrônomo, sem qualquer referência ao critério de formação, o qual será explicitado através de certidão específica.

### METODOLOGIA DO ENSINO

É imperiosa uma urgente reformulação da metodologia do ensino para que as modernas técnicas de comunicação sejam imediatamente incorporadas à rotina de nossas escolas.

O ensino deve caracterizar-se, nas disciplinas básicas, pelo seu relacionamento com as disciplinas de aplicação e nessas pelo emprego de técnicas objetivas e uso de unidades práticas de treinamento.

A capacitação didática do corpo docente em todos os níveis deve ser procedida imediatamente e esse processo deve ser incorporado à rotina das escolas, para que nenhum professor ministre aulas, antes de aprender a dar aulas.

### REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE

A FAEAB considera correta a diferenciação dos níveis salariais em docente simples, tempo integral e dedicação exclusiva.

Essa diferenciação permitirá, em muitos casos, corrigir distorções no ensino e na pesquisa.

Porém, ela não deve, por si só, constituir-se em mérito, pois, é altamente desejável que os docentes das disciplinas de aplicação tenham vinculação com o processo da produção, a fim de levarem para dentro das escolas, não só a tecnologia da produção mas, sobretudo, os problemas e a vivência da produção.